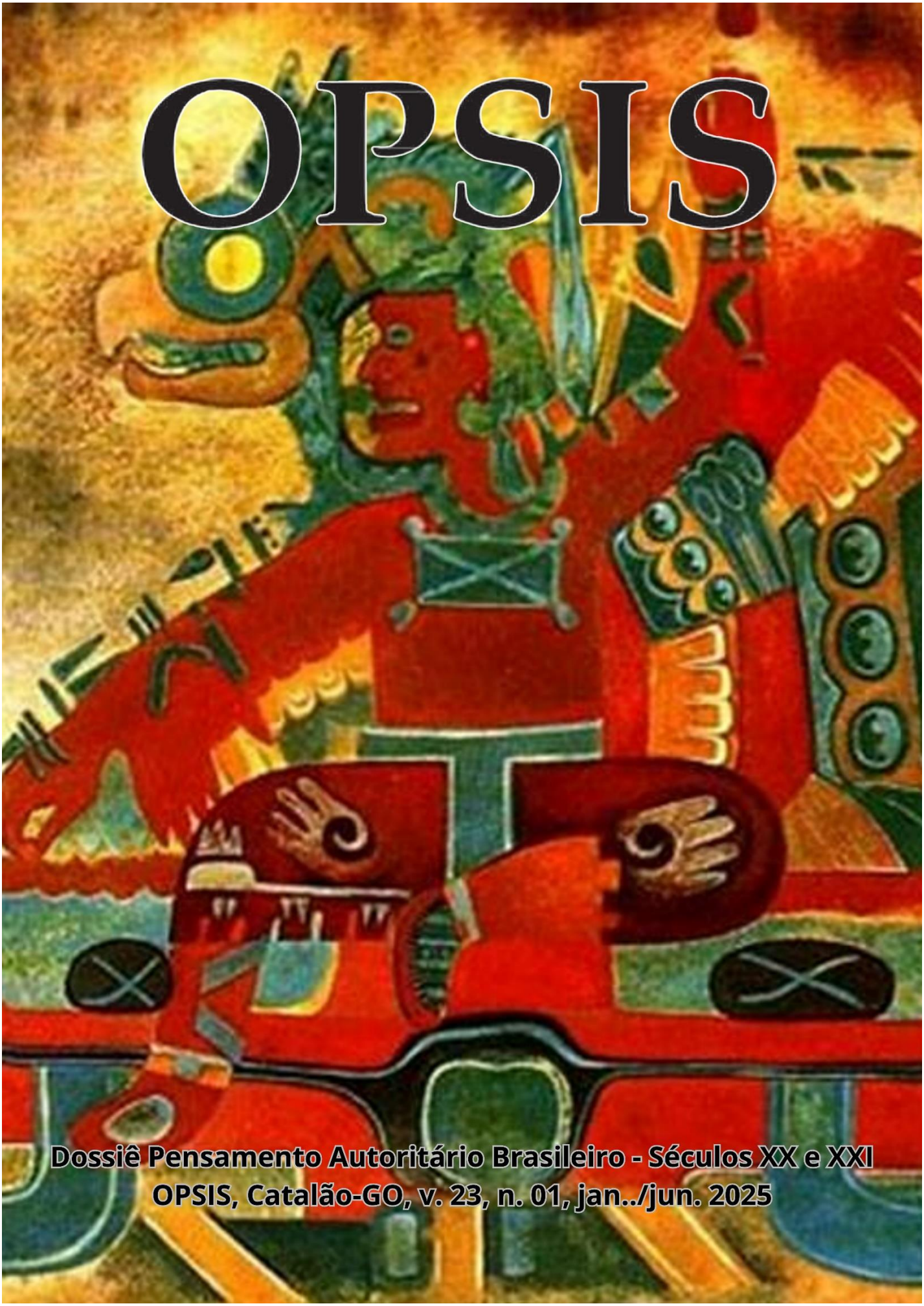
OPSIS



Dossiê Pensamento Autoritário Brasileiro - Séculos XX e XXI
OPSIS, Catalão-GO, v. 23, n. 01, jan../jun. 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO

Roselma Lucchese

Reitora

Cláudio Lopes Maia

Vice-Reitor

Luiz Carlos do Carmo

Pró-Reitor de Pós-Graduação

Radamés Vieira Nunes

Vera Lúcia Silva Vieira

Coordenação Editorial da Revista OPSIS Núcleo de Estudos Culturais (NIESC)

Radamés Vieira Nunes

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História

Lilian Marta Grisolio

Direção do Instituto de História e Ciências Sociais (INHCS)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (GPT/BSCAC/UFG)

OPSIS: Dossiê Pensamento Autoritário Brasileiro – Séculos XX e XXI/ Universidade Federal de Catalão, Instituto de História e Ciências Sociais. 124p. v. 23. n. 1 (2025) - Catalão: Universidade Federal de Catalão, Instituto de História e Ciências Sociais, 2025.

Semestral

Descrição baseada em: OPSIS, Catalão-GO, v.

23, n. 1, jan./jun. 2025. Modo de acesso

https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/index

ISSN: 2177-5648 *OPSIS* (On-line), *Catalão-GO*

1. História- periódicos. I. Universidade Federal deCatalão, Instituto de História e Ciências Sociais. II. Título. CDU: 94(05)

Cadastrada junto às seguintes bases indexadoras de periódicos:

Sumários de Revistas Brasileiras: http://www.sumarios.org/ Academic Journal Database: http://www.journaldatabase.org/ DOAJ Directory of Open Acess Journals: http://www.doaj.org/ GeoDados: http://www.geodados.pg.utfpr.edu.br/

Latindex Sistema Regional de Información em Línea para Revistas Científicas de América Latina, El Caribe, España y Portugal: http://www.latindex.unam.mx/

Periódicos da Capes: http://www.periodicos.capes.gov.br/Portal do
SEER: http://www.seer.ibict.br/

Pede-se permuta | Asked to exchange | Pide trueque

OPSIS

Universidade Federal de Catalão. Instituto de História e Ciências Sociais.

Av. Dr. Lamartine P. de Avelar, 1120, Setor Universitário.
Caixa Postal 536 Catalão, GO. CEP: 75704-220

Fone: (62) 3441-5309 | E-mail: revistaopsis@ufcat.edu.br

https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/index

Universidade Federal de Catalão
Instituto de História e Ciências Sociais
Núcleo de Estudos Culturais (NIESC)

OPSIS

Dossiê Pensamentos Autoritários Brasileiros – Séculos XX e XXI

OPSIS, Catalão-GO, v. 23, n. 01, 124p., jan./jun. 2025

ISSN: 2177-5648 *OPSIS* (On-line), *Catalão-GO*

APOIO

Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFCAT.

Programa de Pós-Graduação em História _ Mestrado Profissional _ INHCS.

Biblioteca da UFCAT.

Departamento Editorial do INHCS.

https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/index

Revisão
Núcleo de Estudos Culturais (NIESC)

Projeto Gráfico
Núcleo de Estudos Culturais (NIESC)

Editoração
André Ribeiro Macario

Capa
José Luís Solazzi
André Ribeiro Macario
Imagem: Pintura Olmeca na Caverna de Oxtotitlán, com 2.500 - 3.000 anos do tempo presente, nas proximidades do município de Chilapa de Álvares, Estado de Guerrero, México.

Padronização Editorial
Departamento Editorial INHCS. Núcleo
de Estudos Culturais (NIESC)

Gerência Editorial
Lilian Marta Grisolio, Universidade Federal de Catalão, Catalão, GO, Brasil.
Regma Maria dos Santos, NIESC/ Universidade Federal de Catalão, Catalão, GO, Brasil.
José Luís Solazzi, NIESC/ Universidade Federal de Catalão, Catalão, GO, Brasil.
André Ribeiro Macario, Universidade Federal de Catalão, Catalão, GO, Brasil.

Editoria
Radamés Vieira Nunes, NIESC/ Universidade Federal de Catalão, Catalão, GO, Brasil.
Vera Lúcia Silva Vieira, Universidade Federal de Catalão, Catalão, GO, Brasil.

Editoria de Seção deste número
Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro (ProfHistória/ PPGDAP-UFF/Campos);
George Leonardo Seabra Coelho (PPGHISPAM-UFT);
João Alberto da Costa Pinto (PPGH-UFG).

Conselho Consultivo
Cezar de Alencar Arnaut de Toledo, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil; Elisio Estanque, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal; Elizabeth Sousa Abrantes, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil; Gilmar de Carvalho, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil; Grado Giovanni Merlo, Università degli Studi di Milano, Milano, Itália; Jocyleia Santana dos Santos, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, Brasil; José Alcimar de Oliveira, Universidade Federal d o Amazonas, Manaus, AM, Brasil; Leila Rodrigu es da Silva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; Lucimar Bel lo P. Frange, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil; Manuela Mendonça, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal; Marco s Antônio de Menezes, Universidade Federal de Jataí, Jataí, GO, Brasil; Marlos Bessa Mendes da Rocha, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil; Martin Norberto Dreher, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil; Ricardo Antunes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil; Ricardo Luiz Silveira da Costa, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil; Sadi Dal Rosso, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil; Terezinha Oliveira, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil; Vanda Cunha Albieri Nery, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil; Wolney Honório Filho, Universidade Federal de Catalão, Catalão, GO, Brasil.

Conselho Editorial
Adriana Maria de Souza Zierer, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil; Álvaro Alfredo Bragança Júnior, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; Carmen Silvia de Moraes Rial, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil; Cláudia Regina Lahni, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil; Daniela Auad, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil; Débora Cristina Goulart, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, SP, Brasil; Denise Teresinha da Silva, Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, São Borja, RS, Brasil;
Federal de Goiás/Regional Catalão, Catalão, GO, Brasil; Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues Pereira, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil; João Fabio Bertonha, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil; Jeronimo Molina Cano, Universidad de Murcia, Murcia, Espanha; Júlio Bentivoglio, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil; Kênia Maria de Almeida Pereira, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil; Losandro Antonio Tedeschi, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, Brasil; Luiz Humberto Martins Arantes, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil; Marina Benedetti, Università degli Studi di Milano, Milano, Itália; Patricia Rodrigues da Silva, Universidade Federal do Amaz onas, Manaus, AM, Brasil; Patricia Sposito Mechi, Universidade Federal do Tocantins/Campus de Porto Nacional, Porto Nacional, TO, Brasil; Ronie Alexsandro Teles da Silveira, Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, CE, Brasil; Rubens Luiz Rodrigues, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil; Sandra Mara Dantas, Universida de Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, Brasil; Saul António Gomes da Silva, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal; Sergio Fernández Riquelme, Universidad de Murcia, Murcia, Espanha; Silvia Graciela Mira, Universidad Nacional Del Sur, Buenos Aires, Argentina; Tânia Regina Zimmermann, Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Dourados, MS, Brasil; Valdeci Rezende Borges, Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, Catalão, GO, Brasil; Virgílio Caixeta Arraes, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil; Wanderson Fabio de Melo, Universidade Federal Fluminense, Campus Rio das Ostras, Rio das Ostras, RJ, Brasil.

Comissão Editorial
Lilian Marta Grisolio, Universidade Federal de Catalão, Catalão, GO, Brasil.
Regma Maria dos Santos, NIESC/ Universidade Federal de Catalão, Catalão, GO, Brasil.
José Luís Solazzi, NIESC/ Universidade Federal de Catalão, Catalão, GO, Brasil.
Radamés Vieira Nunes, NIESC/ Universidade Federal de Catalão, Catalão, GO, Brasil.
André Ribeiro Macario, Universidade Federal de Catalâo, Catalão, GO, Brasil

SUMÁRIO

Dossiê Pensamentos Autoritários Brasileiros – Séculos XX e XXI

APRESENTAÇÃO 9
Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro, George Leonardo Seabra Coelho e João Alberto da Costa Pinto

O ANTILIBERALISMO E O PENSAMENTO AUTORITÁRIO DE BELISÁRIO PENNA 10
Leonardo Dallacqua de Carvalho

HERDEIROS DO DISCURSO: ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E LINHAGEM POLÍTICA CONSERVADORA NO BRASIL 28
Douglas Puglia

OS MILITARES, A GUERRA FRIA E A IDEIA DE INTERDEPENDÊNCIA DO BRASIL 49
Michel Silva

UM ANTISSEMITISMO PRÓ-ISRAEL: ANOTAÇÕES SOBRE A ADESÃO DE UMA PARCELA DA COMUNIDADE JUDAICA BRASILEIRA AO BOLSONARISMO 66
Sergio Schargel

"ANTES QUE O MAL CRESÇA, DIZ O VELHO ADÁGIO, CONVÈM SUPRIMI-LO": ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES RURAIS E REPRESSÃO NO INTERIOR PAULISTA (1961-1964) 87
Juliana Carolina da Silva

ESCOLAS CÍVICO-MILITARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO GOVERNO BOLSONARO: O CONTROLE E MONITORAMENTO DO TRABALHO DOS E DAS DOCENTES 108
Guilherme de Souza Marques e Marcelo Paula de Melo

CONTENTS

Dossier Brazilian Authoritarian Thoughts - 20th and 21st Centuries

PRESENTATION 9
Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro, George Leonardo Seabra Coelho e João Alberto da Costa Pinto

THE ANTI-LIBERALISM AND AUTHORITARIAN THOUGHT OF BELISÁRIO PENNA 10
Leonardo Dallacqua de Carvalho

HEIRS OF THE DISCOURSE: ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA AND CONSERVATIVE POLITICAL LINEAGE IN BRAZIL 28
Douglas Puglia

THE MILITARY, THE COLD WAR AND THE IDEA OF INTERDEPENDENCE IN BRAZIL 49
Michel Silva

A PRO-ISRAEL ANTISEMITISM: NOTES ON THE ADHERENCE OF A SEGMENT OF THE BRAZILIAN JEWISH COMMUNITY TO BOLSONARISM 66
Sergio Schargel

"BEFORE EVIL GROWS UP, SAYS THE OLD ADAGE, IT MUST BE SUPPRESSED": RURAL WORKERS' ORGANIZATIONS AND REPRESSION IN THE INTERIOR OF PAULISTA (1961-1964) 87
Juliana Carolina da Silva

CIVIC-MILITARY SCHOOLS OF BASIC EDUCATION UNDER THE BOLSONARO GOVERNMENT: CONTROL AND MONITORING OF TEACHERS' WORK 108
Guilherme de Souza Marques e Marcelo Paula de Melo

SUMARIO

Dossier Pensamientos Autoritarios Brasileños – Sigloes XX y XXI

PRESENTACIÓN 9
Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro, George Leonardo Seabra Coelho e João Alberto da Costa Pinto

EL ANTILIBERALISMO Y EL PENSAMIENTO AUTORITARIO DE BELISÁRIO PENNA 10
Leonardo Dallacqua de Carvalho

HEREDEROS DEL DISCURSO: ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA Y LINAJE POLÍTICO CONSERVADORA EN BRASIL 28
Douglas Puglia

LOS MILITARES, LA GUERRA FRÍA Y LA IDEA DE INTERDEPENCIA EN BRASIL 49
Michel Silva

UN ANTISEMITISMO PROISRAELÍ: NOTAS SOBRE LA ADHESÍON DE UN SECTOR DE LA COMUNIDAD JUDÍA BRASILEÑA AL BOLSONARISMO 66
Sergio Schargel

"ANTES DE QUE EL MAL CREZCA, DICE EL VIEJO ADAGIO, CONVIENE SUPRIMIRLO": ORGANIZACIONES DE LOS TRABAJADORES RURALES Y REPRESIÓN EN EL INTERIOR PAULISTA (1961-1964) 87
Juliana Carolina da Silva

ESCUELAS CÍVICO-MILITARES DE EDUCACIÓN BÁSICA BAJO EL GOBIERNO DE BOLSONARO: CONTROL Y SEGUIMIENTO DEL TRABAJO DE LOS DOCENTES 108
Guilherme de Souza Marques e Marcelo Paula de Melo

Dossiê: Pensamento Autoritário Brasileiro – Séculos XX e XXI

Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro [1]
George Leonardo Seabra Coelho [2]
João Alberto da Costa Pinto [3]

Apresentamos o novo número da Revista Opsis com o Dossiê intitulado "Pensamento Autoritário Brasileiro - Séculos XX e XXI", organizado pela Docente Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro (ProfHistória/ PPGDAP-UFF/Campos) e pelos Docentes George Leonardo Seabra Coelho (PPGHISPAM-UFT) e João Alberto da Costa Pinto (PPGH-UFG).

O primeiro artigo publicado "O antiliberalismo e o pensamento autoritário de Belisário Penna" é de Leonardo Dallacqua de Carvalho, Docente da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e apresenta análise sobre o pensamento político antiliberal e sutoritário do sanitarista Belisário Penna, a partir da abordagem da "consciência sanitária" como instrumento de "moralização política".

O segundo artigo "Herdeiros do Discurso Escola Superior de Guerra e Linhagem Política Conservadora no Brasil" de Douglas Biagio Puglia, Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFMG - campus São João Evangelista) aborda, para além das associações institucionais estrangeiras, as dimensões nacionais do pensamento nacionalista autoritário, a partir de uma análise da "linhagem política" do pensamento político brasileiro.

O terceiro artigo "Os militares, a Guerra Fria e a ideia de interdependência do Brasil" de Michel Goulart da Silva, Professor Doutor em História e Servidor TAE do Instituto Federal Catarinense (IFC) debate a abordagem geopolítica de Golbery do Couto e Silva, a partir da relação entre imperialismo, da interdependência e da doutrina ESG e sob o prisma de variadas autorias.

O quarto artigo "Um antissemitismo pró-Israel: anotações sobre a adesão de uma parcela da comunidade judaica brasileira ao Bolsonarismo" de Sergio Schargel Maia de Menezes, Doutor em Comunicação, Editor e Docente destaca o antissemitismo suas configurações históricas e suas formas de manifestação atuais, configurado como antisemitismo "velado".

O quinto artigo de "Antes que o Mal cresça, diz o velho adágio, convém suprimi-lo": Organizações dos Trabalhadores Rurais e Repressão no Interior Paulista (1961-1964) de Juliana Carolina da Silva, Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM - campus Parintins) analisa a formação dos pequenos sindicatos numa região do Médio Parapanema (Palmital – SP) retratando "resistências do movimento rural e as opressões e coerções promovidas por discursos, imaginários e ações", a partir do golpe civil-militar de 1964.

Por fim, temos na Seção de Artigos Livres temos o Artigo "Escolas Cívico-Militares da Educação Básica do Governo Bolsonaro: O Controle e Monitoramento do Trabalho dos e das Docentes" de Guilherme de Souza Marques, Mestre e Docente da Prefeitura Municipal de Barra Mansa e da Prefeitura de Araruama, e Marcelo Paula de Melo, Docente do Centro de Ciências da Saúde (UFRJ) em que caracterizam a situação da Profissão Docente a partir da legislação acerca das escolas cívico-militares, com suas questões fundamentais sobre condições de trabalho, atuação profissional controlada e precarização.

[1] Docente do PPGDAP-UFF/Campos
[2] Docente do PPGHISPAM- UFT
[3] Docente do PPGH-UFG

DOI 10.61470/o.v23i1.74931

O antiliberalismo e o pensamento autoritário de Belisário Penna

Leonardo Dallacqua de Carvalho, docente da
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Resumo: O artigo é resultado de discussões sobre o pensamento político do sanitarista brasileiro Belisário Penna, especialmente no que tange ao antiliberalismo e ao pensamento autoritário. Desse modo, aponto como o discurso de "consciência sanitária" poderia ser eficaz para resolver problemas relacionados à saúde pública, mas também para a moralização política. Para reorganizar o Brasil desorganizado pelo federalismo, portanto, era necessária uma concepção autoritária aliada a uma forte centralização política e administrativa.

Palavras-Chave: Autoritarismo; antiliberalismo; Belisário Penna; Saneamento

Abstract: The article is the result of discussions on the political thought of the Brazilian sanitarian Belisário Penna, especially regarding antiliberalism and authoritarian thought. In this way, I point out how the discourse of "sanitary consciousness" could be effective in solving problems related to public health, but also for political moralization. To reorganize the Brazil disorganized by federalism, therefore, an authoritarian conception allied with a strong political and administrative centralization was necessary.

Keywords: Authoritarianism; antiliberalism; Belisário Penna; Sanitation

Resumen: El artículo es el resultado de discusiones sobre el pensamiento político del sanitarista brasileño Belisário Penna, especialmente en lo que respecta al antiliberalismo y al pensamiento autoritario. De esta manera, señalo cómo el discurso de "conciencia sanitaria" podría ser eficaz para resolver problemas relacionados con la salud pública, pero también para la moralización política. Para reorganizar el Brasil desorganizado por el federalismo, por lo tanto, era necesaria una concepción autoritaria aliada a una fuerte centralización política y administrativa.

Palabras clave: Autoritarismo; antiliberalismo; Belisário Penna; Saneamiento

O texto a seguir é resultado da tese publicada sobre a trajetória do sanitarista brasileiro Belisário Penna, destacando sua posição intelectual em relação ao antiliberalismo e ao pensamento autoritário. Nascido em Barbacena, no estado de Minas Gerais, formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1890. Sua trajetória foi marcada pelo envolvimento nas campanhas sanitárias da Diretoria Geral de Saúde Pública, no Rio de Janeiro, no início do século XX, assim como pela viagem realizada com o médico Artur Neiva pelas regiões de Pernambuco, Piauí, Goiás e Bahia. Sua principal produção intelectual foi Saneamento do Brasil (em duas edições, 1918 e 1923), na qual abordava diversos problemas do Brasil por meio de soluções que envolviam a conscientização sanitária, discussões políticas e morais, integração nacional e a possibilidade de regeneração da população doente por meio de medidas sanitárias (CARVALHO, 2019; HOCHMAN, 2012; LIMA e HOCHMAN, 2000; CASTRO-SANTOS, 1985).

Frequentemente, Penna apontava e discutia o cenário político do Brasil, elegendo diferentes causas para o seu atraso e ingovernabilidade. Entre várias posições, era um desiludido com a República e com o processo de federalismo brasileiro. Nesse sentido, um de seus principais objetos de crítica foi o liberalismo que dominou a agenda política brasileira na Primeira República. Portanto, após discutir as desilusões com a República e as consequências do federalismo, pretendo demonstrar a descrença em um dos principais pilares de sustentação e justificativa da República: o liberalismo.

Críticas antiliberais e pensamento autoritário

Na análise de Wanderley Guilherme dos Santos, os liberais brasileiros eram seduzidos pelo que nomeou de *fetichismo institucional*, uma crença na qual ao construir um caminho livre para o funcionamento das instituições, isto é, sem o poder centralizador do Estado ou do monarca, o país poderia seguir o caminho liberal de sucesso, à moda dos Estados Unidos, por exemplo. Um pressuposto smithiniano estaria na concepção de um governo distante do mercado, mas ao mesmo tempo fiscalizando qualquer questão que impedisse o seu funcionamento (SANTOS, 1978, p. 80). Na tradição liberal brasileira, os “liberais

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

doutrinários"[1], na expressão deste autor, eram representados por intelectuais como Tavares Bastos, Assis Brasil (1857-1938) e Rui Barbosa. Acreditavam que a letra da lei seria suficiente para criar uma instituição forte que garantisse as condições de desenvolvimento do liberalismo.

Por outro lado, o liberalismo e a descentralização do Estado eram considerados para os opositores do regime republicano como os principais responsáveis pela desorganização social, política e econômica. Portanto, a inversão desse processo demandaria duas ações verticais. Em primeiro lugar, a centralização, efetuada com maior poder interventivo da União nos estados, no que talvez tenha sido um dos principais consensos entre os críticos à Primeira República. Em muitos casos esta centralização poderia significar também a aplicação de uma ideologia antiliberal, executada na prática pela mão de um Estado autoritário. Penna alimentava ambas as propostas. Como mencionei anteriormente, suas alusões à Monarquia não representavam o desejo do retorno ao regime, pois acreditava que em um determinado momento a própria Monarquia seria superada naturalmente pela República. Sua lembrança à Monarquia devia-se à forma de organização centralizada e fortalecida por um Poder Moderador soberano às províncias.

Na interpretação de Oliveira Vianna, a sociedade brasileira apresentava características de clã e um espírito autoritário, dificultando a aplicação de uma doutrina liberal pura. Portanto, "O Brasil precisa de um sistema político autoritário cujo programa econômico e político seja capaz de demolir as condições que impedem o sistema social de se transformar em liberal" (SANTOS, 1978, p. 93). A classificação realizada por Wanderley dos Santos sobre o pensamento autoritário me interessa. Em síntese, os adeptos do que o autor chama de "autoritarismo instrumental"[2] são classificados como aqueles que creem em um Estado forte para a tomada de decisões e alcançar determinadas metas. Eles também acreditavam que o autoritarismo resultaria posteriormente em uma sociedade liberal, podendo ser descartado como

---

1 Santos define da seguinte forma os *liberais doutrinários*: "[...] são, portanto, as sucessivas facções de políticos e de analistas que, desde meados do século XIX, sustentaram a crença de que a reforma político-institucional no Brasil, como em qualquer lugar, seguir-se-ia naturalmente à formulação e execução de regras legais adequadas. [...] Assis Brasil e Rui Barbosa podem, talvez, ser considerados como os mais notáveis exemplos de liberalismo doutrinário, nas primeiras décadas da República, com suas crenças inabaláveis de que boas leis criam boas e eficientes instituições, e que boas instituições garantem a qualidade moral do sistema" (Santos, 1978, p. 97).

2 Bolívar Lamounier critica a noção de "autoritarismo instrumental". Segundo Ricupero, para Lamounier "[...] com base num objetivo impreciso – a 'ordem burguesa' -, ela apenas incorporaria 'a autoimagem do próprio pensamento autoritário', que continuaria uma tradição intelectual brasileira, defensora de que 'os tecno-intelectuais alojados no aparelho de Estado', grupo que *Os donos do poder* chama de estamento burocrático, 'constituem uma elite especialíssima, movida por intentos altruístas, por uma visão de grandes horizontes e uma incomparável objetividade. Assim, além do 'fetichismo institucional' dos liberais, discutido por Santos, haveria o 'objetivismo tecnocrático', praticado por conservadores, pensadores autoritários e pelo próprio autor de Ordem burguesa e liberalismo político" (RICUPERO, 2016, p. 401).

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

orientação após atingir esta finalidade (SANTOS, 1978, p. 103). É pouco provável que Penna pensasse o autoritarismo e a centralização como medida para alcançar uma sociedade liberal. Ao contrário, lhe interessava o pressuposto de centralização e regulação do Estado na vida social. Esta medida fortaleceria a ação de suas propostas saneadoras e moralizantes. A forma como enxergava D. Pedro II e o paternalismo estatal demonstra, a meu ver, uma profunda crença de que a sociedade somente prosperaria se fosse tutelada por um Estado centralizador e vigilante.

É importante sublinhar as particularidades do pensamento autoritário de Penna para evitar enquadrá-lo em esquemas pré-definidos. Os modelos sugeridos por Santos e por Bolívar Lamounier permitem estabelecer um pano de fundo para melhor compreensão das singularidades do pensamento de Penna e para propor comparações com outros autores. Tendo em mente a complexidade desse debate, este tipo de exercício contribui para melhor posicionar as suas ideias, sejam as discordâncias ou as concordâncias.

Além da ausência de pensar um ponto de chegada liberal como prerrogativa do autoritarismo instrumental, Penna também não fazia coro ao industrialismo. Pelo contrário, sua fiel concepção ao agrarismo e a alternativa da lavoura o colocava no movimento contrário aos anseios da industrialização. O ponto de partida econômico para a sociedade brasileira não deveria ser a indústria, mas o campo. Era por meio da agricultura que o Brasil assentaria as bases para uma possível industrialização. A formação do pensamento autoritário de Penna passa por uma seleção de argumentos tanto de Oliveira Vianna como de Alberto Torres. À medida que a regulação da sociedade pelo Estado era uma necessidade, a questão agrária para a organização social era igualmente uma exigência.

O autoritarismo é por definição um regime político preocupado com o controle das liberdades dos sujeitos, uma vez que a imprevisibilidade é uma característica do ser humano (SANTOS, 1978, p. 122). Essa definição de Wanderley dos Santos é desenvolvida por meio da concepção de que o Estado autoritário define por lei punitiva o que antes era escolha individual. O sistema de coerção torna-se prática comum no autoritarismo em vista do controle da imprevisibilidade (SANTOS, 1978, p. 123-124). Na perspectiva de Penna, este controle era necessário porque o excesso de liberdade prejudicava o projeto de saneamento, cuja intervenção na vida pública e privada era uma exigência. O consumo de bebidas alcoólicas, por exemplo, aparece como demonstrativo do modo pelo qual o autor pensava a necessidade de um método coercitivo por parte do aparato Estatal. Penna considerava o álcool como propagador de doenças e um dos responsáveis pela degeneração da raça. Desse modo, procurou controlar o consumo

tanto por meio de taxações e multas financeiras, além de restringir o horário de uso da bebida. Era função do Estado se antecipar contra o "perigo social" – as liberdades dos sujeitos – que prejudicava a ordem coletiva. De maneira mais ampla, Penna avaliava:

> Assim foi com a importação do negro e o trabalho escravo; com a desorganização desse trabalho, sem o cuidado prévio de substituí-lo por outra organização que impedisse o desbarato da lavoura; com o regime inadequado, *por excessivamente liberal para o nosso meio atrasadíssimo*, e finalmente *com a política desbragadamente protecionista, para implantação extemporânea de indústrias artificiais e desenvolvimento do urbanismo, num país de imenso território, escassa e esparsamente povoado, ainda no período pastoril e agrícola*, por que passaram todos os demais, que procuramos imitar fora de tempo e de propósito (PENNA, 1932, p. 4).

Neste quadro está sintetizado o problema liberal para Penna. A busca pela imitação de um modelo constitucional estrangeiro e anacrônico[3] de liberalismo desorganizou a lavoura e a mão de obra. Ao invés de buscar uma solução para a sua reorganização, o governo preferiu investir em indústrias, deixando a questão agrária à deriva. Este cenário era agravado com a questão moral dos homens públicos que teriam sequestrado o Brasil da população (PENNA, 1918, p. 78). Assim, uma população abandonada e ignorante precisaria de uma tutela para ser conduzida. Os diagnósticos são semelhantes aos de Torres, bem como as soluções. Torres pensava o governo centralizado como uma fortaleza para cumprir seu papel de agente desenvolvedor dos indivíduos e coordenador da sociedade (TORRES, 1914, p. 158). O trecho a seguir, do jurista fluminense, resolve a questão para Penna:

> Ao Estado cumpre igualar as possibilidades e os meios de trabalho e de propriedade. Só depois desta obra de regeneração de instituições, costumes, tradições e tendências, contrários ao desenvolvimento espontâneo de todas as capacidades pessoais e favoráveis à formação de relações desiguais, se poderá decidir se o individualismo exprime um ideal, nas relações do homem com a sociedade (PENNA, 1918, p. 244).

A transformação desse cenário ocorreria por meio de um Estado tutelar, que estabeleceria tanto os cuidados com a saúde pública quanto se comprometeria com uma reforma moral dos indivíduos. O Estado autoritário desejado por Penna, além da centralização política, regularia a economia e controlaria a sociedade em vista de uma ordem social, principalmente

3 Para Penna, o país não poderia conceber uma estrutura política liberal enquanto sua população fosse ceifada pela fome, analfabetismo, alcoolismo e doenças. De modo que considera o término precoce da Monarquia como um agravamento dessas condições. Para ele, inexistia no Brasil traços históricos de uma sociedade liberal, ou seja, era incoerente haver um Estado de concepção liberal. Ao passo que os países denominados de "alta cultura" como os Estados Unidos e a Inglaterra eram condicionados à adoção do liberalismo, no Brasil não havia essa possibilidade.

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

na saúde pública. Se estava comprovada a ineficácia da *mão invisível* para o sucesso do liberalismo brasileiro, era preciso reorientar as direções a partir da *mão visível do Estado*.

Se a maioria dos problemas do país decorria das escolhas erradas da classe dirigente, quais seriam as soluções preconizadas por Penna para reverter este quadro histórico? A pergunta sugere um posicionamento contrário àquele de caráter liberal e adepto da descentralização. Nesse sentido, o sanitarista brasileiro permanecia na fileira dos intelectuais defensores do Estado enquanto participante e regulador da vida social. O papel do poder público era o de afastar as barreiras em vista do florescimento de uma autêntica sociedade brasileira (SANTOS, 1978, p. 54). A linha de raciocínio é construída por meio do entendimento de que o indivíduo faz parte de um organismo social e cabe ao Estado a sua organização. Ao Estado, o organismo social deve obediência e disciplina. A consciência da obediência e disciplina é alimentada pelo sentimento de pertencimento à nação. O autoritarismo passava a ser uma crença para uma nação integrada, uma vez que "É próprio do autoritarismo regular extensamente o cotidiano dos cidadãos" (SANTOS, 1978, p. 122). Em vista da nacionalidade a ser buscada, o aspecto comunitário da sociedade tornava-se uma exigência. Um Estado centralizado, como nos mostra Cristina Fonseca ao visitar as interpretações dos autoritários, "[...] seria o principal ator na transformação de nossa dinâmica política. Este estado deveria atuar sobre os órgãos federativos de modo a neutralizar a interferência dos poderes locais constituídos" (FONSECA, 2007, p. 72). Isto é, o aspecto moral, importantíssimo para Penna, estava nessa concepção de reforma do Estado.[4]

A "Era do Saneamento", prognosticada por Penna, consistia na mudança de diálogo entre União e os estados. O modelo interventor contribuiria para a integração nacional, em oposição ao bairrismo que resultava o federalismo. O intervencionismo da União criaria um sentimento de unidade e conexão entre os estados. Não à toa cada parceria firmada entre estados e o Departamento Nacional de Saúde Pública era comemorada por Penna como uma vitória da consciência sanitária e da integração nacional. A metáfora utilizada por Penna para definir o papel do Estado na intervenção nacional oferece amostras do sentido tutelar: "A União deveria ser a argola a que se achassem presas as vinte chaves dos edifícios que constituem a nação - os

4 Penna permaneceu nessa convicção durante a década de 1930: "A sociedade é um organismo, como o do homem, que exige sinergia de trabalho dos seus aparelhos e constante vigilância dos seus órgãos para funcionar com regularidade e proveito" (PENNA, Belisário. *A educação Rural:* o problema brasileiro e sua enorme importância social e econômica. Conferência realizada na Associação Brasileira de Educação pelo Dr. Belisário Penna, junho de 1931, p. 19).

Estados; - deveria ser a superintendente, a tutora, e a responsável pela administração desses edifícios com as suas terras e habitantes" (PENNA, 1918, p. 91).

Dando um passo adiante, tal crença levou Penna a considerar o Estado autoritário como caminho para o antiliberalismo e para o fortalecimento do poder público. A perspectiva de Bolívar Lamounier sobre a formação autoritária na Primeira República oferece a dimensão do pensamento político comprometido com "[...] um sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade" (LAMOUNIER , 2006, p. 384). O cientista político conceituou essa reflexão como *ideologia de Estado*.[5]

Enquanto definição dos intelectuais pertencentes a este grupo, Lamounier caracteriza-os como sujeitos em busca pela escalada no poder burocrático, sentimento altruísta, nacionalismo e instrumentalização científico-sociológica na crítica ao constitucionalismo formal (LAMOUNIER , 2006, p. 384). Ademais, esta é uma matriz ideológica que se opõe, segundo o autor, à concepção de mercado (LAMOUNIER , 2006, p. 385). A *mão visível do Estado*, para Penna, domesticava o mercado e desamarrava ideologicamente a compreensão do liberalismo como projeto econômico-social de nação.

Aliás, não acredito que exista um tipo único de autoritarismo capaz de integrar todo pensamento político dos intelectuais da Primeira República. A fisiologia de uma *ideologia de Estado* como modelo totalizante para identificar teóricos do autoritarismo da Primeira República não pode ser assumida como matriz incontestável de análise, especialmente em relação a Penna. Wanderley dos Santos, nos acalorados debates historiográficos com Lamounier nos anos de 1970, criticava a confusão conceitual da *ideologia de Estado,* entendendo como imprecisa e determinista (SANTOS, 1878, p. 32-33).[6]

No entanto, no contexto deste texto, penso ser razoável debater o modelo de *ideologia de Estado*. Lamounier esquematiza sua tese com base no pensamento de Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos, intelectuais ligados ao pensamento autoritário da Primeira República. Para o cientista político, o primeiro item, que caracteriza a *ideologia de Estado* é o *Predomínio do princípio "estatal" sobre o princípio de mercado*, definido como a defesa de uma ideologia estatal sobrepondo uma ideologia de mercado. O

5 Uma vez que não pretendo aprofundar sobre os embates historiográficos em torno desses termos, embora tal discussão também seja importante, recomendo o primeiro capítulo de: RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Alameda, 2016.

6 Lamounier considerou a definição de Ordem Burguesa de Santos uma "camisa de força" (LAMOUNIER, 2006, p. 386).

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

repúdio ao liberalismo por parte dos autoritários levava-os a partilhar da subordinação do mercado ao Estado, seu natural domesticador.

O segundo item, a *visão orgânico-corporativa da sociedade*, anuncia a formação de uma sociedade de pequenos produtores, na qual a interpretação de Alberto Torres é a referência. Trata-se do foco agrário acima do banco e da indústria. Se para muitos ideólogos do Estado a expansão do industrialismo era central para o desenvolvimento econômico do país, para outros esta não era a solução. A rigor, a discussão permeia a "organização" de uma nação que ainda não existia. Aqui também são enquadradas as compreensões de Gilberto Amado, Oliveira Vianna e Torres (LAMOUNIER , 2006, p. 390-391). O Estado impulsionaria a almejada organização social.

O *objetivismo tecnocrático* oferece uma crítica ao modelo republicano, bem como uma aproximação a Oliveira Vianna. Seria, por assim dizer, a substituição de uma política ilusória para uma forjada na "realidade nacional" e sabedora dos "reais" problemas nacionais. Os diferentes "Brasis" eram colocados frente a frente. Oliveira Vianna se apropria do conceito de engenharia social durkheimiana para operar um novo sentido de diagnóstico da sociedade brasileira e do rompimento de antigos preceitos viciados da política nacional (VIANNA, 2004, p. 170). As Ciências Sociais são convidadas ao debate e legitimam cientificamente uma estrutura autoritária. Em suma, escreve Lamounier sobre os autoritários:

> A construção de modelos institucionais não constitui, a rigor, neste sentido, exercício de imaginação política, mas sim aplicação de capacidade técnico-científica. A tarefa científica da sociologia é produzir o diagnóstico que conduzirá à socioterapia tecnocrática (LAMOUNIER, 2006, p. 393).

A *visão paternalista-autoritária do conflito social* é outra característica que, segundo Lamounier, define os autoritários. Enquanto o mercado percebe o conflito social como constituinte das relações sociais, a *ideologia de Estado* prevê a supressão dos conflitos. Segundo o autor, em vista do diagnóstico da Primeira República, a sociedade brasileira era como uma panela de pressão, ou seja, inofensiva e controlável desde que manipulada com precaução. Por um viés histórico nacional, o país era apresentado como uma sociedade de constantes conflitos sociais. O papel do Estado estaria na mediação entre o Individual *versus* o Coletivo. De quem é a responsabilidade da normatização e tutela social? De que modo o conflito social não prejudicaria uma construção unitária de nação? Caberia ao Estado a responsabilidade pela tomada de ações para o controle do indivíduo em prol da comunidade. Tal ordem pode ser exposta no sentido da autoridade do Estado sobre interesses regionais ou locais, visto que o Estado teria o poder de intervenção específica a fim de garantir a harmonização nacional.

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

Muito do que Penna escreve parece se encaixar perfeitamente no quadro arquitetado por Lamounier para compreender o pensamento autoritário da Primeira República. Em *Saneamento do Brasil*, explica:

> Somos partidários decidido da intervenção do Estado nas questões de higiene, indissoluvelmente ligadas a todos os problemas de ordem econômica, política e social.
> Não compreendemos autonomias estaduais e municipais em matéria de saúde pública, quando a nação deve ser constituída da solidariedade, da união e da uniformidade de vistas dos Estados, e estes da união e solidariedade dos municípios.
> Nesse assunto não pode, nem deve haver simples interesse regional ou local, porque ele é nacional, devendo haver uma só orientação e uma só ação, embora auxiliada pelos estados e municípios, que participarem dos benefícios (PENNA, 1918, p. 167-168).

Ao colocar a saúde pública como tema central, Penna não concebe a intervenção do Estado como uma ameaça ao indivíduo, mas ao contrário, era uma ação que o protegia. Essa face protetora garantiria a sobrevivência da sociedade pensada no sentido coletivo e de solidariedade frente aos interesses escusos da politicalha e, em especial, no esforço em domesticar o interesse privado, direcionando-o para o bem público. As elites oligárquicas, consideradas moralmente corrompidas, voltam ao cerne da análise como responsáveis pela desordem social. A ação centralizadora teria o efeito de controlar as elites locais e privilegiar a ordem em contraposição à liberdade e aos interesses privatistas (BRANDÃO, 2005, p. 247).

Penna, enquanto "sociólogo por convicção", parte da compreensão do quadro do país "real" para explicar o seu atraso e a ausência de cuidados com a população desassistida pelo poder público. Este pressuposto forja o sentimento de uma política nacional desacreditada, eivada de egoísmos e afastada do seu comprometimento com o Brasil "real". Vale lembrar que as interpretações sociológicas elaboradas por Penna, ainda que muitas vezes fossem apresentadas em uma linguagem moralizante, estavam calcadas nas análises de Alberto Torres e Oliveira Vianna, não por coincidência dois dos autores mobilizados na discussão teórica de Lamounier. Além disso, Penna também se alinhou e foi politicamente fiel a Francisco Campos durante a sua estadia no Governo Vargas, outro autor trabalhado por Lamounier.

Embora o modelo de *ideologia de Estado* desenvolvido por Lamounier aparentemente esteja se ajustando ao pensamento autoritário de Penna, não há um encaixe perfeito. Penna desenvolveu uma relação recorrente com as instituições partidárias, de modo que seu envolvimento com Partido da Mocidade e o Partido Democrático não permite enquadrá-lo fielmente na perspectiva da *não-organização da "sociedade civil"* e da *não-mobilização*, característica atribuída por Lamounier aos autoritários. Enquanto Oliveira Vianna (1927, p.

115-116) questionava os partidos por gravitarem em torno de programas e não de pessoas, Penna acreditou na eficácia do discurso da organização partidária e da mobilização das massas quando orquestradas por líderes "verdadeiramente patriotas". Esta é a razão pela qual se envolveu com partidos antes e depois do golpe de 1930.

Vejamos com mais vagar a relação de Penna com os partidos políticos. Embora envolvido em poucas atividades partidárias, Penna aproximou-se do Partido da Mocidade e do Partido Democrático em meados da década de 1920. Em especial, afinado com as políticas de ordem conservadora dos partidos. Em 26 de fevereiro de 1926, em entrevista ao *Diário da Noite*, expunha: "O meu apelo está sendo atendido nesta grande terra paulista, com a fundação de dois partidos, o da Mocidade e Democrático, cujos programas contém os mesmos ideais orgânicos, o do saneamento físico, moral e político do Brasil"[7].

No que se refere ao Partido da Mocidade (1925), Penna foi seduzido por sua agenda de regeneração da moralidade cívica, sociedade conservadora, aplicação da higiene, combate ao alcoolismo e voto secreto. Também atuou como conferencista e apoiou publicamente o partido em impressos periódicos desde a sua fundação. Considerava satisfatória a mobilização da juventude brasileira ao despertar para os problemas nacionais e reivindicar uma posição política (PENNA, 1925).

Mesmo acreditando ser o Estado um ordenador da sociedade, Penna não desconsiderava o poder de organização dos seus membros. Aliás, a discussão de um povo saudável fisicamente e moralmente qualificava o brasileiro a pensar enquanto coletividade, inclusive politicamente. Em outras palavras, bastaria o despertar de uma consciência nacional para mobilizar as massas rumo ao seu destino. Para este fim, inicialmente, era preciso recuperá-las do imobilismo, ainda que o primeiro passo coubesse às classes dirigentes. Por este motivo seu discurso era pautado no despertar de uma "consciência nacional", sendo necessário libertar o brasileiro da "anarquia mental". Em *Política de Vermes* clamava para os moços de São Paulo tomarem para si a tarefa "grandiosa, humanitária e patriótica" do saneamento físico e moral do Brasil (PENNA, 1926, p. 17).

Sua participação, inclusive, envolvia trocas de correspondências com a cúpula do partido. Em seu arquivo pessoal duas cartas sobressaem em relação à comunicação. A primeira à cúpula de membros do conselho diretor do Partido da Mocidade, em 4 de novembro de 1925, composta por Eurico Branco Ribeiro (1902-1978), Moacyr Amaral Santos (1902-1983), Breno

7 Entrevista de Belisário Penna para o *Diário da Noite*. São Paulo, 23 de outubro de 1926.

Braz de Amaral e Paulo Gonçalves (1897-1927). A segunda, de 16 de novembro de 1925, dirigida a Plínio Gomes de Mello (1900-1993), fundador e financiador da *Revista Mocidade*[8], que se amparava em uma vertente nacionalista.[9]

Nas duas correspondências[10], Penna expunha sua visão para os integrantes do Partido da Mocidade e pontuava as aproximações entre suas convicções e as propostas do partido, reafirmando seu discurso político sanitarista e preocupado com a questão moral e agrária do país. Com relação à política nacional, mantinha o argumento de que era preciso repensar o poder político brasileiro, sobretudo na contenção das farsas eleitorais e os problemas acarretados pelo federalismo. Em síntese, dizia:

> Bastará ao Partido da Mocidade criar a mentalidade antipoliticalheira, pela repulsa manifesta, em grande escala, aos politicalhões, politicalheiros e politicalhotes, para prestar ao Brasil serviço inestimável e sem igual.
> Esse seria o ponto de partida de todas as reformas de moralização do regime, inclusive o voto secreto, que só será burlado, entre nós, depois de isolados os caftens da nação, atualmente senhores absolutos de todos os elementos de compressão e de corrupção, de que usam e abusam criminosamente.[11]

Entendo que a aproximação com Plínio de Mello e o Partido da Mocidade deu-se tanto pelo aspecto conservador quanto pela compreensão de nação, que seguia a geração crítica da República da década de 1920. Assim como Penna, Mello seguia as bases das propostas de Alberto Torres e se orientava nas discussões nacionais de Oliveira Vianna e Vicente Licínio Cardoso.[12]

---

8 Entre os publicistas estavam: Oliveira Vianna, Graça Aranha (1868-1931), Pontes de Miranda, Ronald de Carvalho, Vicente Licínio Cardoso, Dario Veloso (1869-1937) (filósofo no Paraná), Ângela Guido, Plínio Salgado, Afrânio Peixoto, Fernando de Azevedo (1894-1974) e João Ribeiro (1860-1934). Depoimento de Plínio de Mello a Maria Eugenia Boaventura. http://www.unicamp.br/~boaventu/page9b.htm (Acesso em 24 de janeiro de 2025).

9 Plínio de Mello, a partir de 1926, passa a simpatizar com o comunismo e parte para uma guinada à esquerda.

10 Carta de Belisário Penna a Plinio de Mello. Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1925. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC); Carta de Belisário Penna a Eurico Branco Ribeiro, Amaral Santos, Breno Braz de Amaral e Paulo Gonçalves. (Membros do Conselho Diretor do Partido da Mocidade). Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1925. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

11 Carta de Belisário Penna a Eurico Branco Ribeiro, Amaral Santos, Breno Braz de Amaral e Paulo Gonçalves. (Membros do Conselho Diretor do Partido da Mocidade). Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1925, p. 7. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

12 Em depoimento, Plinio de Mello explica sua orientação naquele período: "O nacionalismo decorria das circunstâncias da época que procurava demonstrar que a realidade brasileira não poderia se circunscrever àquele ufanismo nacionalista predominante em certos círculos políticos. Devia-se encarar nossos problemas com mais objetividade de modo que se pudesse contrapor à política dominante, uma política mais eficiente com realizações capazes de atender às necessidades do povo brasileiro. Por isto é que Oliveira Vianna, Vicente Licínio Cardoso e o próprio Alberto Torres vinham fazendo críticas severas ao idealismo da antiga constituição, sem correspondência prática na vida política. Pensava-se em formar um grupo de jovens intelectuais que pudessem promover, - inicialmente, uma campanha pelo voto secreto, e pela participação na vida social e política brasileira. E sobretudo, pregavam o serviço civil obrigatório em substituição ao serviço militar. Por exemplo, o estudante, durante o curso, nas férias e mesmo depois de formado, deveria participar da vida social brasileira, através de excursões pelo interior, no sentido de observar e conhecer as condições de vida das populações do interior do país" (Depoimento

Embora não tenha disputado o pleito eleitoral, o Partido da Mocidade assumia um papel de transformação do poder político brasileiro a partir de um setor da burguesia paulista insatisfeito com a situação. Sua anexação ao Partido Democrático compreende a junção de forças na segunda metade da década de 1920 frente à oligarquia dominante, especialmente a rural.

Para Carone, o Partido Democrático corresponde à união de uma série de dissidências na classe dominante paulista, não mais respondendo unicamente ao Partido Republicano Paulista. As diversas cisões da elite paulista desde a década de 1890 se intensificaram com a criação de movimentos cívicos no século XX como a Liga Nacionalista e Liga de Defesa Nacional, compostos por membros das oligarquias, como Assis Brasil e Júlio de Mesquita Filho (1892-1969) (CARONE, 1974, p. 389). Na década de 1920, aparecem com maior força contestadora a Liga do Voto Secreto e o Partido da Mocidade - ambos seriam incorporados ao PD, em 1926 -, na qual o voto secreto desempenhava papel relevante como meio de transformação legal. O surgimento do Partido Democrático significou a oposição e ao mesmo tempo a continuidade do Partido Republicano Paulista (CARONE, 1974, p. 399). Representado, entre outros, por Antônio Conselheiro Prado (1840-1929), o partido acreditava no processo eleitoral como alternativa para a execução de um poder considerado democrático.

O Partido Democrático aliançou com as classes médias de São Paulo e com grupos descontentes do setor agrário (FAUSTO, 1997, p. 55). Embora a pauta do PD congregue o voto secreto, a fiscalização dos resultados eleitorais – devido à manipulação eleitoral das oligarquias rurais – e a modernização por meio de reformas do ensino, a classe operária ficou à margem de representação no partido. Isto porque sua representatividade almejava uma parcela da classe dominante e não a totalidade dos trabalhadores. O caráter reformador do partido insere-se na reestruturação do pacto oligárquico e não na sua destituição (MICELI, 2001, p. 91-92). Posteriormente, em 1932 o PD iniciou uma aliança com o Partido Republicano Paulista (PRP), criando a "Chapa Única por São Paulo", na qual elegeu 17 dos 22 deputados (PANDOLFI, 1987, p. 16).

Segundo Maria Lígia Coelho Prado, o PD prometia uma remodelação dos costumes políticos, principalmente diante do descrédito da oligarquia dominante. O partido se colocava como uma renovação política e moralizadora, embora utilizasse de práticas que combatia, como

---

de Plínio de Mello a Maria Eugenia Boaventura. Cf.: http://www.unicamp.br/~boaventu/page9b.htm. Acesso em 24 de janeiro de 2025).

o voto de cabresto. Em resumo, "O Partido Democrático colocava-se exatamente como alternativa intermediária: reformar-se, sem alterações substantivas, a ordem burguesa" (PRADO, 1984, p. 80). Além da moralização, o PD anunciava sua frustração com a República e prometia recolocar o país no "caminho da virtude" (PRADO, 1984, p. 73).

De fato, esta agenda se aproximava do que propugnava Penna, que adotava a métrica do voto secreto, medidas de moralização de ordem política e social e uma reforma republicana. Além disso, ponto que considero fundamental é sua predisposição pela ascensão de uma nova elite política - dotada de uma "consciência nacional" - no poder, contestadora da elite que a precedia e afirmadora da vertente no nacionalista sulcada nas críticas dos intelectuais à República fundada em 1889.

Do ponto de vista dos partidos, a figura de Penna era bem-vinda. Após sua prisão no governo Bernardes, bem como sua retórica pública nacionalista, Penna era um "garoto propaganda" relevante para campanhas partidárias que erguiam a bandeira do nacionalismo e da moralidade. Não por acaso, seus admiradores o consideravam um exemplo de homem público comprometido com o país, sem interesse na política de carreira e crítico do *status quo* da política dominante republicana. Um discurso que o próprio Penna ressaltava, mesmo estando imerso nas administrações públicas e em pleno diálogo com essa política.

Seu lugar mais efetivo como candidato de um partido, contudo, ocorreu no Partido Democrático do Distrito Federal, provavelmente fundado em 1927[13]. O nome de Penna aparece em um cartaz do Partido Democrático do Distrito Federal como candidato à Assembleia Nacional Constituinte de 1933. Mais uma evidência da sua confiança nas instituições partidárias. Ao seu lado estavam Adolpho Bergamini (1886-1945), Raul Leitão da Cunha, Astolpho Vieira de Rezende (1870-1946), Luiz Carlos de Araújo Pereira, Arthur Cumplido Sant'Anna, Targino Ribeiro, Luiz Cantanhede de Carvalho Almeida, Justo Rangel Mendes de Moraes (1883-1968) e Domingos José da Silva Cunha.[14] Raul Leitão da Cunha foi o único eleito entre os candidatos.

Minha hipótese é que, após ter saído do governo Vargas, Penna tenha sido seduzido por seu antigo amigo e uma das lideranças do partido, o também médico e sanitarista Leitão da Cunha, para figurar como candidato à Constituinte. Em 1934, após diversas comissões, o

13 A ocorrência mais antiga que encontrei a respeito do Partido Democrático do Distrito Federal em impressos periódicos foi em: *O JORNAL*. Partido Democrático do Districto Federal. Rio de Janeiro, Ano IX, n. 2678, 28 de agosto de 1927, p. 10.

14 Manifesto do Partido Democrático ao Povo Carioca. S/D. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

Partido Democrático do Distrito Federal se funde com o Partido Economista do Brasil.[15] A essa altura Penna estava afastado da movimentação partidária e da vida pública.

A partir da relação entre Penna e os partidos, sugiro que sua perspectiva de partido era semelhante à lógica das Ligas – tal como a Liga Pró-Saneamento do Brasil – que buscava mais mobilizar a sociedade em prol de uma causa, com viés moralizante, do que uma dinâmica de partido político propriamente dito, quando organizações partidárias movidas por causas e interesses específicos e parciais são orientadas para a aquisição do poder (WEBER, 2009, p. 194-195) Evidentemente, o apoio de Penna aos partidos ou líderes dependia de como estes compactuavam com o seu projeto de nação. Não raramente percebia em figuras políticas ícones salvacionistas e viabilizadores da sua ideologia político-sanitária. Foi assim com Wenceslau Brás, Washington Luís, Getúlio Vargas e Plínio Salgado.

Por sua vez, Penna estava alinhado ao *elitismo e voluntarismo como visão dos processos de mudança política*, outra característica dos autoritários segundo Lamounier. Para mudar o *status quo* das oligarquias latifundiárias e despertar a consciência nacional era preciso uma ruptura brusca com o sistema vigente e seu liberalismo malsão. Nesse sentido, o fortalecimento do Estado e o uso de um aparato instrumental cerceador e persuasivo era imperativo para o alcance das idealizações. Esta foi uma das razões pela qual Penna passou a apoiar o movimento tenentista na década de 1920. Mais ainda quando se juntou aos revoltosos de outubro de 1930. Havia um consenso ideológico para estes intelectuais de que o Estado forte era o caminho para atingir o objetivo de um centro político.[16]

Mesmo não considerando adotar a *ideologia de Estado* como molde definitivo para a construção de um Estado autoritário, a discussão permite situar de que modo intelectuais na Primeira República desenvolveram o pensamento autoritário maturado institucionalmente na década de 1930, momento no qual um setor da elite do país tomava de assalto a política nacional e rompia com a República liberal oligárquica, na expressão de Maria Efigênia Resende.[17] Ao mesmo tempo, penso a *ideologia de Estado* como uma fórmula genérica da construção de um pensamento autoritário no entreguerras.

---

15 *Jornal do Brasil.* A fusão dos partidos Economistas e Democráticos. Rio de Janeiro, Ano XLIV, n. 89, 15 de abril de 1934, p. 8.

16 LAMOUNIER, Bolívar. *Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República*. op.cit., p. 404.

17 RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico*. op.cit., p. 89-120.

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

A impossibilidade de enquadrar Penna nos tópicos da *não-organização da "sociedade civil"* e da *não-mobilização* política não é apenas incompatível com o modelo de *ideologia de Estado*, mas significa a peculiaridade da construção do seu pensamento. Isto porque Penna jamais abandonou a crença de que a população era uma ferramenta para a mudança social no Brasil, ainda que em geral dirigisse um olhar elitista para as massas. Sua tentativa em centralizar a nação e eleger um Estado tutelar possuía uma razão emancipatória da própria sociedade, ainda que não em direção ao liberalismo. Sendo assim, tendo em mente essa discussão, Penna pode ser tomado como um pensador autoritário.

Todavia, sua discordância com o governo Vargas o fez desembarcar ainda na metade do Governo Provisório que ajudou a edificar. Concomitantemente foi seduzido por ideias integralistas em que a mobilização, a figura do grande líder, a moralização, a vigilância, o conservadorismo e o discurso integracionista pareciam mais efetivas. Penna mantinha suas convicções autoritárias, mas invertia a lógica de ação política ao migrar do projeto de Vargas para o integralismo de Plínio Salgado.

Considerações Finais

Ao analisar a trajetória de Penna notei que o seu poder de negociação política era bastante limitado. O sanitarista era identificado pela sua filiação ao Instituto Oswaldo Cruz, o que lhe permitiu um reconhecimento técnico por parte da intelectualidade e da classe dirigente, sobretudo aquela envolvida com a retórica nacionalista-salvacionista. Ao centralizar seus discursos no saneamento como uma questão de salvação nacional, se alinhava à visão de outros intelectuais nacionalistas, como Monteiro Lobato, que acabavam por simpatizar e propagandear a sua proposta de consciência sanitária. Tal proposta o acompanhou durante toda a sua trajetória política-intelectual.

De fato, uma vez que as políticas públicas caminhavam para uma maior centralização e articulação entre estados e União, o projeto de Penna conquistava mais adeptos. Na sua ótica, a autoridade e a centralização política e administrativa rearranjariam a fragmentação causada pelo federalismo. O discurso autoritário, marca de suas propostas, visava uma constante vigilância social para assegurar a implementação desses projetos e garantir a obediência dos estados e da população.

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

Penna costumava flertar com projetos autoritários, uma vez que, do seu ponto de vista, viabilizariam um projeto de país com uma 'nação saneada'. Sua presença no Governo Provisório de Getúlio Vargas e na Ação Integralista Brasileira (A.I.B.) são exemplos de movimentos políticos e ideológicos que ele apoiou em nome da crença de que suas teses estariam na ordem do dia do país.

Referências

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, 2005, pp. 231-269.

CARONE, Edgard. *A República Velha (evolução política)*. 2ª Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. O saneador do Brasil: saúde pública, política e integralismo na trajetória de Belisário Penna (1868-1939). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2019.

Carta de Belisário Penna a Plinio de Mello. Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1925. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC);

Carta de Belisário Penna a Eurico Branco Ribeiro, Amaral Santos, Breno Braz de Amaral e Paulo Gonçalves. (Membros do Conselho Diretor do Partido da Mocidade). Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1925. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

CASTRO-SANTOS, Luiz Antonio de. O pensamento sanitarista na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 28, 1985, pp. 193-210

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930:* historiografia e história. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FONSECA, Cristina Maria Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945)*: dualidade institucional de um bem público. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

http://www.unicamp.br/~boaventu/page9b.htm. Acesso em 24 de janeiro de 2025.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*: as bases da política de saúde pública no Brasil. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

JORNAL DO BRASIL. A fusão dos partidos Economistas e Democráticos. Rio de Janeiro, Ano XLIV, n. 89, 15 de abril de 1934.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, v. 9. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. pp. 371-404.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, n. 5 v. 2, 2000. pp. 313-332.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira.* 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

O JORNAL. Partido Democrático do Districto Federal. Rio de Janeiro, Ano IX, n. 2678, 28 de agosto de 1927.

PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYNSZPAN, Mário. *Da revolução de 30 ao golpe de 37:* a depuração das elites. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

PENNA, Belisário. ACORDA MOCIDADE. *Folha da Manhã*. São Paulo, 16 de novembro de 1925.

PENNA, Belisário. *Clama! Clama! Ne Cesses! Correio da Manhã.* Rio de Janeiro, Ano XXXI, n. 11.441, 31 de março de 1932.

PENNA, Belisário. *Política de Vermes*. Conferência realizada em São Paulo, a convite do Partido da Mocidade, em 21 de outubro de 1926.

PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunaes, 1918.

PRADO, Maria Lígia Coelho. O Partido Democrático de São Paulo: adesões e aliciamento de eleitores (1926/1934). *Revista de História (USP)*, São Paulo, n. 117, 1984, pp. 71-85.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). *O Brasil Republicano*: O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. pp. 89-120.

RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil.* 2ª Ed. São Paulo: Alameda, 2016.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. 1ª Ed. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

TORRES, Alberto. *A organização nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva*: iberismo e americanismo no Brasil. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Renavan, 2004.

VIANNA, Oliveira. *O idealismo da Constituição*. Rio de Janeiro: Editora Terra de Sol, 1927.

WEBER, Max. "Class, status, party". In: _____. *From Max Weber*: Essays in Sociology. London and New York: Routledge, 2009. pp. 194-195.

DOI 10.61470/o.v23i1.74924

HERDEIROS DO DISCURSO: ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E LINHAGEM POLÍTICA CONSERVADORA NO BRASIL.

HEIRS OF THE DISCOURSE: ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA AND CONSERVATIVE POLITICAL LINEAGE IN BRAZIL.

HEREDEROS DEL DISCURSO: ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA Y LINAJE POLÍTICO CONSERVADORA EN BRASIL.

Douglas Puglia, Docente do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia (IFMG - campus São João Evangelista)

Resumo:
Analisar a Escola Superior de Guerra (ESG) e o seu pensamento político tem por imperativo relacioná-la ao National War College estadonidense como também a estrutura da Doutrina de Segurança Nacional e as suas proposições anticomunistas. Porém, muitas das vezes se esquece de uma dimensão nacional que é de suma importância para se compreender esta instituição, notadamente o pensamento nacionalista autoritário de Alberto Torres e Oliveira Vianna. A partir do conceito de linhagem política proposto por Gilberto Marçal Brandão, no qual o autor afirma que há algumas instituições e pensadores que remontariam parte de produção a um tipo de pensamento tradicional ou originário e que acabariam por gerar um tipo de arvore genealógica de determinados tipos de pensamento político, fundando uma linhagem desta forma de pensar. Assim, o presente artigo analisa como a Escola Superior de Guerra poderia ser interpretada como pertencente a uma linhagem política que principiaria no início do século XX com Alberto Torres e Oliveira Vianna.
Palavras chave: Escola Superior de Guerra, Alberto Torres, Oliveira Vianna, Pensamento autoritário, Pensamento Político no Brasil.

Summary:
Analyzing the Escola Superior de Guerra (ESG) and its political thought is imperative to relate it to the American National War College as well as the structure of the National Security Doctrine and its anti-communist propositions. However, a national dimension is often forgotten, which is extremely important for understanding this institution, notably the authoritarian nationalist thought of Alberto Torres and Oliveira Vianna. Based on the concept of political lineage proposed by Gilberto Marçal Brandão, in which the author states that there are some institutions and thinkers

that would trace part of their production back to a type of traditional or original thought and that would end up generating a type of genealogical tree of certain types of political thought, founding a lineage of this way of thinking. Thus, this article analyzes how the Escola Superior de Guerra could be interpreted as belonging to a political lineage that began at the beginning of the 20th century with Alberto Torres and Oliveira Vianna.
Keywords: Escola Superior de Guerra, Alberto Torres, Oliveira Vianna, Authoritarian thought, Political Thought in Brazil.

Resumen:
Analizar la Escola Superior de Guerra (ESG) y su pensamiento político es imperativo relacionarla con el National War College estadounidense así como con la estructura de la Doctrina de Seguridad Nacional y sus propuestas anticomunistas. Sin embargo, a menudo se olvida una dimensión nacional, que es extremadamente importante para comprender esta institución, en particular el pensamiento nacionalista autoritario de Alberto Torres y Oliveira Vianna. Partiendo del concepto de linaje político propuesto por Gilberto Marçal Brandão, en el que el autor afirma que hay algunas instituciones y pensadores que remontarían parte de su producción a un tipo de pensamiento tradicional u original y que terminarían generando un tipo de árbol genealógico de ciertos tipos de pensamiento político, fundando un linaje de esta forma de pensar. Así, este artículo analiza cómo la Escola Superior de Guerra podría interpretarse como perteneciente a un linaje político que se inició a principios del siglo XX con Alberto Torres y Oliveira Vianna.
Palabras clave: Escola Superior de Guerra, Alberto Torres, Oliveira Vianna, pensamiento autoritario, pensamiento político.

Introdução

A Escola Superior de Guerra (ESG) buscou implantar no Brasil um modelo de se fazer política. Através de seus escritos é possível perceber até a busca por um tipo de Estado que seria ideal para o Brasil. Mas quais seriam as raízes do seu ideário político e as suas principais influências? Para além de uma cultura política oriunda de um grupo de militares do Exército, houve outros tipos de influência que foram fundamentais para a ESG, em termos mais específicos, o pensamento autoritário nacionalista brasileiro das três décadas iniciais do século XX, em especial, os autores Alberto Torres e Oliveira Vianna. Não se trata, porém, de uma simples influência, e sim de algo bem mais profundo: um dos pontos centrais deste artigo é a acepção de que a ESG pode ser

considerada como participante de uma linhagem política conservadora e autoritária tomando para si o discurso político dos autores citados e os adaptando à conjuntura política específica de que fez parte. Assim, cada linhagem política, pois haveria outras, teria os seus herdeiros, instituições ou pessoas que se identificariam de tal forma com um determinado ideário político que buscariam tornar-se um legítimo representante daquela forma de pensamento. A ESG faz parte de uma tradição que teve em Alberto Torres e Oliveira Vianna grandes representantes e, nos escritos, trabalhos e conferências da ESG pode ser notada a influência dos mesmos. Mais do que uma influência, pode-se dizer que os escritos políticos de Alberto Torres e Oliveira Vianna seriam textos fundadores de vários dos pilares de sustentação do discurso político da ESG.

Porém, não se trata apenas de uma instituição influenciada por esses pensadores, advogamos que, tal qual conceito proposto por Gildo Marçal Brandão (BRANDÃO, 2007), a ESG varia parte de uma linhagem política brasileira. Logo, a ESG foi interpretada como uma instituição que faz parte de uma linhagem ou família política já existente no Brasil, oriunda dos intelectuais nacionalistas autoritários das três primeiras décadas do século XX, mais especificamente sofrendo influências dos autores Alberto Torres e Oliveira Vianna. O artigo aqui proposto, então, parte da ideia que o pensamento político esguiano não apenas carrega uma forte influência do pensamento autoritário do início do século XX, como na verdade, figuraria como parte de uma tradição ou família política iniciada por aqueles autores. Nas palavras do próprio autor:

> [...] construir uma hipótese e armar um argumento sobre a existência de famílias intelectuais que, a meu juízo e contra a aparência imediata das coisas, estruturam historicamente o pensamento político e, por essa via, a luta ideológica e política no Brasil. (BRANDÂO, 2007, p. 15)

Assim, o presente artigo tratará a forma como a ESG incorporou o discurso desses autores, mas também a maneira como esta instituição readaptou essas ideias políticas de acordo com a própria visão e a conjuntura à qual ela pertenceria. Enquanto herdeira dessa tradição política, a ESG transmutou as principais ideias de Alberto Torres e Oliveira Vianna em um conjunto de pressupostos que teria a condição de dialogar tanto com a conjuntura de origem da Escola Superior de Guerra como também mostrou um viés mais militar das ideias desses autores.

Os pais do discurso: linhagem política autoritária brasileira.

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

Mas o que seria essa linhagem política autoritária no Brasil? Quais seriam os principais pontos dessa corrente de pensamento? Alberto Torres e Oliveira Vianna, através de suas obras, realizaram uma análise do Brasil que partia da ideia de uma civilização bastante jovem, e que seria necessária uma série de mudanças e esforços para a transformação dessa realidade. Essas mudanças deveriam ser capitaneadas por um Estado forte e centralizador com poderes capazes para tal, porém, tudo isso com a certeza de que o Brasil teria um grande potencial de crescimento se realizadas as reformas e arranjos necessários. Destacam-se, assim, noções como a crítica ao individualismo, o sempre presente discurso de um poder forte e o Estado como referência central, nas palavras de Boris Fausto: *os principais deles me parecem ser a defesa de uma ordem autoritária, a repulsa ao individualismo em todos os campos da vida social e política, o apego às tradições, o papel relevante do Estado na organização da sociedade.* (FAUSTO, 2001, p. 15)

As análises não produziram apenas soluções; aliás, o teor mais evidente foi a identificação de muitos problemas, um verdadeiro erário de lacunas e situações que deveriam ser corrigidas no Brasil como um todo. Os autores viam o Brasil como fora do lugar. Sua constituição não representaria a população ou mesmo as necessidades de transformação. Pode-se dizer que o Brasil ainda não existia enquanto nação, ou melhor, havia o povo brasileiro, mas não existia a nação brasileira. E seria de fundamental importância a fundação da própria nacionalidade brasileira. A falta de conhecimento da realidade nacional aliada à ausência de um princípio de sentimento de identificação, que geraria o sentimento de nação, levou a melhor compreender outros problemas brasileiros e que foram destacados pelos autores. Entre eles pode ser destacado o problema das elites, que demonstravam um total despreparo para exercer a sua posição de comando, e também o bacharelismo da mesma, ou seja, um grande apreço pelo culto e pelas letras e pouca ligação com a realidade concreta. A renitente individualidade da população brasileira, que gerou um sentimento de "insolidariedade" bastante prejudicial, figurava entre outros percalços que deveriam ser sanados.

As obras de Oliveira Vianna e Alberto Torres foram elaboradas contemplando mais do que apenas indicar problemas. O propósito foi contemplar proposições, reformas e possíveis soluções para os problemas apresentados. Desde o primeiro momento, já havia a noção, ou a convicção, de que o Brasil tinha uma potencialidade enorme, e que o seu destino era a grandiosidade. Mas este aspecto otimista não descarta proposições mais concretas para a resolução dos problemas nacionais. E, como resposta, destaca-se a figura do Estado, que

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

poderia ser considerado como o grande elemento de transformação da realidade brasileira. Através do Estado que se poderia formar a tão esperada nacionalidade, como também poderiam ser resolvidos os aspectos ligados à unidade nacional. O Estado também poderia desempenhar uma ação civilizatória tanto em relação às elites como também à população em geral. Seria, desta forma, o mais relevante instrumento de transformação e modernização nacional. Esses podem ser considerados os grandes pontos das obras de Alberto Torres e Oliveira Vianna e que comporiam também a linhagem política inaugurada por eles e que teriam na ESG uma de suas principais herdeiras. Gildo Marçal Brandão realizou uma análise interessante sobre esta linhagem política:

> Independente do valor dessa linhagem, hoje francamente minoritária, pode-se dizer que ela concebeu mais atenção à sociologia do que a ciência política [1]de Oliveira Vianna e apenas precariamente enfrentou os problemas de organização e direção da sociedade e do Estado que sua reflexão pretendia resolver. Ora, são estes que, jogadas no lixo as velharias racistas, preservam o interesse pelo texto; fazem que, com o distanciamento que o tempo permite, *Populações Meridionais do Brasil* possa figurar em uma estante selecionada ao lado de *Casa Grande e Senzala,* de Gilberto Freire, *Raízes do Brasil,* de Sérgio Buarque de Holanda, e *Formação do Brasil Contemporâneo,* de Caio Prado Júnior, como um dos textos fundadores do que se convencionou chamar de "pensamento político" ou "pensamento social" brasileiro. E se chega a ser ridículo o esforço acadêmico recente para tapar o sol com a peneira e minimizar o fato de que a obra é "cheia de preconceitos ideológicos" e de "uma vontade excessiva de adaptar o real a desígnios convencionais", para usar os termos de Antônio Candido, cabe reconhecer que tanto o retrato do Brasil como as teses políticas que emergem de suas páginas, põem o dedo em algumas feridas e constituem um desafio à teoria e à prática da construção da democracia no País. (BRANDÃO, 2007, p. 70-71)

Outra questão à qual Brandão nos chama a atenção e de suma importância para o objetivo desta tese é que, apesar de já se ter passado um bom tempo desde a publicação das obras, os textos de Oliveira Vianna ainda manteriam alguns pontos importantes para se discutir sobre a sociedade atual brasileira. Ao se levar em consideração o recorte da tese, 1949–1954, essa validade seria ainda maior, uma vez que era um período em que as propostas autoritárias tinham um apelo muito forte junto às elites, e não poderiam ser descartadas dentro do jogo político do momento. Passa a ser importante, então, a forma como esses textos e teorias foram apropriados e discutidos no contexto político da época. Pocock discute um pouco sobre essa apropriação:

1

> Mas está claro – e o uso do futuro condicional sublinha isso – que começando a nos preocupar com a ação indireta do autor, sua ação póstuma, sua ação mediada por uma cadeia de autores subsequentes é a consequência inevitável de se admitir a paridade entre contexto e ação, entre *langue e parole.* (POCOCK, 2003, p. 29)

Assim, não se trata de apenas uma grande catalogação das principais ideias políticas e propostas, mas também de perceber como as outras gerações de pensadores ou instituições se apoderaram desse discurso e a forma como um determinado contexto político aceitou, ou não, estas ideias. Não se trata de discutir sobre as ideias fora do lugar, mas de justamente entender o lugar das ideias, os seus representantes e a maneira como elas vão se adaptando às mais diversas conjunturas políticas, como as linhagens políticas iriam encontrando nichos de proliferação que as manteriam vivas e em consonância aos novos problemas políticos, ou mesmo os antigos, mas com novas roupagens.

O Brasil precisa de método: a ESG e um modelo de compreensão e atuação nacional

A Escola Superior de Guerra, tal como Oliveira Vianna e Alberto Torres, também tem a preocupação de entender o Brasil, aliás, a ESG nasceu como uma instituição de altos estudos que buscava melhor compreender o Brasil e, consequentemente, de realizar propostas para a solução desses problemas. Mas de que maneira que se pensaria em resolver estas questões? Ou melhor, qual o método que seria adotado para a análise dos problemas e a proposição de suas resoluções?

Neste ponto, já se percebe certo diálogo entre a ESG e os pensadores autoritários, em termos de uma cientificidade, de um conjunto de normas e procedimentos que deveriam ser adotados para que se pudesse melhor entender o objeto de pesquisa. Havia, portanto, um conjunto de práticas e de orientações que deveriam ser seguidas à risca, o que não significa somente ganhar um aspecto de cientificidade, mas uma metodologia clara implicaria um ganho de legitimidade do discurso que lá se construía. Os estudos não seriam, pode-se dizer, fruto de um pensamento arbitrário qualquer, mas dentro de escopo que lhes garantiria, ou tentaria garantir, maior peso e validade frente a outros grupos. Claro que, tal como os pensadores autoritários, também houve uma série de subjetividades ou de posicionamento político adotado *a priori* pela instituição, mas dentro de um método de trabalho claro. Fazia

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

parte do curso até mesmo aprender sobre este método e a sua aplicação. De fato, era um dos pontos mais importantes dentro da formação dos estagiários da ESG.

Essa importância dada ao método, aliás, pode ser considerada como uma obsessão da ESG e se trata de um aprofundamento frente aos autores conservadores autoritários e sua linhagem. Em seus escritos havia muito mais a preocupação com o resultado do que com o método em específico. Já na ESG o método ganha mais relevo, pois não se tratava apenas de algo que deveria ser apreendido para o uso em estudos da casa, mas de um método de trabalho global que poderia ser utilizado em outras áreas de atuação. Do mesmo modo, a ESG não queria uma padronização de um modelo de ação frente aos objetos de estudo, e sim um método que pudesse auxiliar na administração de forma geral e, em especial, na administração pública. Seria a implantação de forma de trabalho geral que serviria a vários propósitos. Ora, se lembrarmos de que a ESG apenas convidava as elites dos mais variados ramos de atuação, com destaque para a política, e que havia a intenção de formação e correção das elites civis governantes, nota-se a clara intenção de expandir esse modelo de ação da ESG para outras pessoas e setores. Logo, a questão do cientificismo para a ESG vai além de se ter um método claro para a análise de um determinado problema; também seria um modelo administrativo capaz de ajudar a resolver problemas de outras esferas; praticamente um componente dentro de um intrincado processo de disputa hegemônica do qual a ESG participa naquele determinado momento (final da década de 1940 e início da década de 1950). Portanto, o método de trabalho seria muito mais importante e influente do que simplesmente uma forma de tratamento a temas diversos. O próprio Cordeiro de Farias, de certa forma, ressalta o papel da ESG nesse sentido: *destina-se a Escola Superior de Guerra a desenvolver e consolidar conhecimentos relativos ao exercício de funções de direção ou planejamento da segurança nacional.* (FARIAS, In: MYAMOTO, 1995, p 224)

Idálio Sardenberg também destaca a importância de se estabelecer um método de trabalho para as elites nacionais e que pudesse auxiliar na resolução dos problemas nacionais:

> O aspecto intelectual ou de direção é o mais importante e o mais difícil. Exige ele a existência de um grupo selecionado ou elite, capaz de assumir os encargos da direção e de administração do esforço nacional de construção. [...] Faltam-lhes o hábito de trabalho em conjunto e o condomínio de uma técnica racional de problemas, ou seja, a posse de um processo de aplicação da energia. (SARDENBERG, In: MYAMOTO, 1995, p 233)

A valorização de um método, então, se impõe como uma importante característica da ESG e também uma ligação com uma tradição de cientificidade que vem de Oliveira Vianna e

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

Alberto Torres. Para além disso, a ESG também adotou um forte empirismo em todos os seus trabalhos, o que denota não se tratar de um capricho, mas de uma norma da própria instituição. Ao se analisar as conferências que foram proferidas na ESG e também os trabalhos dos grupos de estudo, o que se vê é um exaustivo levantamento de dados sobre o tema a ser tratado. Vê-se um conjunto de gráficos e tabelas, além dos mais variados números que buscam dissecar uma devida situação e, consequentemente, apresentar as devidas soluções para os problemas. Assim, a tradição de se analisar e interpretar dados empíricos continua, até mais forte. A base de toda e qualquer atividade deveria ser a catalogação de dados. O empirismo pode ser traçado também em uma longa tradição positivista do Exército brasileiro, mas o interessante é ressaltar que se mantém essa prática que foi comum tanto a Oliveira Vianna e Alberto Torres quanto à ESG.

Conhecer o Brasil, que também se tratou de um traço do discurso político dos Padrinhos do Brasil, também tem um forte viés ligado ao pertencimento da ESG à linhagem política dos pensadores autoritários. O apreço pela geografia e a influência que o espaço exerceria sobre a população continuam nos trabalhos da ESG. Vários foram os trabalhos, principalmente na área de geopolítica, que destacaram a imposição do espaço sobre o homem, ou pelo menos, a necessidade de se conhecer o espaço para melhor definir os rumos que se deferia tomar. Nas palavras de Golbery do Couto e Silva:

> O espaço que a geopolítica interessa é o espaço político em toda a sua plenitude; caracterizado por uma extensão, uma forma e uma contextura bem definidas; possuindo um valor que se pode estimar, embora não se possa medir, abrangendo uma base física mais ou menos compartimentada em regiões e sub-regiões naturais distintas; englobando tanto as zonas já vivificadas pela ocupação efetiva de aglomerações humanas – o ecúmeno – como zonas mortas ou passivas à espera de uma valorização real; comprometendo um núcleo central, denso de população, bem integrado por uma trama complexa de comunicações e caracterizado por um alto índice de produção, núcleos secundários e marginais e o simples domínio mais ou menos permeado que a todos circunda; os limites do território, as fronteiras políticas – zonas de transição e frentes de contato, e principalmente as fronteiras de civilização no sentido de Bowman – "janelas abertas aos empreendedores sobre um mundo ainda desaproveitado" (Sigfried); zonas vitais cuja perda se traduzirá na anulação do poder de recuperação do Estado, áreas críticas de produção e de circulação, zonas problemas à espera de soluções; o espaço econômico com todas as suas diferenciações regionais e não menos as regiões culturais, as regiões étnicas, as regiões linguísticas, sempre que for o caso.

A preocupação com o espaço e o seu uso enquanto método, por parte da ESG, também vai além daquele proposto pelos autores nacionalistas autoritários. A preocupação de Oliveira

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

Vianna, principalmente, seria com o entender o espaço para que se pudesse compreender o homem que se originaria desse espaço. Já os estudos da ESG não estavam apenas preocupados com a questão cultural e as práticas políticas dos homens de cada região, mas com aspectos ligados ao desenvolvimento nacional e também com a segurança nacional. A ESG, devido principalmente ao seu caráter militar, tem na geografia e no espaço uma fonte de percepção de potencialidades e também óbices, utilizando do jargão da instituição, e quais as possibilidades que o território possibilitaria. Logo, não se trata apenas de um condicionante cultural de uma população. Havia também clara preocupação com a segurança nacional, novamente o objetivo seria o de entender em que sentido um determinado espaço poderia contribuir ou não para essa segurança.

De maneira geral, pode-se dizer que uma concepção estratégica, que não havia de forma clara nos pensadores autoritários, foi incorporada ao discurso e método da ESG, principalmente no tratamento do espaço e do significado que ele teria para o desenvolvimento dos trabalhos e propostas de estudo. De certa forma, o que se percebe é que o espírito militar e as preocupações próprias desta categoria social implicariam algumas mudanças no pensamento autoritário nacional, o que não as descaracterizaria, mas as dotaria de um sentido original ou mesmo próprio da ESG

Há povo, mas não há nação: o dilema brasileiro.

O maior problema do Brasil, de acordo com a leitura de Oliveira Vianna e Alberto Torres, seria a falta de uma nacionalidade concreta, de um sentimento ou conjunto de símbolos que pudesse agregar de fato a população e que a fizesse sentir-se como participante de algo maior. Em outros termos, o Brasil teria uma população, um território, mas não seria uma nação, faltaria uma série de componentes, sejam materiais ou mesmo simbólicos para transformar a grande massa populacional, totalmente dispersa, em um todo humano, coeso e identificado com os seus ideais e objetivos. Desta forma, compreender os problemas brasileiros, de acordo com aqueles pensadores, era entender que a base de todos esses problemas perpassaria pela falta de um genuíno sentimento de nação. Pode-se dizer que este era um dado estrutural, desde os maiores problemas, até aqueles mais específicos teriam na falta de um sentimento de nação um componente prejudicial e que contribuiria para que o problema se mantivesse. A falta de um sentimento de nacionalidade pelo povo brasileiro estaria para os problemas tal como um Estado forte estaria para as soluções desses problemas.

Oliveira Vianna deixa esse posicionamento bem nítido em vários momentos de sua obra, aqui uma passagem da obra *Problemas de política objetiva*:

> O nosso grande mal – já o vimos – é justamente, de um lado, a ausência de um ideal nacional, a fraqueza do sentimento do interesse coletivo, a debilidade do instinto político; de outro, a exacerbação do espírito de localismo, de faccionismo e de mandonismo. Ora, tudo isso são elementos que irão naturalmente impedir que o Poder Coordenador, organizado à maneira de Torres, venha a exercer as funções benéficas que lhe cabem na vida da nacionalidade. (VIANNA, 1974, p.60)

Esse discurso de necessidade da fundação de uma nacionalidade brasileira é bastante forte entre os militares, e aqui nem é necessário destacar a ESG ou os Padrinhos do Brasil, mas os militares como um todo têm um sentimento em relação a termos como nacionalidade, nação, pátria, patriotismo, etc. muito forte. Assim, o discurso de que a população, de maneira geral, não tinha um forte apreço pela concepção de pátria já significava um apelo muito forte para os militares. Aqui, volta-se ao discurso de exclusividade e de valor que os militares usavam para se distinguir das outras categorias sociais que não se preocupariam tanto quanto eles na formulação de um país melhor. Logo, não se trata apenas da ESG, do ponto de vista militar, a desenvolver um discurso em que concordaria com essa análise dos autores nacionalistas autoritários, mas de quase todas as instituições castrenses. Nítido estava para a ESG que a nacionalidade era um dos temas centrais para que o Brasil encontrasse os seus rumos de desenvolvimento. Mais do que isso, a ESG não só adotou esse discurso como, de certa forma, subverteu-o, uma vez que a própria instituição seria a responsável por criar esta nacionalidade, ou em desvendar os traços característicos da mesma.

Novamente, os militares foram colocados como os elementos centrais para que se pudesse gerar e disseminar esse tipo de nacionalidade ou mesmo atitudes próprias para o desenvolvimento da nação. De acordo com o documento da ESG, *A ação do Exército no programa de governo:*

> O quartel, como escola destinada a preparar o cidadão, para o fim específico de transformá-lo em reservista, vê ampliar-se a sua missão fundamental, no campo social e cívico, por força de dois grandes fenômenos que caracterizavam a presente conjuntura brasileira: o da interiorização do progresso, que dá novas dimensões ao mapa populacional do País, e o da política do atual Governo, que empresta ênfase prioritária à valorização do homem brasileiro. (ESG, 1968, p. 14-15)

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

Mais interessante é o próprio desenvolvimento desse texto que deixa claro que a instituição que deveria fundar e difundir essa nacionalidade seria justamente a ESG. Não de forma nominal, mas ao ser utilizado o binômio "Segurança e Desenvolvimento" como a chave para o desenvolvimento nacional, fica implícito o papel da instituição nesse processo:

> Não há, sem qualquer dúvida, nenhum outro caminho para que um povo possa assegurar os seus destinos, preservar as suas liberdades e defender a sua soberania, fora do binômio desenvolvimento e segurança, como termos independentes, cada qual atuando em benefício do outro, sobretudo numa nação jovem, com uma extensa e vulnerável linha de fronteiras a guarnecer, tendo que ordenar o povoamento dos largos espaços vazios por ela abrangidos, de modo a antecipar-se às graves consequências que, do contrário, poderão advir do fenômeno da explosão demográfica desordenada sem que esteja preparada para conduzi-la e recebê-la, em termos de organização. (ESG, 1968, p. 19)

Assim, na questão da necessidade da nacionalidade há um grande consenso entre ESG e os pensadores autoritários do Brasil; a diferença é a forma como a ESG se coloca, junto com o Exército, como a formuladora e principal condutora desse processo. O problema e o objetivo central de se ter uma nação é praticamente idêntico, apenas os idealizadores dessa nação que passariam a ter nome com a ESG. E também não se pode negar que a segurança assume ser um componente dessa nacionalidade. Mais do que qualquer outra característica de cunho social, econômico ou mesmo cultural, a segurança começa a ser tratada como um dos integrantes dessa nacionalidade, seus imperativos deveriam ser interiorizados de forma definitiva pela população de maneira geral, inclusive as elites, como uma das essências da Nação. Com isso, percebe-se que as ideias e discursos políticos da ESG têm forte influência desses pensadores, e que o seu papel era quase de adaptação a esse ideário para uma visão mais militar, ou seja, incutir o conceito de segurança nesse processo, um grande trabalho. O processo de unidade nacional se constituiria, desta forma, na defesa daquilo que fosse considerado como importante, assim, se não do ponto de vista simbólico, a segurança era interpretada como um importante componente de manutenção que deveria perpassar toda a formação do nacional.

A ESG, desse modo, não se limitaria a reforçar as palavras de Alberto Torres e de Oliveira Vianna, estes convictos de que o Brasil precisaria de um sentimento de nacionalidade mais forte, porém, forjado. Era imperioso, segundo a ESG, que se mostrasse qual a nação que seria ideal para a população e para as elites, como que um guia do que seria o Brasil. Assim, os constantes estudos sobre o Brasil confeririam certa legitimidade para que se tivesse a

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

palavra final, ou pelo menos assim se esperava. Nesse ponto a preocupação com a criação dessa nação se torna muito maior para a ESG, e, por fim, o que se percebe é uma nacionalidade moldada segundo os interesses da instituição, o que ela considerava como ideal e correto. Traços da cultura brasileira foram destacados, portanto, mas dois pontos merecem especial destaque: o discurso da segurança nacional e dos interesses nacionais (permanentes ou conjunturais). Nas palavras de Cordeiro de Farias sobre a importância da segurança nacional como um componente da nação brasileira:

> Verificamos assim, por essa mera afirmativa, que, se é fácil a compreensão do que seja segurança nacional, não se pode, na prática, defini-la. A verdade é que ela se torna imprescindível à própria existência da Nação, compreendendo a totalidade de seu potencial, como alicerce sobre o qual se desenvolvem todas as suas atividades. A solidez desse alicerce, isto é, o estado de segurança nacional, deve ser entendido, por exemplo, descendo a detalhes, para o caso de países como o Brasil, no fato, entre outros, de poder ser assegurada aos cidadãos integrantes da sociedade a liberdade para realizar ao máximo suas vidas e oportunidades, em se ter uma economia livre, sem sofrer limitações senão naquilo que colida com o interesse público, no respeito e no exercício dos direitos e garantias individuais dentro de nossas tradições, que a todos se assegura independência e meios necessários à vida, na execução, por todos, de suas obrigações e deveres (bem-estar), condições todas garantidas pela orientação do governo e partidos políticos através de atos e objetivos que tenham por finalidade atender aos supremos interesses da coletividade, numa ação de política externa, firme e decidida, embora acarretando sacrifícios pessoais ou coletivos, acorde com os objetivos permanentes do Estado e que encontre no Povo, consciente e psicologicamente preparado, uma compreensão exata (Política de Segurança Nacional). (FARIAS, 1961, p 17 – 18)

O despreparo e o comodismo: as elites no discurso político dos pensadores autoritários e da ESG.

A nacionalidade não seria apenas uma simples soma de população com as características de um território, vários outros fatores foram de fundamental importância para a compreensão dos problemas de nacionalidade no Brasil, e, não só a "população comum" seria a culpada, mas em grande parte também as elites. O discurso político de incompetência das elites perpassaria todos os personagens políticos aqui envolvidos: os pensadores nacionalistas autoritários deram uma forte atenção nesse sentido, em relação à cultura política dos Padrinhos do Brasil; pode-se dizer que se trata de um dos seus discursos fundantes e, como consequência, a ESG se apresenta como portadora também dessa crítica.

Esse seria um dos focos de maior atenção: as elites. Nos trabalhos de Oliveira Vianna e Alberto Torres, há uma clara crítica às elites nacionais. Essas elites que deveriam ser as

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

condutoras de todo o processo político e dos interesses nacionais, mas não havia essa possibilidade com as elites que existiam no país, ou pelo menos com aquelas que detinham o poder político no momento em que esses autores faziam as críticas. As elites não seriam apenas incompetentes, aliás, a incompetência, de acordo com os próprios autores, ainda seria um mal, porém, com uma possibilidade de "solução" mais eficaz e fácil. O grande problema seria o egoísmo e a falta de um pensamento mais em aspectos nacionais dessas elites. Ou seja, a maior crítica era em relação a essas elites pensarem apenas em seus interesses mais imediatos e elementares, não se queria algum tipo de desenvolvimento mais amplo e que realmente colocasse o Brasil em um rumo de crescimento ideal. A ideia seria responder aos interesses privados das próprias elites e de seus aliados. A formação histórica brasileira demonstra uma possível explicação desse egoísmo, segundo Oliveira Vianna, em *Populações meridionais do país*:

> Não é, porém, indiferente, para essa atuação do meio rural, que a sociedade, que nele vive, se assente sobre a base da pequena propriedade ou da grande propriedade. Rural é o luso: mas, o luso não conhece a grande propriedade, formada na imensidão territorial do Novo Mundo. É o homem do pequeno domínio, filho de uma sociedade densa, concentrada, compacta, que pratica a solidariedade vicinal e urbaniza a aldeia. Nós somos o latifúndio. Ora, o latifúndio isola o homem; o dissemina; o absorve; é essencialmente antiurbano. Nesse insulamento que ele impõe aos grupos humanos, a solidariedade vicinal se estiola e morre. Em compensação, a vida da família se reforça progressivamente e absorve toda a vida social em derredor. O grande senhor rural faz da sua casa solarenga o seu mundo. Dentro dele passa a existência como dentro de um microcosmo ideal: e tudo é como se não existisse a sociedade. (VIANNA, 2005, p. 89)

O que se percebe, pela análise dos textos, é um tipo de personalismo próprio das elites nacionais e que seria transplantado para a política. As elites seriam extremamente personalistas, orgulhosas de si mesmas, como que um misto de espírito de nobreza e sentimento de desbravadores, que culminaria em um tipo que se sentia dono de uma determinada região. Um dos grandes males dessa elite é o total descompromisso com a ideia de público e privado. O poder público seria uma simples extensão das posses dessas elites, e as maiores críticas viriam daí, já que não haveria nenhum tipo de compromisso com qualquer coisa que tivesse esse aspecto de nacional. E também havia o interesse de manutenção desse próprio sistema, não era de interesse dessa elite deixar que esse sistema fosse alterado.

A ESG também foi uma ferrenha crítica das elites e ao seu modo de ação, que acabaram por mais prejudicar o país do que ajudá-lo. Havia a necessidade urgente de se repensar o Brasil, o que passava pela análise e remodelação das elites nacionais. A cultura

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

política dos padrinhos do Brasil já manifestava uma clara oposição às elites brasileiras, que eram tachadas de incompetentes, despreparadas, não possuíam sentimento nacionalista e eram também demagógicas. Em outras palavras, um elemento que deveria ser extirpado da política nacional. Esse discurso contra as elites dirigentes daquele momento, que coincidia de certa maneira com o da produção de algumas das obras dos pensadores nacionalistas autoritários, é fortificado pela visão similar que Alberto Torres e Oliveira Vianna tinham. Aliás, pelo relato de que a leitura de ambos era comum por aquele grupo de militares, pode-se inferir que houve uma influência bem anterior, o que apenas viria a refinar esse já latente ódio pelas elites. O que haveria de novo na ESG em relação à crítica às elites? O que se pode perceber é a adaptação do discurso de crítica às elites para um modelo em que se propunham moldes de transformação por que essas elites deveriam passar.

A ESG tinha e tem, como grande baluarte, a questão da segurança nacional, e foi com base nela que se propôs um novo tipo de elite. A segurança seria uma maneira de se embrenhar na política nacional, principalmente pela conjuntura externa do momento de criação da ESG, e com base nisso, grande parte das proposições em relação à mudança das elites estaria ligada a este conceito de segurança, já que não caberia somente aos militares o princípio da defesa, mas também aos civis, com destaque para as elites civis. A crítica às elites civis que foi realizada pela ESG culminou em um tipo de revisão das mesmas que obrigatoriamente deveria passar pela percepção de seu papel junto ao Brasil, mas também com enorme destaque para o papel que essas elites deveriam desempenhar em projeto de segurança nacional. Nas palavras de Álvaro Fiúza de Castro, em que ele ressaltou o valor do componente humano em tempos beligerantes:

> Senhores! – Estamos fartos de ouvir que não se luta com homens contra o material bem sabemos o que traduz o fator material na guerra moderna – os ecos de Hiroshima e Nagasaki ainda refletem em nossas imaginações, ante os mais recentes aperfeiçoamentos de bombas e demais engenhos autopropulsados e dirigidos. Na verdade, o fator material constitui parcela primordial para a manutenção do equilíbrio moral e consequente atuação em proveito da vitória ou da derrota; mas, também não ignoramos que sem valor e vontade do homem, a sua cultura, a sua perseverança e demais predicados físicos e morais que lhes são inerentes, jamais conseguiremos o material para a guerra, sejam quais forem as possibilidades latentes, jazendo à mercê da cobiça e da ousadia alheia. O valor do potencial humano simboliza, sem dúvida, o valor de uma nação e a sua feição constitui índice preponderante ao encararmos quer o potencial diplomático, quer potencial econômico e, principalmente, o potencial militar. (CASTRO, 1951, p. 3)

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

O segundo ponto de destaque nesse sentido é a ESG como a instituição ideal para se preparar essas elites dirigentes, que seria o próprio processo de cooptação e de formar, não apenas elites mais preparadas, mas com o perfil desejado pela instituição. A ESG se autointitulou a instituição que teria a capacidade de renovar as elites e de criar um novo tipo político que fosse capaz de responder aos problemas nacionais, e criaria a sensibilidade de perceber quais seriam os interesses da nação. Era uma escola formadora de métodos de ação política e de um espírito e mentalidade que seriam tão necessários para essas elites. Muito mais do que repensar o Brasil, o discurso de crítica às elites se transformou em um roteiro que acaba por legitimar a ESG como instituição para a reformulação das elites e da política nacional, em clara comunhão de ideias com a cultura política dos Padrinhos do Brasil e também em um diálogo direto com os pensadores nacionalistas autoritários. O próprio discurso ganha claros contornos de participação do poder, para dizer o mínimo. Se uma instituição propõe modelos e interesses que deveriam ser seguidos pela elite de uma nação, ora, fica clara a sua intenção de participar diretamente do poder. Ainda nas palavras de Álvaro Fiúza de Castro:

> Aqui, nesta Escola de saber e de civismo, se equacionam e se debatem os problemas capitais que definirão o futuro do Brasil em seu potencial nacional; aqui, se completa o aperfeiçoamento de nossas elites, cujas deduções e conclusões – oriundas de escrupulosas meditações e debates – devem ser difundidas, propagadas e levadas a termo, consoante seus esclarecimentos e patrióticos desígnios; urge não deixar arrefecer este fogo sagrado, pois o fruto de uma persistente conjugação de esforços, ante a sintonização coletiva de tão ponderável quão valiosa cooperação, concorrerá, certamente, como fator decisivo para despertar o marasmo, realçar os valores, corrigir as dispersões doutrinárias, alijar o personalismo nefasto, provocar a audácia sensata e firmar empreendimentos realistas, a fim de que seja devidamente impulsionada a nossa necessária prosperidade econômica – fundamento básico da tranquilidade e da segurança nacional. (CASTRO, 1951, p. 4)

Sendo assim, a ESG tomou muitos dos temas ligados à cultura política dos Padrinhos do Brasil e dos pensadores nacionalistas autoritários e os refinou para que se tornassem um discurso político de participação no poder e de formação dos personagens políticos que porventura pudessem participar do poder. Ou seja, a ideia era a participação na política, fosse de forma direta ou indireta.

Em busca do Leviatã: o Estado como centro da vida nacional.

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

A falta de um princípio de nacionalidade despontou como um dos principais problemas do Brasil. A partir dele uma série de outros problemas se manifestava formando uma verdadeira rede de situações a serem solucionadas. Em relação à solução também se nota essa mesma característica: houve grande polarização em torno do Estado Nacional. Segundo os pensadores nacionalistas autoritários, não se poderia pensar o Estado apenas como um órgão com responsabilidades jurídicas e de pouca influência na sociedade. O Estado cada vez menor dos liberais seria um verdadeiro pesadelo a ser evitado, aliás, o contrário deveria ser adotado. O Estado era o verdadeiro salvador da realidade nacional, através dele é que se poderia transformar todo o Brasil. A premissa básica para essa constatação era muito simples: se não havia uma elite preparada, se a população era amorfa e sem algum tipo de solidariedade, não se podia confiar na sociedade de forma geral para se autorregular ou propor um modelo; havia a necessidade de algum órgão diretivo que assumisse esse papel, ou seja, o Estado. Portanto, a chave de compreensão para as soluções do Brasil passava pelo Estado, que deveria ser forte, centralizador e atuante. Um Estado que pudesse atuar nas mais variadas áreas, como educação, política, economia, sociedade, etc. E o mais importante, que esse Estado fosse moldado e criado de acordo com as características e necessidades da sociedade brasileira, segundo Gildo Marçal Brandão:

> E sem que inventasse o novo, por meio do qual os problemas do Estado fossem tratados e resolvidos levando em conta as condições culturais do povo, especialmente a experiência pouco agregadora vivida nessa história de quatro séculos. O resultado perseguido por essa ciência social não é a formulação de uma nova teoria do Estado, nem mesmo de um novo conceito de Estado – que a rigor não existem na obra de Oliveira Vianna –, mas uma particular concepção do Estado brasileiro, enquadrado dentro do Brasil. (BRANDÃO, 2007, p. 73)

Assim, o Estado Nacional não poderia incorrer no erro de não se ajustar às características nacionais, e até mesmo, caso não houvesse características próprias para a criação do Estado, deveria criá-las para o bom andamento da sociedade. Logo, o primeiro ponto a se respeitar seria justamente de um Estado que fosse adequado para as necessidades nacionais.

O papel do Estado seria o de criação da sociedade. Sob alguns pontos de vista essa afirmação era justamente a inversão do que seria considerado correto, ou seja, o Estado criado pela sociedade. Mas, como a sociedade nacional era completamente disforme e sem uma unidade que fosse palpável, o Estado passaria a desempenhar a função de criador da sociedade brasileira. A responsabilidade desse Estado era a de analisar a sociedade e de buscar as suas

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

características, de agrupá-las em um todo coerente e que estivesse em condições de atingir os objetivos nacionais. Assim, em determinados momentos, muito mais do que um elemento organizador seria também propositor e executor de uma série de medidas que fossem consideradas necessárias para o bom desenvolvimento do Brasil. O papel do Estado era ser o carro-chefe de todo o processo de mudança. Nas palavras de Weffort:

> Sob a influência de Alberto Torres, Oliveira Viana propugnava antes de tudo pela restauração do Estado central que considerava destruído pelo federalismo republicano. Incorporou também de Alberto Torres tendências ao estatismo e ao nacionalismo, ausentes do pensamento dos liberais do império. Junto com a crença de origem imperial no papel do Estado como garante da unidade nacional, acrescentava a crença no Estado demiurgo. Deverá tornar-se típica do pensamento de Oliveira Viana a convicção de que, se o Estado não criou a sociedade, deveria ser capaz de moldá-la, organizá-la, a partir da matéria caótica preexistente. (WEFFORT, 2006, p. 266)

O Estado, então, deveria criar a sociedade que se deseja de acordo com o terreno em que se estaria atuando. Nesse ponto, a própria índole do povo brasileiro entraria na discussão, e essa índole poderia ser usada como uma justificativa para determinadas ações desse Estado. Ao buscar tratar das características da população, não se tratava apenas de uma busca pela nacionalidade, mas também da análise do tipo de Estado que melhor se enquadraria para essa população, e próprio Estado teria o poder e o papel de moldar essa sociedade para aquilo que fosse considerado como melhor ou ideal. Nas palavras de Ricúpero:

> Até porque a índole do povo brasileiro seria uma espécie de substrato que permitiria a ação política. Ou melhor, se, para Oliveira Vianna, o ambiente social é o maior desafio à unidade nacional, ainda assim é preciso agir sobre ele, transformá-lo. É o Estado que pode assumir esse papel, moldando a sociedade, como teriam tentado fazer os "reacionários audazes" do Império. Isto é, a análise sociológica de Populações Meridionais do Brasil e dos outros livros do autor leva paradoxalmente à conclusão de que, em certas condições, a autonomia do Estado deve levar à criação, de maneira voluntarista, da sociedade que se deseja. Isso seria possível, porém, devido a certas condições prévias, no caso, a índole do povo brasileiro. (RICUPERO, 2008, p.68)

A Escola Superior de Guerra também destaca o papel que o Estado devia ter na condução da sociedade: seria o órgão com capacidade e condições de impor as necessidades da sociedade nacional e de moldá-la de acordo com o que fosse considerado como correto. O Estado deveria ser interpretado como um instrumento de mudança e de transformação. Não se podia esperar que da sociedade, completamente desorganizada e sem nenhum tipo de

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

característica ligada à liderança ou mesmo que demonstrasse algum elemento de coesão, surgisse algum tipo de movimento ou de proposta política que desse conta dos desafios nacionais. A própria sociedade, na visão da ESG, era um dos problemas a serem contornados, ainda se devia organizar e formar essa sociedade. E o Estado é que teria essa capacidade para transformar e moldar a sociedade de acordo com os interesses nacionais, que também seriam feitos de acordo com a visão desse Estado e de seus dirigentes. Assim, não se tratava apenas de um governo forte, mas de uma instituição que tivesse as condições totais para a transformação que era necessária. O Estado deveria ter um caráter organizativo também de acordo com a ESG:

> Desaparecem assim, se o sistema funciona bem, os conflitos entre o indivíduo e o Estado, ou entre a sociedade e o Estado, porque a estrutura política e o seu funcionamento deverão ser a expressão do pensamento da coletividade, devidamente organizada.
> É natural que para chegar a esse objetivo é preciso organizar a sociedade, não somente dentro de uma estrutura social adequada, com seus grupos sociais, suas classes, que escolherão os seus líderes e organização das suas elites. (CAVALCANTI, 1954, p. 3)

O Estado seria o centro da vida nacional, segundo a ESG, e também os pensadores nacionalistas autoritários. A ele caberia todo o esforço de coordenar e de ajustar as necessidades nacionais. Para a ESG ainda seria de suma importância o imperativo da ordem. Também para os pensadores nacionalistas autoritários era importante, mas para os militares ganhava contornos ainda mais fortes, uma vez que eram o grupo social que lidava diretamente com a função da defesa e manter a ordem era um dos imperativos de maior relevância. E o Estado seria a mais importante instituição na criação e manutenção dessa ordem, que para a ESG tomava contornos de necessidade para o próprio desenvolvimento. Assim, não seria um elemento somente de segurança, mas para que se pudesse desenvolver nas mais variadas esferas sociais, era necessária a ordem, era uma base sobre a qual se construiria o próprio funcionamento social. A própria discussão sobre os princípios da nacionalidade brasileira, a ordem deveria ser elencada como um de seus mais importantes elementos, o discurso do povo brasileiro como uma população ordeira passava por essas questões também. Nas palavras de Antônio Lago:

> A ordem interna é a fonte original de toda força de uma nação. O poder nacional depende basicamente da energia moral do povo, de sua capacidade produtora, de seu progresso científico e técnico. Ao governo cabe orientar os

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

> esforços da nação e compensar, com uma política adequada, as deficiências e vulnerabilidades do potencial nacional. (LAGO, 1954, p. 20-21)

Um Estado que tomasse a frente dos problemas nacionais e se transformasse no principal elemento de organização nacional não foi um pensamento exclusivo da ESG, os militares já viam no Estado esse elemento de coesão e de organização nacional. Para os militares, o Estado era visto inclusive como a própria materialização da Pátria. Então, o desejo de um Estado forte e coordenador da sociedade não se tratava de um anseio que a ESG adotou pura e simplesmente dos pensadores nacionalistas autoritários, mas que também estava na própria concepção militar de se entender a política. Seria muito mais uma compatibilidade de interesses, um tipo de reforço em um traço que já fazia parte do pensamento do grupo, do que algum tipo de herança de ideias propriamente dita.

Conclusão

Os pensadores nacionalistas autoritários, com destaque para Alberto Torres e Oliveira Vianna, construíram uma sólida obra teórico-política em que buscaram conhecer, conceber e agir sobre a realidade brasileira. Em um esforço científico típico do momento em que escreviam (destaque para as três primeiras décadas do século XX), buscaram esmiuçar aquilo a que chamaram de problemas nacionais e também apontar soluções. De tão marcante e influente obra formou-se como que um séquito de seguidores que passaram a adotar as ideias e pressupostos desses pensadores com o passar do tempo. Essas pessoas e instituições atuavam como propagadores das ideias políticas daqueles autores, mas também cumpriam um importante papel na atualização dessas ideias de acordo com a conjuntura em que passariam a ser utilizadas. Assim, sempre que a sociedade brasileira se via em uma encruzilhada de seu destino, em que se deveriam escolher novos rumos de desenvolvimento, essas teorias e autores eram convocados e os seus defensores cumpriam o papel de tentar instituir essas ideias para a sociedade nacional, na ausência dos autores originais. E não só os pensadores nacionalistas autoritários, mas nesses momentos de definições voltavam à tona várias outras correntes de pensamento, também com seus herdeiros e defensores, formando, assim, um campo de disputa hegemônica acirrado e necessário.

A Escola Superior de Guerra, então, seria convocada a cumprir o seu papel em todo esse processo. Como herdeira de uma tradição ou linhagem política brasileira, nesse caso, a dos pensadores nacionalistas autoritários, adequa o discurso político de seus patronos e passa

a fazer parte da disputa hegemônica que se configurava na época (início da década de 1950). A adequação das teorias feita pela ESG para a conjuntura em questão obedeceu a uma importante característica, a sua relação com o grupo social que acabava por pensá-la ou influenciá-la: os militares. Muito mais do que qualquer tipo de renovação, atualização ou adequação de ideias, o que se pode perceber foi uma adaptação das ideias de acordo com preceitos e ideias militares ou ligadas à formulação de segurança nacional característica da época.

A ESG muito mais se utilizou das ideias dos pensadores nacionalistas autoritários, que coadunavam muito bem com várias das características militares, e a colocaram em seu ideário cumprindo certo processo de tradução daquelas ideias para o mundo dos militares. Assim, foi-se desenvolvendo um tipo de discurso de poder que era bastante verossímil com a conjuntura em que era aplicado e satisfazia com os pressupostos políticos do grupo de militares que idealizaram a ESG. Houve uma união bastante clara entre os preceitos da cultura política dos Padrinhos do Brasil com as ideias dos pensadores nacionalistas autoritários, e que encontraram uma instituição, um lugar, para a sua propagação: a ESG. Portanto, muito mais do que uma criação de ideias políticas da ESG, o que se observou foi a construção de um discurso de legitimidade de poder frente a uma conjuntura de disputa hegemônica do que um conjunto de ideias originais.

Bibliografia:

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do Pensamento político brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2007.

CASTRO, Alvaro Fíuza de. **Considerações sobre planejamentos de guerra**. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1951.

CAVALCANTI, Themístocles Brandão. **Conjuntura Nacional** – Os partidos políticos. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1954.

Escola Superior de Guerra. A ação do Exército no programa de governo. Rio de Janeiro: ESG, 1968.

FARIAS, Oswaldo Cordeiro de (Gen. Exército). **A segurança nacional no panorama mundial da atualidade**. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1961.

_____. Razões que levaram o governo a pensar na organização da Escola Superior de Guerra. In: MYAMOTO, Shighenoli. **Geopolítica e Poder no Brasil.** Campinas: Papirus, 1995.

LAGO, Antônio Correa do. **O poder nacional** - suas limitações de ordem interna e externa. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1954.

MYAMOTO, Shighenoli. **Geopolítica e Poder no Brasil**. Campinas: Papirus, 1995.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003.

SARDENBERG, Idálio. Princípios fundamentais da Escola Superior de Guerra. In: MYAMOTO, Shighenoli. **Geopolítica e Poder no Brasil**. Campinas: Papirus, 1995.

RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

SILVA, Golbery do Couto e (militar). **Conjuntura Nacional** – Aspectos geopolíticos. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1954.

TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro**. 4. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1982.

_____. **A organização nacional**. 4. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1982.

VIANNA, Oliveira**. Problemas de política objetiva**. Rio de Janeiro: Record, 1974.

_____. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Ed. Senado Federal, 2005.

WEFFORT, Francisco C. **Formação do pensamento político brasileiro**. Ideias e personalidades. São Paulo: Ática, 2006

DOI 10.61470/o.v23i1.74888

Os militares, a Guerra Fria e a ideia de interdependência do Brasil

The military, the Cold War and the idea of interdependence in Brazil

Los militares, la Guerra Fría y la idea de interdependencia en Brasil

Michel Silva, Professor Doutor em História e Servidor
TAE do Instituto Federal Catarinense (IFC)

Resumo: Discute-se neste artigo alguns elementos teóricos desenvolvidos por Golbery do Couto e Silva acerca da relação geopolítica do Brasil com os países do chamado "Mundo Ocidental". Procura-se mostrar o compromisso político de suas elaborações teóricas com o apoio político e ideológico aos Estados Unidos na Guerra Fria e o seu anticomunismo. Para embasar essa discussão, mobilizamos neste artigo contribuições de diferentes autores que desenvolvam debates em torno do imperialismo, da interdependência e da doutrina elaborada pelos militares por meio da Escola Superior de Guerra (ESG).

Palavras-chave: Militares; Guerra Fria; Interdependência.

Abstract: This article discusses some theoretical elements developed by Golbery do Couto e Silva regarding Brazil's geopolitical relationship with the countries of the so-called "Western World". It seeks to show the political commitment of his theoretical elaborations with the political and ideological support for the United States in the Cold War and its anti-communism. To support this discussion, in this article we mobilize contributions from different authors who develop debates around imperialism, interdependence and the doctrine developed by the military through the Escola Superior de Guerra (ESG).

Keywords: Military; Cold War; Interdependence.

Resumen: Este artículo discute algunos elementos teóricos desarrollados por Golbery do Couto e Silva sobre la relación geopolítica de Brasil con los países del llamado "Mundo Occidental". El objetivo es mostrar el compromiso político de sus elaboraciones teóricas con el apoyo político e ideológico a Estados Unidos en la Guerra Fría y su anticomunismo. Para apoyar esta discusión, en este artículo movilizamos contribuciones de diferentes autores que desarrollan debates en torno al imperialismo, la interdependencia y la doctrina desarrollada por los militares a través de la Escuela Superior de Guerra (ESG).

Palabras clave: Militar; Guerra fría; Interdependencia.

Passados sessenta anos do golpe de 1964, é possível apontar com certeza para o papel cumprido naquele processo pelos Estados Unidos. Embora não tenha atuado diretamente nas ações que levaram à derrubada do governo de João Goulart, sabe-se que os

Estados Unidos apoiaram as ações de civis e militares que culminaram no golpe.[1] O conteúdo político do golpe se colocou no sentido de prevenir o avanço da influência da União Soviética na região, em especial depois do processo que culminou na vitória da Revolução Cubana. Contudo, o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos não se limita ao aval político para o golpe de 1964, mas também em fatores econômicos e ideológicos em desenvolvimento desde as décadas anteriores, que expressavam "a intervenção direta nos assuntos internos, de capitais externos, com crescente posições no país" (MAESTRI, 2019, p. 215).

Desde as décadas anteriores, não era apenas o suposto risco de o Brasil se tornar "comunista" o que assustava os setores empresariais e militares que convergiram no golpe de 1964, mas até mesmo a participação em reuniões dos países "não-alinhados" parecia um problema a ser combatido como uma ameaça. Para os militares, era evidente a ligação histórica, econômica e cultural do Brasil ao campo liderado pelos Estados Unidos, conforme o demonstra sua elaboração doutrinária, que remonta à década de 1950. Golbery do Couto e Silva, teórico ligado à Escola Superior de Guerra (ESG), referindo-se à relação entre o Brasil e os Estados Unidos, afirmava, em 1959:

> O Brasil é também uma nação que, pela sua origem cristã e os valores democráticos e liberais que substanciam a cultura ainda em germe nesta fronteira em expansão, integra o Mundo do Ocidente, hoje, como nunca, ameaçado também pelo dinamismo imperialista e o imperialismo ideológico da civilização materialista que tem seu fulcro esteado no coração maciço da Eurásia. E nossa geopolítica terá de ser, por conseguinte, uma geopolítica consciente e decididamente partícipe da geoestratégia defensiva da Civilização Ocidental, a cujos destinos temos os nossos indissoluvelmente ligados, quer o queiramos ou não (COUTO E SILVA, 2003. p. 208).

Para Couto e Silva, o Brasil tinha um papel de liderança a cumprir na região e, ao mesmo tempo, de colaboração econômica e política com o "Mundo Ocidental". Na lógica definida por Couto e Silva, haveria uma relação de reciprocidade entre Brasil e Estados Unidos, ou seja, uma forma de interdependência, em que ambos os países dependeriam um

1 Embora os Estados Unidos nçao tenham intervido diratamente nas ações do golpe, seu envolvimento se deu centralmente por meio do apoio político e da chamada Operação Brother Sam. Pela documentação disponível do governo norte-americano, sabe-se que "a movimentação da força naval foi autorizada no dia 31. Ela consistia de um porta-aviões, um porta-helicópteros (dois equipados com mísseis teleguiados) carregados com cerca de 100 toneladas de armas (inclusive um tipo de gás lacrimogêneo para controle de multidões chamado de *CS Agent*) e quatro navios-petroleiros que traziam combustível. Mas a vitória dos golpistas foi fulminante e o general Castelo Branco, futuro presidente, disse a Gordon que o apoio norte-americano era dispensável" (FICO, 2014, p. 78).

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

do outro em diferentes aspectos. Couto e Silva, discutindo o assunto, utiliza a ideia da "barganha leal", afirmando:

> O Brasil parece estar em condições superiores, pela sua economia não competitiva, pela sua larga e comprovada tradição de amizade e, sobretudo, pelos trunfos de que dispõe para uma *barganha leal* – o magneto, as areias monazíticas, a posição estratégica do Nordeste e da embocadura amazônica com seu tampão da Marajó – de negociar uma aliança bilateral mais expressiva que não só assegure os recursos necessários para concorrermos substancialmente na segurança do Atlântico Sul (...), mas uma aliança que, por outro lado, traduza o reconhecimento da real estatura do Brasil nesta parte do Oceano (COUTO E SILVA, 1981, p. 51).

Essa interdependência possibilitaria ao Brasil tornar-se uma potência regional, com papel destacada na liderança dos países sul-americanos dentro do "Mundo Ocidental", sob a hegemonia econômica e política dos Estados Unidos. Nas palavras de Couto e Silva (2003, p. 233),

> [...] deve o Brasil projetar-se, desde já, no cenário do mundo o que, no entanto, só poderá realmente fazer, sem cair no ridículo dos blefes, das chantagens e da simples bazófia, se assentar, definitivamente e com coragem, as grandes linhas de sua atuação posterior em face de crises internacionais não difíceis de prever e assumir claramente responsabilidades e deveres perante toda a humanidade.

Esboçada por Golbery do Couto e Silva na década de 1950, essas ideias ganharam mais projeção a partir da elaboração de uma Doutrina de Segurança Nacional (DSN) por parte da ESG, a partir de sua fundação, de 20 de agosto de 1949. Fundada com o objetivo de ser uma escola de altos estudos políticos e sociais para buscar uma maior compreensão a respeito da sociedade brasileira, sistamtizando e dissemiando as ideias elaboradas pelos militares, a ESG procurou também formular projetos para a solução do que considerava entraves para o desenvolvimento brasileiro. Segundo Antônio de Arruda (1980, p. 5), "desde os primórdios da Escola, despontava o binômio Segurança e Desenvolvimento, que sempre orientou os trabalhos nela realizados". Na doutrina da ESG, segundo afirmam seus proprios documentos, "a Segurança está interligada ao Desenvolvimento" (ARRUDA, 1980, p. 5). Pode-se afirmar, nesse sentido, que a doutrina da ESG

> [...] tinha como uma de suas principais premissas a organização da sociedade de modo que ela pudesse desenvolver-se e alcançar o patamar de potência mundial, mas como era pregado pela própria ESG, o desenvolvimento só poderia ocorrer se, em primeiro lugar, levasse em consideração a questão da Segurança Nacional

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

> (...) a ESG surge com o intuito de formular uma Doutrina de Segurança Nacional, não uma doutrina de desenvolvimento nacional; como exposto anteriormente, o desenvolvimento era integrante da questão da Segurança Nacional. Para que houvesse uma sociedade mais segura deveria cada vez mais buscar o seu desenvolvimento e destaque no cenário internacional (PUGLIA, 2006, p. 14-5).

Essa teoria geopolítica e sua discussão acerca da interdependência influenciou ações dos governos ditatoriais iniciados a partir do golpe de 1964. Para esses governantes, a defesa da nação dependeria da atuação internacional do Brasil, tendo como aliado os Estados Unidos e os países a ele alinhados, tanto colaborando nas ações de defesa do Ocidente diante da ofensiva comunista como mantendo uma postura de subordinação política e econômica. Segundo Vizentini (2004, p. 35), "em troca do apoio político-diplomático, ideológico e militar, a diplomacia brasileira esperava um tratamento diferenciado na região, em função do *status* internacional de cada país, conferindo ao Brasil o papel de uma subliderança". No conjunto de ações do imperialismo, "a tentativa de desestabilizar o governo Goulart e o apoio à sua derrubada por meio da Operação *Brother Sam* corresponderam ao período de maior preocupação norte-americana com a inserção do Brasil no contexto da Guerra Fria" (FICO, 2014, p. 30).

Este artigo discute e problematiza a teoria apresentada por Couto e Silva acerca da relação geopolítica do Brasil com os países do "Mundo Ocidental", especialmente os Estados Unidos, procurando mostrar o compromisso político do pensador da ESG com a Guerra Fria e o anticomunismo. Para embasar essa discussão, mobilizamos neste artigo as contribuições de Vladimir Lênin, Octávio Ianni e Theotonio dos Santos acerca do imperialismo e das relações de dependência, analisando criticamente a proposta de "barganha leal" defendida por Couto e Silva.

Imperialismo e interdependência

O debate acerca do imperialismo mobilizou um conjunto de intelectuais e diversos pesquisadores ao longo do século XX. Lênin, escrevendo no começo do século, define o imperialismo como "a fase monopolista do capitalismo". O líder da Revolução Russa assim definiu o imperialismo:

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

> O imperialismo, ou o domínio do capital financeiro, é um patamar superior do capitalismo em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital denota uma posição dominante do rentismo e da oligarquia financeira, significa o destacamento de poucos Estados detentores de "potência" financeira em relação a todos os demais (LÊNIN, 2021, p. 81).

O fenômeno analisado por Lênin aponta para uma transformação do capitalismo no final do século XIX e início do XX. Lênin procurava mostrar como as relações econômicas se interligam em âmbito internacional:

> [...] o mercado interno, no capitalismo, está inevitavelmente ligado ao externo. O capitalismo, há muito, criou um mercado mundial. E à medida que a exportação de capital foi crescendo e as relações com o estrangeiro e com as colônias, bem como as "esferas de influência" das maiores associações monopolistas, foram se expandindo, em todos os sentidos, o caso "naturalmente" foi se aproximando de um acordo mundial entre elas, da constituição de cartéis internacionais (LÊNIN, 2021, p. 91).

Nesse sentido, procura demonstrar a centralidade da constituição de monopólios e do capital financeiro. Lênin destacava alguns traços fundamentais no imperialismo, afirmando:

> [...] sem esquecer o caráter condicional e relativo de todas as definições em geral, que nunca podem abranger, em todos os seus aspectos, as múltiplas relações de um fenômeno no seu completo desenvolvimento, convém dar uma definição do imperialismo que inclua os cinco traços fundamentais seguintes: 1) a concentração da produção e do capital elevada a um patamar tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse "capital financeiro", da oligarquia financeira; 3) a exploração de capital, diferentemente da exploração de mercadorias, adquire um significado particularmente importante; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que dividem o mundo entre si, e 5) o término da partilha territorial do mundo entre as grandes potências capitalistas. O imperialismo é o capitalismo no estágio de desenvolvimento em que se formou a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exploração de capital, deu-se início à partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a Terra entre os grandes países capitalistas (LÊNIN, 2021, p. 114).

Lênin propõe uma periodização para o imperialismo, dividindo-o em três fases, sendo a primeira delas nas décadas de 1860 e 1870. O período é marcado pelo ponto culminante de desenvolvimento da livre concorrência, no qual os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis. O segundo período deu-se depois da crise de 1873, sendo um longo período de desenvolvimento dos cartéis, que constituem

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

nesse momento apenas uma exceção, não sendo ainda sólidos, representando ainda um fenômeno passageiro. No terceiro período, no início do século XIX e marcado pelas crises no início do XX, "os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo se transforma em imperialismo" (LÊNIN, 2021, p. 41).

Sem romper com a ideia de imperialismo proposta por Lênin e procurando inserir nesse debate os elementos de transformação econômica e política da América Latina, Octávio Ianni propõe metodologicamente uma "reversão de perspectivas". Segundo o sociólogo brasileiro, não se deveria analisar as relações de tipo imperialista apenas como relações externas, superando as limitações das análises que abordam principalmente "fatores externos" ou "obstáculos externos". Seria preciso localizar a problemática da dependência estrutural, fazendo com que a análise passasse a realizar-se a partir da perspectiva do país subordinado. Segundo Ianni (1988, p. 168), no debate acerca desse tema, "as investigações precisam estudar, necessariamente, tanto as relações clássicas do tipo imperialista como as manifestações internas (econômicas, políticas, militares, culturais) dessas mesmas relações".

Conforme ressaltado por Lênin e corroborado por Ianni, o imperialismo é uma fase do capitalismo. Nesse sentido, em sua análise, Ianni afirma que as sociedades da América Latina são capitalistas, ou seja, as contradições determinantes que se desenrolam em seu interior são determinadas pela contradição entre proletariado e burguesia. Cabe ressaltar, por conseguinte, que essas sociedades estão organizadas de modo a produzir e utilizar o excedente econômico segundo o princípio da apropriação privada e a partir da mais-valia produzida pelo proletariado urbano e rural. Por outro lado, segundo Ianni, essas sociedades se encontram em uma situação de dependência com relação às sociedades em que o capitalismo industrial de desenvolveu com anterioridade, ou seja, elas estão organizadas com base no capitalismo dependente. Para Ianni (1988, p. 179),

> [...] as suas relações com as nações dominantes (e particularmente com os Estados Unidos, no presente) são relações organizadas em conformidade com as determinações estabelecidas a partir dos processos econômicos e políticos que operam no centro do sistema capitalista mundial. Em geral, em todo sistema econômico o setor mais desenvolvido (ou preponderante) tende a influenciar os demais, ou menos desenvolvidos, estabelecendo-lhes as condições de funcionamento. Por isso, o capitalismo nos países latino-americanos não é senão a expressão das relações e estruturas de dependência constituídas ao longo da história desses mesmos países.

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

Segundo Ianni, a dependência estrutural define o caráter concreto dos problemas desses países, enquanto possibilidades e limitações político-econômicas. Nesse sentido, afirma que "a dependência estrutural permeia todo o sistema social do país subordinado", atingindo "tanto as estruturas econômicas (ou seja, a estrutura de apropriação) como as estruturas políticas ou seja, a estrutura de poder)" (IANNI, 1988, p. 165). Esses fatores estão diretamente relacionados ao imperialismo, na medida em que, conforme aponta Ianni (1988, p. 199-200),

> [...] existe dependência estrutural sempre que as estruturas econômicas e políticas de um país estão determinadas pelas relações de tipo imperialista. Isto significa que instituições econômicas, políticas, militares, educacionais, religiosas e outras (em graus variáveis) podem ser influenciadas ou mesmo determinadas pelas relações de dependência. É como se o imperialismo provocasse, no interior da sociedade subordinada, o aparecimento ou a reformulação de relações, instituições e ideologias, em conformidade com as suas determinações essenciais; isto é, em conformidade com as determinações resultantes dos processos econômicos e políticos que se desenvolvem a partir da nação dominante. Portanto, a dependência estrutural corresponde à manifestação concreta, no interior da sociedade subordinada, das relações políticas e econômicas do tipo imperialista.

Para Ianni, as relações de dependência são produto da interdependência, que caracteriza as relações entre os países dentro do sistema capitalista mundial. De um ponto de vista teórico, nem sempre as relações de interdependência produzem a submissão de um país a outro, na medida em que essas "podem implicar a acomodação recíproca, com a preservação da autonomia relativa nas decisões sobre política econômica e outros assuntos" (IANNI, 1988, p. 167). Segundo o sociólogo, as relações de interdependência produzem alterações na estrutura de poder do país subordinado, ou seja, "o poder público tende a organizar-se segundo os interesses dominantes no sistema capitalista como um todo. Em geral, os interesses dominantes no sistema tendem a ser aqueles do país dominantes" (IANNI, 1988, p. 174). O processo histórico das sociedades latino-americanas mostra que as relações de interdependência e complementaridade se constituíram principalmente relações de dependência.

Essas elaborações teóricas de Ianni encontram um diálogo próximo com as teses desenvolvidas por outros pesquisadores. Um desses autores, Theotonio dos Santos (2011, p. 348), afirma:

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

> A interdependência entre as economias nacionais assume a forma de uma dependência no caso dos países subdesenvolvidos. Isto ocorre porque se trata de uma relação de subordinação a quem controla o mercado mundial, às técnicas e meios de produção mais desenvolvidos.

Para Theotonio dos Santos, essa relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre essas e o mercado mundial, assume a forma de dependência quando os países dominantes podem expandir-se, enquanto outros países, os dependentes, só podem colocar-se como reflexos dessa expansão. Para ele, a "a situação de dependência conduz a uma situação global dos países dependentes que os coloca em atraso e sob a exploração dos países dominantes" (SANTOS, 2011, p. 361). Os governos militares que governaram países na América do Sul, como Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, aprofundaram essa relação de dependência, embora em alguns casos defendessem doutrinas que se remetiam à ideia de interdependência. Segundo Santos (2011, p. 351), esses governos foram "resultado das necessidades do próprio capitalismo monopolista, que é expressão do capital internacional, aliado aos interesses da burocracia estatal, administradora da grande empresa estatal". Esses governos, para Santos (2011, p. 351), "assimilam secundariamente os setores das velhas oligarquias em um novo tipo de compromisso que exclui o movimento popular".

Golbery do Couto e Silva e a interdependência

De início, cabe apontar que o termo interdependência não aparece nos textos produzidos por Golbery do Couto e Silva, embora sua teoria esteja embasada no pressuposto de que seria possível essa relação entre o Brasil e os Estados Unidos, por ele chamada de "barganha leal". Essa produção teórica de Couto e Silva estava inserida nos estudos produzidos pela Escola Superior de Guerra (ESG), onde se entrelaçavam os conceitos de desenvolvimento e segurança. Na doutrina da ESG, "com o intuito de alcançar um determinado grau de desenvolvimento, almejando a categoria de grande potência, a segurança tornou-se essencial, dirimindo os conflitos internos que possam colocar em risco esse objetivo" (MIYAMOTO, 1995, p. 120). Elaborando uma doutrina de segurança nacional, "a ESG procurou desde o início elaborar um modelo de desenvolvimento para fazer com que o país passasse a ocupar um lugar de relevo no

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

concerto internacional das nações" (MIYAMOTO, 1995, p. 123). Portanto, por meio de sua doutrina, a ESG lançou-se à elaboração, desde a década de 1950, de uma proposta de desenvolvimento do Brasil submetido aos interesses dos estados Unidos e baseado na centralização política e na repressão pela força do Estado. Portanto,

> [...] o conceito de Segurança Nacional delimitou um vastíssimo campo de atuação do Estado, ratificando sua intervenção tanto no sentido de maximizar a exploração do potencial econômico do país, quanto no de adequar a participação brasileira no bloco ocidental, garantindo a própria continuidade da sociedade capitalista. Na medida em que as corporações multinacionais se tornaram a nova estratégia da expansão do capitalismo, a DSN passou a ser o instrumento ideológico a justificar a adaptação da nossa economia à nova realidade (MENDONÇA, 2003, p. 114).

Fundada no contexto da Guerra Fria, marcado por disputas entre um bloco liderado pelos Estados Unidos e outro pela União Soviética, a ESG colocou-se desde o início como defensora do "Mundo Ocidental". No imediato pós-guerra, o inimigo passou a ser representado "pelos governos reformistas ou os movimentos sociais que pudessem pressionar por reformas políticas e sociais que implicassem na redução da capacidade de intervenção dos EUA no continente" (MUNHOZ, 2002, p. 44). Em função disso, "iniciou-se a definição de políticas de contenção aos movimentos que pudessem significar alguma ameaça à ordem vigente e, como decorrência, aos interesses das elites norte-americanas" (MUNHOZ, 2002, p. 44). No Brasil, como consequência, os governos levaram a cabo políticas de perseguição e de repressão aos comunistas e mesmo às organizações de representação dos trabalhadores, concretizada, entre outros fatos, na cassação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1947, e nas ações para provocar a instabilidade política do governo João Goulart, a partir de sua posse, em 1961.

O processo de elaboração dessa doutrina que de segurança e desenvolvimento, inserida no contexto da Guerra Fria, também se deu em um momento econômico, marcado pelo desenvolvimento industrial do Brasil. Sabe-se que

> [...] no início dos anos 1950, a expansão capitalista e as trocas internacionais processavam-se em contexto diverso do conhecido antes e durante a Segunda Guerra Mundial. No bojo do prosseguimento da queda do preço das matérias-primas, o capital imperialista passou a apoiar seu processo de acumulação na produção de manufaturados nos próprios países periféricos. Não se exportava mais mercadorias, mas fábricas (capitais) (MAESTRI, 2019, p. 129).

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

Na ditadura, depois do golpe de 1964, os militares vão assumir sua próprio versão de desenvolvimentismo, privilegiando a parceria com o imperialismo. Observa-se

> [...] a associação com o capital externo, para o financiamento da expansão industrial interna, e a substituição do mercado interno pelo externo para a realização de parte da produção nacional. A realização substancial da produção nacional dava-se, agora, no exterior do país, permitindo a depressão interna dos salários (MAESTRI, 2019, p. 220).

Portanto, desenvolve-se a base material para a ideia de atrelamento ao bloco liderado pelos Estados Unidos. Na produção teórica de Golbery do Couto e Silva, afirma-se que o desenvolvimento a ser alcançado deveria dar-se em consonância com o "Mundo Ocidental". Para Couto e Silva, questões históricas e culturais ligam intrinsecamente o Brasil ao "Mundo Ocidental", na medida em que "o Brasil, surgido para o mundo e a civilização sob o signo da própria cristandade", não poderia renegar "esse Ocidente em que se criou desde o berço e cujos ideais democráticos e cristãos profundamente incorporou à sua própria cultura". Segundo Couto e Silva, "pertencemos ao Ocidente", na medida em que o Ocidente "vive e persiste" em alguns "ideais pelos quais lutamos e nos interesses que defendemos, na técnica que nos arma o braço, na ciência que nos alimenta o espírito, na fé que nos fortalece a alma, nos livros que lemos, nas palavras que proferimos" (COUTO E SILVA, 2003, p. 115).

O general Couto e Silva, em sua teoria, pensa o "o Ocidente como ideal, o Ocidente como propósito, o Ocidente como programa", resumindo em três pontos o propósito que "sustenta a Civilização do Ocidente":

1) "a Ciência como instrumento de ação";

2) "a Democracia como fórmula de organização política";

3) "o Cristianismo como supremo padrão ético de convivência social".

Esse Ocidente também contém, segundo Couto e Silva (2003, p. 114), elementos como "liberdade, igualdade e fraternidade", "amplo reconhecimento da dignidade do homem", "plena expansão da personalidade individual", bem como "justiça social e a paz" (COUTO E SILVA, 2003, p. 114). Esses são elementos culturais que fariam parte da própria constituição do Brasil e que aproximariam o país do Ocidente, cabendo uma ampla estratégia de defesa dos interesses ocidentais.

Esse Ocidente, segundo Couto e Silva, estaria ameaçado pela expansão do comunismo, que poderia influenciar países da América Latina, África e Ásia, exigindo ampla e ativa resistência por parte da Europa e da América do Norte. Essas potências teriam que organizar essa resistência, "a despeito das desconfianças que sempre suscitarão quaisquer intervenções suas em virtude de um longo passado, não de todo olvidado, de detestáveis práticas colonialistas" (COUTO E SILVA, 2003, p. 118-9). Portanto, segundo Couto e Silva, mesmo que essa ação pudesse parecer um intervencionismo semelhante ao colonialismo dos séculos anteriores, o Ocidente tinha a necessidade de se armar contra a ameaça comunista. Para tanto, o Ocidente precisaria

> [...] formular e infatigavelmente seguir uma estratégia bem coerente e coordenada em que se enquadrassem, devidamente, todos os estados ocidentais, seu potencial de guerra efetivo e as peculiaridades de sua posição geopolítica, e que pudesse ser apresentado aos povos não-ocidentais como um programa de ação, capaz de atrair todos aqueles cuja aliança fosse indispensável à defesa do mundo livre contra o expansionismo imperialista das potências comunistas (COUTO E SILVA, 2003, p. 131).

Na mentalidade conservadora ocidental, incorporada no pensando de Couto e Silva e dos demais intelectuais da ESG, havia uma permanente ameaça de subversão comunista, que procuraria explorar as fragilidades políticas e sociais dos países mais pobres. Diante dessa situação, Couto e Silva afirmava que havia a necessidade de uma "estratégia de contenção" para o Ocidente que fosse mundial e duradoura. Essa estratégia teria o propósito "de conter o expansionismo comunista em suas atuais fronteiras já dilatadas, impedindo-os de transbordar, onde quer que seja, pelo ataque militar ou pela penetração pacífica, pela agressão tanto ostensiva quanto disfarçada" (COUTO E SILVA, 2003, p. 133). Em um cenário de Guerra Fria, o Brasil deveria estar preparado para combater o "inimigo" comunista, presente nos discursos dos conservadores, e para reconhecer a liderança dos Estados Unidos.[2] Segundo Couto e Silva, a liderança do "Mundo Ocidental"

2 O anticomunismo foi expresso por um conjunto de imagens e representações pejorativas acerca de um mundo comunista genérico e indefinível. Muitas dessas representações, mobilizadas no contexto do golpe civil-militar de 1964, apresentam um forte tom religioso, associando moral cristã, modelo democrático ocidental e sistema econômico capitalista. Reelaborados ao longo do tempo, as representações anticomunistas significavam uma continuidade com a tradição iniciada logo após os eventos de 1917 e consolidada na década de 1930. Na década de 1960, antes do golpe civil-militar, "temas clássicos do repertório anticomunista foram recuparados, como as denúncias acerca dos sofrimentos no mundo comunista, a associação do comunismo à imagem do mal (demônios, doença, violência) e a práticas imorais, bem como a concepção de que se trataria de proposta estrangeira, fenômeno importado" (MOTTA, 2002, p. 243-4).

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

nessa luta contra o comunismo caberia aos Estados Unidos em função do seu "superior poderio econômico e militar" (COUTO E SILVA, 2003, p. 139)

Se aos Estados Unidos caberia o papel de liderança do "Mundo Ocidental" nessa "cruzada" contra o "perigo vermelho", poderia caber ao Brasil o papel de liderança regional. Segundo Couto e Silva (2003, p. 141), a América Latina, "por suas fraquezas econômicas, sua imaturidade política e seu baixo nível cultural, acha-se, sem dúvida alguma, extremamente vulnerável à agressão comunista, mascarada sob a forma de infiltração e subversão à distância". Essas ameaças colocariam o Brasil diante de um cenário em que teria uma responsabilidade quase natural de liderança regional, na medida em que carregaria muitas das virtudes do Ocidental, o que lhe garantia uma longa existência como nação. Nesse sentido, Couto e Silva afirma:

> [...] nosso país, capaz de articular, sob uma liderança caracteristicamente democrática, as unidades muito menores e de potencial bem mais reduzido que o cercam, está fadado não só a subsistir galhardamente nesse mundo de amanhã em que tantas outras soberanias poderão vir a soçobrar ou diluir-se, mas ainda a firmar-se, no contexto internacional, como campeão das virtudes cristãs e dos inigualáveis padrões democráticos em que, a despeito de passageiros repúdios, sempre desejou e desejará viver e progredir, para engrandecer, por sua vez, a cultura da humanidade (COUTO E SILVA, 2003, p. 253).

Outro fator fundamental no papel de liderança que o Brasil deveria assumir passava pelo fato de se dar no contexto, conforme destacado por Couto e Silva, da política de "boa vizinhança". Os países da América Latina prosseguem

> [...] na conquista de mais altos padrões culturais e políticos, e em busca do revigoramento de suas também débeis estruturas econômicas. Dissensões velhas e tradicionais desconfianças várias esbatem-se aos poucos e afirma-se um sentimento de solidariedade continental, sob o calor das práticas de uma "boa vizinhança" compreensiva e sem subterfúgios. A América Latina toma consciência de fato de sua inegável expressão geopolítica, não só potencial, mas já atual, enquanto que a sombra projetada pelos Estados Unidos, elevados estes, agora à categoria de superpotência líder reconhecida do Ocidente e de responsabilidades, portanto, ampliadas a uma escala universal, deixa aos poucos de gerar os mesmos receios que tanto vicejaram em épocas anteriores. E ressentimentos (...) são até de outra ordem: reclama-se hoje, neste particular, uma ajuda e uma assistência que, em verdade, nem mesmo seriam sequer consideradas épocas mais distantes (COUTO E SILVA, 2003, p. 156).

Quanto ao Brasil, além de ser um articulador regional com vistas à superação das diferenças culturais e políticas da região,

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

> [...] pelo prestígio de que já goza no continente e no mundo, pelas suas variadas riquezas naturais, pelo seu elevado potencial humano e, além disso, pela sua inigualável posição geopolítica ao longo do Atlântico Sul, ocupa situação de importância singular quanto à satisfação de todas essas imperiosas necessidades de defesa do Ocidente (COUTO E SILVA, 2003, p. 140-1).

Diante dessas expectativas em relação ao papel a ser cumprido pelo Brasil no cenário internacional, Couto e Silva aponta para alguns objetivos que devem ser levados em conta na elaboração de uma política internacional. Em primeiro lugar, "a salvaguarda intransigente de nossa independência política, admitidas, embora, autolimitações, nunca essenciais, da soberania nacional, em benefício da cooperação e da paz internacional". Em segundo lugar, "a manutenção do *status quo* territorial na América d Sul, contra quaisquer tendências revisionistas ou a formação de blocos regionais, políticos ou simplesmente econômicos, que possam vir a constituir ameaça à própria paz do continente". Em terceiro lugar, "o robustecimento da solidariedade e cooperação entre os povos da América, para o progresso geral e a defesa continental". E em quarto lugar, "o fortalecimento do prestígio nacional no âmbito externo, com base no princípio da igualdade jurídica dos estados, e a crescente projeção do país no exterior, com vistas à salvaguarda eficaz de seus próprios interesses e em benefício também da própria paz internacional" (COUTO E SILVA, 2003, p. 157).

Couto e Silva, procurando apontar algumas questões metodológicas, afirma que essa definição da estratégia do país deveria levar em conta que, "cada período histórico, se caracteriza sempre pela manifestação de um antagonismo dominante entre duas nações ou coligações de nações", o que seria "verdadeiro no mundo de hoje, dado o maior entrelaçamento de interesses entre os povos" (COUTO E SILVA, 2003, p. 193). O Brasil, portanto, ao definir sua posição geopolítica, deveria levar em conta o antagonismo dominante, assumindo a posição de defesa do "Mundo Ocidental" diante dos perigos de uma suposta dominação comunista. Por outro lado, para traçar a sua estratégia, o país, "por mais fraco que seja, precisa olhar, assim, o mundo ao largo, em sua totalidade global, e não só discernir aí as tensões dominantes que o agitam, mas captar-lhes a intensidade, sentir-lhes a evolução e prever-lhes o desfecho" (COUTO E SILVA, 2003, p. 194).

O cenário internacional colocava nuanças muito mais complexas do que o antagonismo binário entre as duas potências, devendo o Brasil, na elaboração de sua estratégia de defesa, discernir os interesses que estavam em jogo nas disputas dentro do

próprio bloco comunista. Essas crises internas poderiam criar a ilusão de que haveria uma terceira força, na qual o Brasil poderia se apoiar. Para Couto e Silva, essa seria uma ilusão a ser evitada, afinal, em seu papel de liderança,

> [...] o Brasil está em condições muito propícias para sentir, perfeitamente, o drama de toda a incontável humanidade subdesenvolvida que se debate, desde a própria América, por toda a África imensa, pelo sul e sudeste da Ásia, até a Indonésia irrequieta, entre a miséria, a opressão, o colonialismo imperialista e voraz, e seus ideais legítimos de independência, de bem-estar e de segurança. E poderá, assim, servir de intérprete fiel a anseios que bem é capaz de medir, com a certeza de defender causa justa, em benefício da própria Civilização Ocidental cuja missão capital, no momento, é de oferecer, a todos esses povos desesperançados e frustrados, uma alternativa mais risonha do que a apresentada pelo imperialismo comunista, sob a forma de uma rápida prosperidade material que mascara uma torpe escravidão de corpos e almas (COUTO E SILVA, 2003, p. 234).

Embora sem fazer uma menção direta, esta parece ser uma resposta de Golbery de Couto e Silva à articulação internacional dos países "não alinhados", representada principalmente pela Conferência de Bandung, realizada 1954. O olhar de Couto e Silva para essa articulação do Terceiro Mundo parecia ver uma ameaça ao domínio dos Estados Unidos, na medida em que esses países poderiam aproximar-se dos países comunista, como a China e a Iugoslávia, que participaram da reunião. Nesse cenário, o Brasil cumpriria o papel de mostrar a esses países "não alinhados" os benefícios que o "Mundo Ocidental" poderia trazer para a solução dos problemas históricos enfrentados em regiões como África, América e Ásia. O Brasil, portanto, segundo Couto e Silva, poderia deixar de se apenas o intérprete dos anseios da América Latina, como poderia tornar-se líder do conjunto dos países que ainda lutavam por alcançar seu desenvolvimento econômico.

Considerações finais

Produzida no contexto da Guerra Fria, a teoria geopolítica de Golbery do Couto e Silva pode ser encarada a partir de dois aspectos fundamentais. Primeiro, enquanto expressão ideológica de um setor dos militares brasileiros que procuraram elaborar uma formulação teórica que dessas as bases da relação a ser estabelecida como os Estados Unidos e o restante do "Mundo Ocidental". Essa teoria deveria, por um lado, apresentar os fundamentos para a relação a ser estabelecida. Por outro, manter relativa autonomia do país

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

frente aos demais países, renunciando a ela unicamente em situações que envolvessem uma possível subversão comunista no território brasileiro.

Por outro lado, a teoria de Golbery do Couto e Silva pode ser encarada como uma formulação que aponta para o papel de liderança do Brasil no contexto latino-americano, ou seja, uma justificativa para o argumento de que a liderança regional deve ser obrigatoriamente do Brasil, devido a aspectos históricos, culturais e até mesmo naturais. Portanto, da mesma forma que seria inquestionável a presença do Brasil como parte do "Mundo Ocidental", não haveria dúvidas de que o Brasil seria quase que naturalmente o grande líder regional.

Evidencia-se na produção teórica de Couto e Silva um grande compromisso político com o imperialismo, podendo-se percebê-lo por dois aspectos. Em primeiro lugar, pelo olhar eurocêntrico de sua obra, visualizando as populações autóctones como não civilizadas, o que o leva a entender que somente começou a se construir um país quando os empreendedores europeus colonizaram e implantaram sua cultura nessas terras. Em segundo lugar, o compromisso de Couto e Silva demonstra-se quando aceita a dominação estadunidense, sem vislumbrar qualquer saída dentro dessa lógica. Para Couto e Silva, a única saída é efetivamente negociar o máximo que for possível com os Estados Unidos e seus aliados, sem romper em hipótese alguma a unidade com esses países.

Essa ideologia foi a base dos governos da ditadura, entre 1964 e 1985, mas também encontra sua expressão em governos civis que apostaram em uma retórica que aponta para políticas de interdependência ou de conquistar algum tipo de "barganha leal". Uma das táticas adotadas pelos países latino-americanos sempre passou em grande medida pela constituição de blocos regionais em que assumem um papel de aliado subordinado dos Estados Unidos. Pela retórica desses governos, essas alianças permitiriam negociar em igualdade com os Estados Unidos os termos das exportações e importações de alguns produtos brasileiros. Contudo, as relações de dependência sempre serviram para auxiliar os países imperialistas a fortalecerem seus interesses econômicos. Nesse sentido a retórica de interdependência pode ser encarada como uma forma de criar a ilusão de que alguns setores da economia sediados no Brasil podem ser sócias minoritárias de grandes multinacionais estrangeiras ou mesmo que o Brasil possa assumir um papel de potência regional. Passados mais de seis décadas, nenhuma dessas propostas se viu concretizada,

mostrando que, em realidade, o nesse modelo não se coloca qualquer perspectiva de desenvolvimento econômico e perspectiva de autonomia para os países subordinados.

Referências

ARRUDA, Antônio de. **ESG**: história de sua doutrina. São Paulo: GRD/INL/MEC. 1980.

COUTO E SILVA, Golbery do. **Conjuntura política nacional**: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

COUTO E SILVA, Golbery do. **Geopolítica e poder**. São Paulo: UniverCidade, 2003.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964**. Rio de Janeiro, FGV, 2014.

IANNI, Octávio. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

LÊNIN, Vladimir. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

MAESTRI, Mario. **Revolução e contrarrevolução no Brasil (1530-2019)**. 2ª ed. Porto Alegre: FCM Editora, 2019.

MENDONÇA, Sonia Regina. **Estado e economia no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas: Papirus, 1995.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "Perigo Vermelho"**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

MUNHOZ, Sidnei. Ecos da emergência da guerra fria no Brasil (1947-1953). **Diálogos**, Maringá, nº 6, p. 41-59, 2002.

PUGLIA, Douglas Biagio. **ADESG**: elites locais civis e projeto político. 2006. 153f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006.

SANTOS, Theotonio dos. **Imperialismo y dependência**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

SILVA, Michel Goulart da. “Geopolítica, imperialismo e interdependência na América Latina”. **Contra a Corrente**, n. 10, 2013.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro**: multilaterização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985). 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

DOI 10.61470/o.v23i1.74915

Um antissemitismo pró-Israel: anotações sobre a adesão de uma parcela da comunidade judaica brasileira ao Bolsonarismo

Sergio Schargel, Doutor em Comunicação, Editor e

Docente UFRJ

Resumo
A intolerância ao judeu é um fenômeno tão antigo quanto o judaísmo, embora o antissemitismo tenha sofrido largas reconfigurações ao longo dos séculos. No século XX, transiciona de um ódio religioso para um ódio étnico, a despeito da larga discussão se os judeus seriam ou não uma etnia. Por meio de uma mescla entre uma discussão teórica sobre antissemitismo histórico e o cenário político contemporâneo no Brasil, a intenção deste artigo é apresentar algumas formas com que o antissemitismo se manifesta no atual cenário político e social nacional, bem como questionar algumas das razões pelas quais uma parte da comunidade judaica aderiu a um político com histórico de antissemitismo. Para isso, o artigo propõe a classificação do antissemitismo brasileiro como "velado", por não ser tão explícito e aberto quanto versões de outros espaços-tempo. Isso, aliado a alguns elementos como o apoio de Jair Bolsonaro a Israel e a associação entre a esquerda e a Palestina, foi suficiente para que essa parcela colocasse o antissemitismo em segundo plano e apoiasse o candidato.

Palavras-chave
Antissemitismo; Bolsonarismo; religião; etnia; antissemitismo velado.

A pro-Israel antisemitism: motes on the adherence of a segment of the Brazilian Jewish community to Bolsonarism

Abstract
The intolerance toward Jews is a phenomenon as old as Judaism itself, although antisemitism has undergone significant reconfigurations over the centuries. In the 20th century, it transitioned from religious hatred to ethnic hatred, despite the extensive debate over whether Jews constitute an ethnicity. Through a combination of theoretical discussion on historical antisemitism and the contemporary political landscape in Brazil, the aim of this article is to present some ways in which antisemitism manifests in the current national political and social context, as well as to question some of the reasons why part of the Jewish community supported a politician with a history of antisemitism. To achieve this, the paper proposes classifying Brazilian antisemitism as "veiled", as it is not as explicit and overt as versions seen in other times and places. This, coupled with factors such as Jair Bolsonaro's support for Israel and the association of the left with Palestine, was sufficient for this segment of the Brazilian Jewish community to ignore Bolsonaro's antisemitism.

Keywords
Anti-Semitism; Bolsonarism; religion; ethnicity; veiled anti-Semitism.

Un antisemitismo pro-Israel: notas sobre la adhesión de un segmento de la comunidad judía brasileña al bolsonarismo

Resumen
La intolerancia hacia los judíos es un fenómeno tan antiguo como el judaísmo, aunque el antisemitismo ha experimentado grandes reconfiguraciones a lo largo de los siglos. En el siglo XX, transiciona de un odio religioso a un odio étnico, a pesar de la amplia discusión sobre si los judíos constituyen o no una etnia. A través de una mezcla entre una discusión teórica sobre el antisemitismo

histórico y el escenario político contemporáneo en Brasil, la intención de este artículo es presentar algunas formas en que el antisemitismo se manifiesta en el actual contexto político y social del país, así como cuestionar algunas de las razones por las cuales una parte de la comunidad judía apoyó a un político con un historial de antisemitismo. Para ello, el artículo propone clasificar el antisemitismo brasileño como "velado", por no ser tan explícito y abierto como las versiones de otros tiempos y lugares. Esto, sumado a elementos como el apoyo de Jair Bolsonaro a Israel y la asociación entre la izquierda y Palestina, fue suficiente para que este grupo relegara el antisemitismo a un segundo plano y apoyara al candidato.

Palabras clave
Antisemitismo; Bolsonarismo; religión; etnia; antisemitismo velado.

"*Ele fez uma cara de dor, um olhar que só os judeus são capazes de mostrar*" (FONSECA, 1998, p. 31).

Introdução

Tendo mais trinta anos de carreira, mais de dez romances publicados e vencido o Prêmio Jabuti com *Inferno*, Patrícia Melo já se consolidou no cânone literário contemporâneo. Em suas reconstruções, trabalha com distintos personagens marginais, trazendo minorias para o centro de suas ficções: mulheres, judeus, homossexuais, negros. Por vezes, como em *Valsa negra*, essa marginalização se funde e se intersecciona: machismo com antissemitismo, racismo com homofobia, em diante. Mais do que isso: Melo atualiza o cânone literário brasileiro sobre uma espécie de literatura sobre a violência, colocando no centro do palco discussões identitárias que são secundárias, por exemplo, em Rubem Fonseca.

Quando se fala de literatura judaica, se fala inevitavelmente também de literatura antissemita: grande parte da produção literária judaica brasileira se intersecciona com o antissemitismo brasileiro. Mesmo em livros em que o judaísmo é apenas um pano de fundo, como em *Valsa negra*, de Patrícia Melo, o antissemitismo acaba se sobressaindo. Assim como na realidade, neste livro de Melo é justamente o antissemitismo do protagonista que acaba por fortalecer a identidade judaica de sua mulher. O protagonista, cujo nome nunca é revelado, não tolera a ideia de que sua companheira possa ter algo que fuja de seu controle: uma identidade da qual ele nunca pode partilhar. Assim, em *Valsa negra*, o antissemitismo se amalgama com o machismo até o seu derradeiro final.

Inevitavelmente os impactos do antissemitismo se refletem direta e indiretamente na literatura de escritores da comunidade, sejam eles seculares ou religiosos. Moacyr Scliar, para tomar como exemplo aquele que talvez seja o mais conhecido escritor judeu brasileiro, permeia grande parte de suas ficções com sua identidade judaica. Em *Enigmas da culpa*, por

exemplo, Scliar trabalha, através de ensaios, a pós-memória herdada do trauma do Holocausto, angústia que gerações posteriores, como a de Scliar e como a minha, vivenciam mesmo sem ter estado nos campos.

Mas, afinal, o que é antissemitismo? Conceito com ampla fortuna crítica, seria impossível cobrir, e tampouco é o objetivo, sua definição em toda a sua polissemia. No entanto, é preciso ao menos conceitualizá-lo e contextualizá-lo para prosseguir no debate sobre a comunidade judaica.

Sobre o antissemitismo

A própria definição de judaísmo não é simples. Em milênios, não se chegou a um consenso. Óbvio que se trata de uma religião, um aspecto cultural, mas seria também uma etnia? Ser judeu seria equivalente, por exemplo, a ser irlandês, ou italiano? Como explicar a situação paradoxal dos que se denominam "judeus seculares"? Paradoxal, pois pressupõe um simultâneo afastamento e proximidade da religião. Ao mesmo tempo em que nega a essencialidade da religiosidade à vida, o judaísmo secular, para o sê-lo, necessita ao menos alguma forma de proximidade com essa mesma religiosidade. Por mais que com uma visão desencantada do mundo, para retomar as ideias de Weber, ainda assim com elementos e tradições religiosas. Um judeu secular pode não comer comida *kosher*, por exemplo, ou mesmo acreditar em deus, mas ao mesmo tempo comemorar o *channuakah*, ou o *pessach*. Mantém traços da religião, seja por afinidade, seja por tradição, mas a rejeita como norte. Entretanto, permanece judeu. Um judeu-ateu não soa tão estranho quanto soaria alguém que se denominasse cristão-ateu.

A questão do judeu não religioso não é novidade. Já estava em voga mesmo antes do Nazismo — Anatol Rosenfeld (2012, p. 97) lembra de forma crítica que, três meses antes do *Anschluss*, Rudolf Bienenfeld já dedicara uma palestra ao tema em Viena. Para Bienenfeld, a resposta à aporia dos judeus-ateus reside em uma concepção metafísica do judaísmo, uma manutenção de traços de fé judaica sintetizados em ideias como Justiça, Fraternidade, Razão e Além-Mundo que permitem que, mesmo sem religião, descendentes de judeus se identifiquem como tais. Na prática, no entanto, tal concepção bebe diretamente da tradição religiosa e pouco ajuda a solucionar a questão, propondo que, mesmo secularizados, esses grupos ainda possuem traços religiosos inerentes e dissociáveis. Afinal, um judeu pode não compartilhar nenhum desses pilares, mas nem por isso deixará de ser considerado como judeu.

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

Como traz Fontette (1989, p. 11), o *Petit Larousse Illustré* de 1988 registra que judeu é uma "Pessoa pertencente ao povo judeu, à comunidade israelita [...] Que professa a religião judaica". Na prática, tal definição mantém a interpretação do judaísmo simultaneamente como etnia e religião. E como chama atenção Fontette (1989, p. 11) uma vez mais, é interessante a própria evolução do conceito de judaísmo após o Holocausto, em consonância com o que foi descrito neste trabalho como *antissemitismo velado*, conforme o *Larousse* colocava "usurário" como sinônimo de judeu nas edições até 1965. Clichês que permaneciam, recebendo verniz canônico quando imortalizados em dicionários e outros escritos semelhantes.

Rosenfeld define judaísmo como uma "designação difusa de um grupo étnico não muito bem definido, sem homogeneidade racial mas distinguido por certo lastro histórico comum e por certa situação de marginalidade. Os seus componentes são cidadãos de muitos países, entre os quais se conta também Israel" (ROSENFELD, 2012, p. 384). Já para Albert Memmi, em seu ensaio *Negritude and Judeity*, judaísmo é seguir a tradição judaica. Mas isso não basta. Alguns neopentecostais, como Edir Macedo, usam símbolos e elementos parciais da tradição judaica, enquanto outros judeus seculares pouco ou nada a seguem. Entram, então, outros pontos: a judaicidade, ou o pertencimento judeu, e a judeidade, ou o sentir-se judeu. Ou seja, não basta seguir a tradição, utilizar a indumentária ou símbolos judaicos, é preciso que o indivíduo se identifique e se entenda como judeu para o sê-lo. Sentimento de identificação que, com a criação de Israel e após o Holocausto, se tornou mais explícito, em paralelo com a diminuição global do antissemitismo:

> Isso explica por que no século passado muitos judeus franceses tenham preferido ser tratados de israelitas, o que tinha um ar mais conveniente e 'assimilado', a serem chamados de judeus. Mas, depois do segundo conflito mundial, a lembrança de Auschwitz, a criação do Estado de Israel, as primeiras décadas de sua existência, devolveram a muitos judeus uma razão de sobreviver e de levantar a cabeça com orgulho, de modo que muitas vezes o uso do termo 'israelita' tem algo de fora de moda, ou até de inconveniente, como se aquele que o pronuncia fosse anti-semita e tivesse medo de sujar a boca dizendo a palavra 'judeu' (FONTETTE, 1989, p. 12).

Embora a intolerância contra o judeu seja tão antiga quanto a religião em si, o conceito de antissemitismo só surge no fim do século XIX, definido por Wilhelm Marr (FONTETTE, 1989, p. 09). E surge no momento mais apropriado; quando o ódio ao judeu migra de um ódio religioso para um ódio racial, consequência da ascensão das teorias eugenistas em voga na época. Naturalmente, o antissemitismo já existia antes da definição do conceito. O antissemitismo, assim, não se limita a atacar os judeus enquanto religião, mas também

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

enquanto comunidade identificada como etnia ou raça. Isto é, judeus secularizados e "assimilados" são também alvos da intolerância, que transcende a rejeição da religião.

Na prática, o antissemita desloca ao judeu não somente a função de bode expiatório, mas também um exercício de desumanização. O judeu não é um homem, portanto, mas um monstro. Nesse contexto, se ressalta a interpretação de Michel Foucault (2010, p. 47) ao sustentar que o monstro representa uma transgressão legal, não meramente no âmbito das normas sociais, mas também das leis da natureza. Em sua condição de desviante conduzido ao extremo, o monstro rompe com o paradigma do que é convencionalmente identificado como humano. Ainda que mantenha uma relação com o humano, sua classificação como tal torna-se inviável. O monstro ultrapassa os limites do familiar e do conhecido, suscitando uma dualidade entre horror e fascínio, ao desestabilizar aquilo que é considerado normal.

Fontette (1989, p. 09) também destaca o quanto o termo é inapropriado, considerando que o "adjetivo semita ou semítico deve aplicar-se a línguas e não a raças ou a etnias; por outro lado, se o hebraico é uma língua semítica, o árabe também o é". Consagrado como conceito, portanto, a própria ideia de antissemitismo é errônea e ambígua. Embora seja voltado e popularizado como o ódio aos judeus, seja como religião ou etnia, seu conceito, pelo menos na raiz da palavra, também engloba árabes.

Eis como age o antissemita "velado", por pequenos meios, por pequenas atitudes. Críticas ao Estado de Israel se misturando com críticas ao próprio judaísmo em si, fundidas em um antissemitismo travestido de antissionismo. Críticas ao sionismo passam a ser deturpadas e utilizadas para resgatar imagens antissemitas clássicas, como a do judeu internacional, com uma maquiagem para não ferir o véu de tolerância que se formou após o Holocausto. A imagem já repetida à exaustão, por exemplo, de que os judeus praticam com a comunidade palestina a mesma violência que sofreram na Segunda Guerra. Ideia sintetizada no cartaz que uma mulher veiculou em um protesto em Higienópolis em 2021: "judeus usam a cartilha de Hitler" (DOUEK, 2021).

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

Figura 1 - Diagrama com os tipos de antissemitismo antes e depois da Guerra



Fonte: elaboração própria, com base no software Canva

Um dos exemplos possíveis dos formatos contemporâneos de antissemitismo recai sobre o bilionário judeu George Soros. O bode expiatório e a retórica antiglobalismo se disseminou na Hungria de Viktor Orbán, país tradicionalmente antissemita, e foi absorvido pelos Estados Unidos e, posteriormente, pelo Brasil. Isso sem mencionar outros países, como Turquia, Itália, França, Reino Unido, Polônia e Países Baixos. Além do próprio Bolsonaro. Enfim, nos dias de hoje praticamente toda nação com algum movimento relevante de extrema direita utiliza Soros como bode expiatório.

O antissemitismo manifestado de forma velada ou direta contra George Soros não se limita apenas ao discurso, mas também se manifesta em atos de violência. Um exemplo marcante ocorreu em 2018, quando ocorreu o ataque antissemita mais violento da história dos Estados Unidos. Um atirador invadiu uma sinagoga em Pittsburgh, resultando na trágica morte de onze pessoas. Além de acreditar nas teorias conspiratórias antijudaicas tradicionais, Robert Bowers adicionava uma reciclagem ao caldo: o mito de Soros (PSZCZOL; VAITSMAN, 2020, p. 161). Velhas e novas teorias da conspiração se mesclavam nos escritos do assassino, evidenciando que o antissemitismo não desapareceu com o fim da Guerra, apenas mutou em novas formas. Isso não impede que as formas antigas permaneçam vivas, conforme evidenciado pelo Congresso Judaico Mundial em 2018, que descobriu que, no

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

espaço de dois anos, houve um crescimento de 30% em comentários antissemitas e negacionistas do Holocausto nas redes sociais (PSZCZOL; VAITSMAN, 2020, p. 167).

Comparado ao resto do mundo, não é absurdo dizer que o Brasil tem níveis historicamente baixos de antissemitismo. Ainda que tenha tido diversas manifestações antissemitas por sua História, em particular durante a Era Vargas, após o Holocausto e a criação de Israel ocorreu o mesmo que no resto do mundo: uma diluição no ódio ao judeu. Afinal, como trazem Michel Gherman e Monica Grin, o Holocausto foi visto por uma parcela dos judeus como "a prova da inviabilidade da vida judaica fora de Israel, apontando para a necessidade da existência de um Estado Judeu" (GHERMAN; GRIN, 2016, p. 219). Não que tenha desaparecido, mas se tornou mais rarefeito, pontual. Ele permanece em pequenos momentos, em situações, em aspectos mais velados, mas não como política de Estado, algo destacado pelo *Antisemitism World Report* em 1995. Manifestações antissemitas não são a regra, mas a exceção. Ou ao menos assim era, até o crescimento da extrema direita no século XXI.

Contudo, não se pode negar o processo de apagamento do antissemitismo da memória institucional brasileira. Como se nunca tivesse existido, as políticas antissemitas do início do século XX são esquecidas, relegadas a segundo plano. Talvez o Brasil não tenha experimentado um antissemitismo tão forte quanto na Europa ou nos Estados Unidos na mesma época, o que não significa que não tenha existido. Enquanto nesses outros países o fenômeno se espalhava por toda a população, no Brasil, curiosamente, era mais limitado a intelectuais, como Gustavo Barroso. Um antissemitismo que tem raízes antigas, como também lembra o processo (ainda que mais lusitano do que brasileiro) de transformação em cristão-novo e da Inquisição.

Vale lembrar que cabe ao Integralismo a autoria do *Plano Cohen*, outro documento falso anticomunista e antissemita, que atribui à figura do "judeu comunista" a responsabilidade de um suposto plano comunista para tomada de poder. O *Plano* foi utilizado como justificativa para o recrudescimento autoritário do Estado Novo. Ironicamente, o próprio Estado Novo, no ano seguinte, iria passar a perseguir também os integralistas, forçando o autoexílio de Plínio Salgado.

É impossível falar de judaísmo no Brasil sem olhar para o Nordeste. Como se sabe, uma dessas maiores comunidades se estabeleceu em Recife, Pernambuco. Diferente da América portuguesa, lá os judeus gozavam de relativa liberdade religiosa e social. Alguns historiadores chegaram a afirmar que houvesse o dobro de judeus a cristãos em Recife (quase

1500, semelhante à população judaica de Amsterdam). Já Wiznitzer sugeriu uma proporção de quase 50% de judeus para cristãos, enquanto outros apontaram números mais conservadores. Os números de Wiznitzer são mais aceitos, mas ainda assim contestados (IGEL, 1997, p. XIX).

Apesar das disputas sobre os números exatos, é inegável que Recife foi palco de uma comunidade judaica significativa, com um número considerável de adeptos da fé judaica. Independentemente da quantidade exata de pessoas proferindo a fé judaica na cidade, o fato é que a capital do Brasil-holandês foi pioneira no estabelecimento de uma comunidade nas Américas.

Pertinente ressaltar que após a retomada de Pernambuco pelos portugueses muitos desses judeus migraram para Nova Amsterdam, que logo se transformaria em Nova York, dando início à primeira comunidade judaica na América do Norte. Igel (1997, p. XXII) lembra, por exemplo, que o cemitério judaico da cidade mais populosa dos EUA se chamava Brazilian Cemetery.

No contemporâneo, grupos neonazistas se espalham pelo país, encontrando respaldo e conforto na retórica de extrema direita. Embora menos politicamente influentes em relação aos "fascistas engravatados" (SCHARGEL; GUIMARÃES, 2023), seu crescimento reflete o enfraquecimento da democracia como valor político-social no Brasil. Esses grupos, obviamente antissemitas, dialogam e trocam inspirações e estratégias com seus pares internacionais, em um espaço de intercâmbio facilitado pelas redes sociais. Ao mesmo tempo, possuem características e idiossincrasias típicas do Brasil, como a adição do nordestino ao caldo de ódio direcionado a inimigos desumanizados — substituindo os imigrantes, grupo sem grande influência no país (PSZCZOL; VAITSMAN, 2020, p. 134).

Adriana Dias identificou em 2020 um total de pelo menos 349 células neonazistas ativas no Brasil, com média de até noventa pessoas cada. Em 2013, um total de 150 mil simpatizantes; número que, desde então, só aumentou (LOPES, 2013). Se por si só esse dado já seria alarmante e suficiente para crer na ascensão do neonazismo no país, a pesquisadora chama atenção para outro dado ainda mais assustador: uma quantidade muito maior de pessoas baixa materiais disponibilizados por esses grupos (PSZCZOL; VAITSMAN, 2020, p. 137). Ou seja, indivíduos que não chegam a participar explicitamente dessas células, mas que são, no mínimo, curiosos sobre os materiais que elas disseminam.

Esses elementos nos colocam uma questão: por que, mesmo com esse antissemitismo mascarado por parte do Bolsonarismo, parcela significativa da comunidade judaica apoiou

Bolsonaro? Indo além, o que explica que minorias adiram a políticas e políticos que vão contra seus interesses, ao menos em teoria? Alguns empresários judeus foram parte influente do círculo de poder que se formou após as eleições de 2018, com destaque para nomes como Fábio Wajngarten, ex-chefe da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom). O próprio ex-ministro da educação, Abraham Weintraub, embora filho da mãe católica, é descendente de judeus poloneses por parte de pai.

O Bolsonarismo e a comunidade judaica

Bolsonaro acena constantemente a Israel. Um aceno que, na verdade, é mais à comunidade neopentecostal do que para os judeus, mas que acaba por servir a ambos— como transparece na fala de Bispa Sônia, da Igreja Renascer, "Pela primeira vez, na presidência do Brasil, se ouviu o nome de Deus acima de todos" (MONTEIRO; TEIXEIRA, 2020, p. 32). A importância do gesto de batismo de Bolsonaro no Rio Jordão é evidenciado pela crença de parte dos pentecostais de que o ex-presidente também seria um. Embora católico, o aceno o permitiu se embranhar no imaginário de parte da população, representando um possível presidente evangélico, mesmo não o sendo. Estratégia funcional, considerando seu apoio em 70% dessa comunidade em 2018.

Tanto melhor que este aceno afasta a incômoda imagem do nazifascismo, afinal, como pode um nazifascista ser apoiado por um pedaço da comunidade judaica? Algo semelhante ao que acontece em alguns países da Europa Ocidental, como identificado por José Pedro Zúquete (2011), em que a extrema direita cooptou o judaísmo e o feminismo como ferramentas para combater um novo inimigo específico, o Islã. Uma forma, portanto, de rejeitar imagens e comparações incômodas com movimentos de extrema direita do passado. Afinal, um antissemitismo explícito e extremo, que prega violência física, após o Holocausto e Israel, não é tão bem-visto quanto antes de 1945.

Como argumenta outro autor, Rodrigo Toniol (2021), em chave semelhante à de Gherman (2022), a imagem do judeu para o Bolsonarismo encarna uma figura idealizada, beirando o mitológico. O judeu não é um judeu, mas uma entidade que "apresenta as características que se deseja que ele tenha" (TONIOL, 2021, p. 87). Ou seja, uma caixa sobre a qual Bolsonaro e seus seguidores encaixam e lançam mão conforme a conveniência, ou um véu que permite que escondam seus antissemitismos. Um *antissemitismo velado*, nesse sentido, por permitir que escondam a intolerância por meio de subterfúgios retóricos e discursivos. Deste ponto decorre o processo de *desjudeização* do qual Gherman (2022) fala: o

judaísmo se torna um rótulo benevolente apenas àqueles que apoiam e aderem ao Bolsonarismo, sejam eles judeus ou não. Os demais, mesmo quando judeus, são renegados enquanto tais.

Vale mencionar também que uma parcela significativa dos moradores de Higienópolis aderiu aos protestos contra Bolsonaro em 2020. Tratando-se de um bairro de classe alta e tradicionalmente judaico, esse elemento ajuda a evidenciar que o apoio ao Bolsonarismo não é uniforme entre os judeus, mesmo entre aqueles com maior poder aquisitivo. Ou, no mínimo, ilustra um distanciamento que ocorreu nos dois anos que separaram as eleições de 2018 do início da pandemia. Isso não impediu que veículos de esquerda, como o *Diário do Centro do Mundo*, insistissem na associação entre judaísmo e Bolsonarismo, reforçando estereótipos clássicos do antissemitismo, ao afirmar que "o tradicional bairro judaico paulistano, cuja comunidade comanda as finanças da capital" (apud PSZCZOL; VAITSMAN, 2020, p. 38)[1].

A comunidade judaica não é a única que promove essas supostas contradições, como percebeu Nicolau (2021, p. 39). Segundo mostra, há uma tendência global contemporânea de que eleitores de nível educacional mais baixo votem em candidatos de direita, ao menos em teoria contradizendo o que se esperaria deles. Até a década de 1970, havia uma tendência de que eleitores de menor escolaridade aderissem "a clivagem de classes" e apoiassem a esquerda. No contemporâneo, eleitores de maior escolaridade votaram mais, por exemplo, em Hillary Clinton em 2016 e no Partido Trabalhista no Reino Unido em 2019, enquanto os de menor escolaridade votaram em Donald Trump e no Partido Conservador. Uma suposta aporia que se repete, por exemplo, no apoio de minorias a candidatos que supostamente vão contra seus interesses, como os 30% da comunidade LGBTQ+ brasileira a Bolsonaro[2]. Em 2018, nos dados de Nicolau (2021, p. 44), Bolsonaro manteve próximo, em relação a eleições anteriores do PSDB, a quantidade de votos dos que têm ensino superior, mas teve crescimento massivo entre aqueles de baixa escolaridade. Uma das possíveis explicações pode ser pensada sobre a forma com que Bolsonaro capitalizou o discurso de segurança pública, oferecendo

1 O antissemitismo de esquerda, frequentemente mesclado com antissionismo, também apareceu com força no impeachment de 2016. O veículo *Portal Vermelho*, por exemplo, acusou Israel de estar ligado ao processo, com interesses escusos e imperialistas sobre o Brasil. De acordo com o site, a comprovação seria o sobrenome supostamente judaico de três ministros: Raul Jungmann, Sergio Etchegoyen e Ilan Goldfajn — ignorando que, dentre eles, apenas o terceiro possui origem judaica (PSZCZOL; VAITSMAN, 2020, p. 39).

2 Cumpre assinalar a declaração de Bolsonaro em 2002, na qual ele expressou que "Não vou bater nem discriminar, mas, se eu vir dois homens se beijando na rua, vou bater" (BARRETTO JR., 2021, p. 12), destacando a contradição entre sua afirmação inicial e subsequente correção. Esta observação ilustra a postura agressiva do ex-presidente em relação à comunidade LGBTQ+, refletindo em restrições e ameaças à liberdade de ser.

soluções radicais distintas de qualquer candidato anterior, apontado como o tema de maior preocupação pelo eleitorado (18%) e que tende a impactar mais os que têm menor escolaridade (NICOLAU, 2021, p. 45).

Há também casos de políticos extremistas que fazem parte de um grupo minoritário, embora ataquem outros. Geert Wilders, cujo partido que criou, Partij voor de Vrijheid (PVV), em 2023 venceu as eleições nos Países Baixos, é exemplo histórico. Wilders utiliza um discurso que coloca o Islã como perpetrador de imensa violência contra a comunidade LGBTQ+ neerlandesa, tentando capitalizar esse eleitorado. Com propostas simpáticas ao segmento, lança mão da histeria populista para acusar que os imigrantes de origem islâmica ameaçam as liberdades conquistadas pela comunidade.

Mais claro era Pym Fortuyn, também nos Países Baixos. Fortuyn era abertamente homossexual e declarava que o Islã era incompatível com os direitos LGBTQ+. Um cenário mais intrigante surge na AfD, onde Alice Weidel, uma figura de destaque no partido, é homossexual, apesar de seu partido se posicionar contra os direitos homossexuais (TRAVERSO, 2021, p. 49). Contradições nítidas, de complexa compreensão, mas diretamente relacionadas às hipóteses que temos trabalhado.

Para Traverso (2021, p. 50), a extrema direita contemporânea se viu compelida a ajustar seu discurso para manter relevância no cenário político. Certas negações históricas de direitos conquistados nas últimas décadas soariam anacrônicas nos dias atuais. Em outras palavras, precisaram escolher suas batalhas, sob risco de ostracismo. Assim como a esquerda é forçada a constantes concessões, a extrema direita precisou se adaptar. O antifeminismo, por exemplo, não somente é secundário nos extremistas franceses, como mesmo o feminismo é utilizado como justificativa para atacar o inimigo prioritário: o Islã. Isso não implica que esses extremistas não reproduzam discursos que evocam características clássicas do fascismo do passado; apenas reflete a necessidade de moderação no debate público, embora “escapadas” de frases e comentários reeditando esses elementos não sejam incomuns.

No Brasil ocorre semelhante: Bolsonaro, mesmo sendo antissemita, captura e utiliza o judaísmo como ferramenta para atacar seus inimigos prioritários. Um canto da sereia, portanto, que atrai grupos minoritários contra o que enxergam como inimigos comuns. No jogo político, a habilidade de adaptar-se ao contexto é crucial, e a extrema direita se encontra constantemente moldando sua retórica para se manter no centro das atenções.

Paul Weithman ajuda a entender a questão do apoio de minorias a políticos autoritários, embora em um contexto distinto do que se trabalha aqui. Para isso, discute a

questão de que supostamente a eleição de Trump teria colocado em xeque questões relativas à teoria liberal de John Rawls, ou mesmo à teoria política liberal em geral. Mas ele argumenta que, na verdade, o que ocorre é o contrário. A eleição do Trump não questionou os argumentos de Rawls, mas na realidade os corroborou. Por alguns motivos, mas o principal está na noção rawlsiana de reciprocidade, um pilar da estabilidade de uma democracia liberal. Para verificar isso, o autor lança mão da análise empírica feita por uma socióloga chamada Arlie Hochschild entre eleitores do Trump para evidenciar que existem dois tipos de reciprocidade, e a que falha não é a mesma proposta por Rawls.

O autor começa discutindo a assertiva de que as eleições estadunidenses de 2016 foram decididas por eleitores indignados da classe trabalhadora, majoritariamente brancos, frustrados com a ascensão de direitos para minorias e sua suposta consequente perda de espaço. Weithman discute a análise empírica das entrevistas em profundidade de Hochshild, que entrevistou trabalhadores para entender o apoio de parte deles para um movimento político que teoricamente iria contra os seus interesses, concluindo que a antipatia desses trabalhadores para com governos liberais era superior aos ganhos que acreditariam que receberiam. Em parte devido a um mito, que o autor chama de *deep story*, de que esses indivíduos estariam sendo prejudicados em função das minorias.

Hochschild mostrou em seu trabalho que o medo desses trabalhadores brancos em relação ao futuro, principalmente por se sentirem preteridos em função de minorias, acabaria por solapar outros de seus interesses, que também os afetavam diretamente, como a questão ambiental. Em suma, uma forma de interesse se sobressaia sobre a outra, e era privilegiada. Seus entrevistados sentiam como se estivessem, de acordo com a alegoria que a pesquisadora usa, esperando em uma longa fila pelo *American Dream*. Só que, na interpretação desses trabalhadores, a espera era infrutífera, conforme minorias — mulheres, negros, latinos — começaram a furar a fila por meio de ações afirmativas ou políticas públicas. Indo além: na interpretação desses indivíduos, não apenas a fila não anda, como são forçados a sentir pena pelos que identificam como seus algozes. Via de regra, se afirmam pessoas boas, cidadãos de bem, "de bom coração" (WEITHMAN, 2020, p. 02); mas a benevolência tem um limite, e não é conveniente ser simpático àqueles que o ameaçam. O governo foi capturado, na prática, e se tornou método de distribuição de dinheiro àqueles que não merecem.

Essa interpretação particular da realidade ressalta o dito por Ricoeur (2015, p. 22) em *Ideologia e utopia*: a realidade se constrói a partir do sujeito. Inclusive, este é, em um resumo, o significado simplificado de ideologia. Na necessidade de deslocar um culpado para os

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

ressentimentos de classe, os entrevistados projetaram uma interpretação do real que ataca outros grupos, colocando-os com forças muito superiores às que de fato possuem.

O problema é que supostamente essa *deep story* sugere que se está dizendo que o processo de alargar a democracia termina por miná-la. Isto é, ampliar a democracia seria o principal responsável por sua morte. Para Weithman (2020, p. 02), a eleição de Trump se conecta com a relação entre reciprocidade e estabilidade nos princípios de Rawls, e a incapacidade do Estado estadunidense em suprir essa relação.

Na concepção de Rawls, a reciprocidade é ponto imprescindível à justiça entre pessoas que contribuíram igualmente para gerá-la. Qualquer desvio dessa lógica deve ser justificado, mostrando que, de alguma forma, ela beneficia todos os envolvidos. Mais do que isso, desigualdades devem ser aplicadas em função daqueles que se beneficiem menos delas. Assim, as ideias de Horschild não questionam a teoria da reciprocidade rawlsiana, mas, na verdade, a incentivam. Pois mostram que foi justamente a ausência de reciprocidade que fomentou o surgimento do Trumpismo.

Weithman também é sóbrio quando percebe que apontar para esses eleitores que seus medos são irreais não vai fazer com que os medos desapareçam, correndo risco até de ter efeito perverso. Tampouco é simples convencê-los de que estão focando no ponto errado. Como mostra, o argumento de que todos contribuem igualmente vai ser rechaçado pelos eleitores entrevistados por Hochschild, que afirmam sua insatisfação na diferença que encontram em relação aos outros. Assim, nem mesmo o otimismo liberal vai fazer com que esses problemas desapareçam.

Isso porque na prática os entrevistados por Hochschild estão se baseando no contrafactual, no que poderia ter sido, por meio dessa comparação do presente com um passado idealizado. Quando os entrevistados concluem que a reciprocidade foi violada, que os que contribuem menos recebem recompensas melhores, eles se baseiam nesse contrafactual.

Rawls crê que a maior possibilidade da reciprocidade falhar é quando os mais poderosos se beneficiarem em função dos mais fracos (WEITHMAN, 2020, p. 03). Mas também entende que essa não é a única forma, dado o princípio da diferença. Há circunstâncias em que os menos afortunados podem se tornar os mais afortunados possível às custas dos que estão apenas acima deles. No entanto, Weithman (2020, p. 03) chama a atenção para o fato de que o princípio da diferença parece permitir exatamente o tipo de problema destacado no trabalho de Hochschild: a questão de “furar” a fila.

Mas Rawls previu essa questão, e argumentou que o princípio da diferença é um princípio de benefício mútuo, por meio do que ele chamou de conexão em cadeia (*chain connection*, no original). Isto é, segundo seu argumento, qualquer vantagem para os mais afortunados que melhore o bem-estar dos menos afortunados resulta em uma melhora geral para todos os envolvidos. Assim, o princípio da diferença atende pelas demandas da reciprocidade e evita ressentimento. O trabalho de Hochschild, como Weithman destaca, tem também a qualidade de perceber que ressentimentos não são direcionados apenas para classes acima na pirâmide social, mas também àquelas abaixo. E isso pode ser visto na análise sobre a comunidade judaica.

As ideias de Weithman se ligam com a definição que Rocha (2023) traz de *individualismo possessivo*. Conforme proposto por Crawford Brough Macpherson, e elemento que aparece nas entrevistas discutidas por Weithman e Hochschild, o *individualismo possessivo* é uma espécie de reinterpretação da ideia liberal do *self-made man*. Em português, a imagem do empreendedor que ascendeu sem apoio ou ajuda externa, mas por seus próprios méritos. Quando muito, essas pessoas crêem que suas conquistas vieram de deus, mas que nada devem ao Estado ou à sociedade, no limite sendo os únicos responsáveis. O *individualismo possessivo* é

> uma operação ideológica que facilita com que as pessoas passem a aderir, ou ao menos a não se colocar contra o avanço dessa lógica de mercado. As pessoas, por exemplo, olham para as grandes corporações, e falam "o presidente é que nem eu, ele não quer pagar imposto, ele conquistou aquilo por esforço próprio". É muito fácil fazer equalização, que é a mesma equalização que aconteceu nos EUA, em que os pequenos proprietários rurais passaram a se projetar nos grandes, imaginando-os como iguais. É uma operação ideológica que facilita a identificação. Ninguém vê problema em existir bilionários no mundo, as pessoas acham isso normal, certo, ou que cada vez mais tenham corporações maiores. No limite, a pessoa pensa "poderia ser eu, ele não deve nada à sociedade". Esse é o ponto: perceber as pessoas como desenraizadas da sociedade e sem nenhum tipo de dever, moral ou político, com relação à sociedade em que você está (ROCHA, 2024).

Como falou Michael Mann (2024) em entrevista ainda não publicada, esse fenômeno de adesão de parcelas das classes proletárias à extrema direita tem explicações históricas. Retornando para o fim da Guerra Fria, Mann determina que a transformação de utopia em distopia e o consequente enfraquecimento da social-democracia/social-liberalismo esgotou alternativas viáveis à esquerda. Aliado à incapacidade da esquerda contemporânea em acompanhar as transformações (não somente políticas e sociais, mas principalmente

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

comunicacionais e digitais), gerou um esvaziamento do movimento proletário em todo o planeta e uma debandada para a direita, mesmo que em aparente contradição. Na prática, no entanto, isso não é novo, basta lembrar da importância que as classes sociais mais baixas tiveram para o nazifascismo: "Com o declínio de movimentos trabalhistas, pessoas sem educação formal tornam-se suscetíveis a todo tipo de atrativos ideológicos. É perceptível que, com isso, eles muitas vezes optem por movimentos de extrema direita" (MANN, 2024, tradução minha).

Claro que, como o próprio Mann (2024) ressalta, há especificidades, não é simplesmente uma transição crua. Em grandes centros urbanos, a classe trabalhadora permanece, em maioria, tendendo para a esquerda. Por outro lado, em áreas rurais, o que é particularmente notável no caso do Trumpismo, tendem a votar na direita ou extrema direita. Na prática, parece que hoje em dia o voto sofre mais uma diferença espacial e regional do que de classes.

Como visto, um ponto em comum da atração ao judaísmo por uma parte da extrema direita europeia e brasileira se dá em torno de uma lógica racialista. Em ambos os casos, mas mais visível no europeu, o judaísmo atua como uma espécie de *white washing*. Disposto no *não-lugar*de ser um *branco-não-branco*, o judeu, principalmente no contexto particular brasileiro contemporâneo, é enxergado como branco. Mesmo no caso europeu, há uma aproximação de uma parcela desses dois grupos pautada na ideia de combate a um inimigo em comum, o não-branco oriental[3]— ignorando, como lembra Toniol (2021, p. 95), que existem judeus negros como os judeus etíopes. Ao judeu, mesmo não sendo branco por completo, é empregado uma espécie de aliança temporária contra uma ameaça maior. Ademais, também se torna conveniente por permitir a esses movimentos, em ambos os continentes, se afastarem da pecha de nazifascistas ou antissemitas, rótulo desconfortável após o Holocausto. Não que não sejam ambos, mas é mais conveniente mascará-los do que admiti-los.

A aproximação do Bolsonarismo com Israel também precisa ser retomada neste argumento. Para Toniol (2021, p. 93), Israel é visto como uma "nação modelo", enquanto Gherman (2022) prefere pensar em termos de uma "Israel imaginária", na mesma chave do já referido "judeu imaginário". Como um país que há anos lida com o governo extremista de Netanyahu, que vem gradualmente tornando o Estado teocrático e ampliando as violações aos

3 No entanto, sempre preciso lembrar da marginalização histórica, que permanece, do judeu europeu visto como fora do escopo de cidadãos de um estado-nação. Como lembra Hobsbawm (1990, p. 34), por exemplo, Dreyfus foi apontado como traidor porque não era visto como um verdadeiro francês, já que era judeu.

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

direitos humanos, o Bolsonarismo o enxerga como uma espécie de projeção. Da mesma forma que o faz com a Hungria— o que explica também a aproximação com este país —, pensa em Israel como um possível futuro, como o ponto que deseja atingir. Soma-se a isso a visão do país do Oriente Médio como um bastião do Ocidente no meio da comunidade muçulmana, algo mais explicitado pela extrema direita europeia, mas não de todo estranho ao Bolsonarismo; e seu mote como local sagrado, principalmente Jerusalém, corroborado pelas igrejas neopentecostais. Como o próprio Bolsonaro revelou em um discurso "Olha o que eles não têm e veja o que eles são. [...] Como poderíamos ser iguais a eles? Tendo a mesma fé que eles têm" (TONIOL, 2021, p. 93). Longe de exclusivo de Bolsonaro, este filossemitismo oportunista está presente na bancada evangélica como um todo, sintetizado na frase do deputado Pastor Eurico: "Tudo que Israel toca o dedo é abençoado. Nunca vi um judeu passar fome" (GONÇALVES, 2019).

Tampouco é coincidência o apelo de Bolsonaro a seu próprio messianismo. Não foram poucas as oportunidades em que o político lançou mão da lembrança de seu sobrenome, "Messias". Nada mais natural, portanto, que as referências a um local sagrado para diversas religiões por um suposto "Messias". Se o restabelecimento judaico em Israel é visto, por parte dos neopentecostais, como passo necessário à segunda vinda de Cristo — de onde se explica o aparente estranho "sionismo cristão" — um profeta exemplar como Bolsonaro, embebido pelo messianismo, será capaz de liderar esse retorno. Importante ressaltar: para o Bolsonarismo, como bem percebe Toniol (2021, p. 94), Israel não é de sua população, mas deles próprios. Também não é sem motivo que Bolsonaro empregue o pronome possessivo *nosso* quando se refere ao país: "na criação do *nosso* Estado de Israel. Eu disse nosso" (TONIOL, 2021, p. 94, grifos meus); ou que suas bandeiras apareçam com frequência ao lado de outras duas, a do Brasil, símbolo lógico do nacionalismo, e a dos Estados Unidos, projeção máxima de um nacionalismo complexado que espelha na nação da América do Norte tudo o que deseja que o Brasil seja.

Toniol (2021, p. 94) também lembra outro ponto importante sobre a Israel e o judeu imaginários: a tradicional ligação e reverência com que uma parte da esquerda brasileira sempre tratou a Palestina. Sendo um movimento antiesquerdista em sentido lato, é compreensível que o Bolsonarismo rejeite símbolos e signos associados com o lado oposto do espectro (embora, sendo um movimento extremista, o lado oposto do espectro seja quase todo o espectro). Da mesma forma que a esquerda divulga bandeiras da Palestina em seus protestos, a extrema direita passou a espalhar bandeiras de Israel, como forma de se contrapor.

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

No entanto, a rejeição não se limitou a esses aspectos, e transbordaram para algumas declarações e atos do presidente e de seus correligionários mais próximos, como seus filhos. Em particular no primeiro ano do governo, não obstante a tentativa malograda de Bolsonaro em mudar a embaixada de Israel para Jesuralém — algo que, na prática, deslegitima o Estado árabe —, Flávio Bolsonaro entrou em atrito com os palestinos após declarar que o "Hamas deveria se explodir" (FOLHA DE S.PAULO, 2019). A rejeição de símbolos associados à esquerda, portanto, se espalha à máquina pública, e se torna razão de Estado, mesmo que isso tenha colocado o Brasil em situação desconfortável com aliados estratégicos.

Para uma parte da comunidade judaica brasileira, e não só bolsonaristas, tal associação entre Palestina e a esquerda foi suficiente para a rejeição desta posição política. Bolsonaro e seus seguidores souberam lançar mão deste rancor que um fragmento da comunidade judaica tinha sobre a posição antissionista da esquerda, quando não antissemita. Era incompreensível, por exemplo, para os judeus dentro do Hebraica na noite da palestra que outros judeus se posicionassem contra um sionista. Pela primeira vez, para essas pessoas, os judeus sentiam-se parte de uma maioria, "finalmente viam seus símbolos usados no espaço público" (GHERMAN, 2022, p. 78).

Por outro lado, Bolsonaro nunca fez esforço para esconder algumas de suas associações com o nazifascismo, inclusive dentro da própria Hebraica. Em mais de uma oportunidade, fantasiou que teria um bisavô italiano que lutou a favor de Hitler na Segunda Guerra, quando, na verdade, seus antepassados vieram para o Brasil no século XIX. Seu pai, inclusive, chegou a ser filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a ser fichado pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) (GHERMAN, 2022, p. 85). Uma mentira sobre a qual insistiu tanto que, no mínimo, revela um desejo. Até no Hebraica, insistiu na falsidade de que sua família veio da Itália na década de 1930 ou 1940, revelando o paroxismo da contradição ao sugerir, em uma entidade judaica, sua admiração pelo nazifascismo.

Israel não é una, mas múltipla, assim como a comunidade judaica. Embora seja um Estado judaico, tratá-la como manifestação unívoca da heterogeneidade judaica revela antissemitismo. Uma parcela da esquerda brasileira tradicionalmente destilou este formato de antissemitismo, tratando Israel e a comunidade judaica como sinônimos, como se as políticas nacionais fossem a opinião e visão de todos os judeus. Não se duvida da heterogeneidade cristã, mesmo o cristianismo sendo a maior religião brasileira. Não se associa, por exemplo, as políticas de Estado brasileiras ao cristianismo, como se faz sobre Israel e o judaísmo. Esse

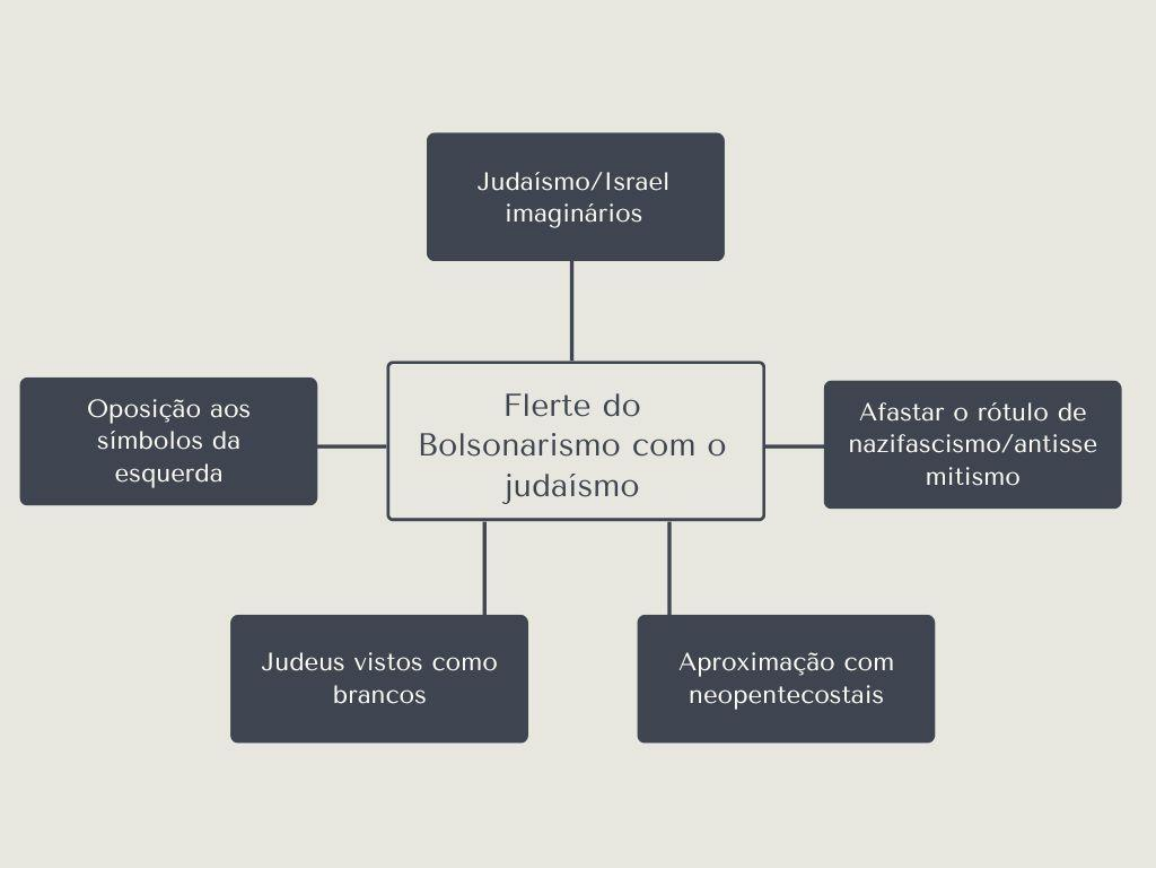
ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

fragmento da esquerda, portanto, não rejeita apenas o sionismo ou as políticas israelenses, mas toda a comunidade judaica em si. Como vimos, não é rara a repetição de argumentos como "os judeus repetem Hitler", suposta ironia histórica repetida *ad nauseum* como fosse constatação revolucionária.

Nesse sentido, embora também antissemita, o Bolsonarismo se veste de uma defesa da comunidade judaica que trabalha sobre o estético. Se as outras aproximações trabalham no político e no estratégico, nesse caso a pauta antiesquerdista transborda para o tratamento da simbologia da extrema direita. Da mesma forma com que rejeita e se opõe a tudo que é visto como de esquerda, por silogismo o mesmo ocorre com a Palestina. E nessa lógica binária, se a Palestina é vinculada à esquerda, logo Israel deve ser vista sob a direita.

A imagem abaixo sistematiza e resume os principais elementos que explicam a aproximação entre a comunidade judaica e o Bolsonarismo.

Figura 2 - Diagrama com alguns dos motivos que levam o Bolsonarismo a se aproximar da comunidade judaica brasileira



Fonte: elaboração própria, com base no *software* Canva

Considerações finais

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

A análise da relação entre o Bolsonarismo e a comunidade judaica brasileira revela uma complexa interseção de estratégias políticas, apropriações simbólicas e discursos contraditórios. Mesmo que tenha histórico de antissemitismo, uma parcela da comunidade judaica brasileira o apoiou. No entanto, a instrumentalização dessa relação, pautada em uma visão binária que associa Israel à direita e Palestina à esquerda, obscurece a multiplicidade das identidades judaicas e reforça preconceitos tanto no campo bolsonarista quanto em setores da esquerda brasileira.

Episódios como a palestra na Hebraica e declarações antagônicas aos palestinos revelam o uso calculado da simbologia judaica para atender a objetivos eleitorais e ideológicos. Por outro lado, as contradições internas do Bolsonarismo, como a romantização de figuras nazifascistas, demonstram que sua suposta defesa da comunidade judaica opera mais no campo estético do que no ético ou político. Isso sugere que a aproximação com Israel e com setores da comunidade judaica é menos um compromisso genuíno e mais uma ferramenta para diferenciar-se da esquerda e consolidar uma base de apoio.

Vale ressaltar novamente, essa adesão não é homogênea, e a comunidade judaica brasileira está longe de ser monolítica em sua opinião política. As identidades não são fixas, mas sim fluidas e moldadas por uma variedade de influências sociais, históricas e culturais. A adesão de uma parte da comunidade judaica ao Bolsonarismo não deve ser interpretada como representativa de todo o grupo, da mesma forma que a rejeição a Bolsonaro também não reflete unanimidade. Os judeus brasileiros, assim como qualquer outro grupo social, são compostos por indivíduos com múltiplas lealdades e interesses.

O formato típico do antissemitismo brasileiro atual, o que podemos chamar de "velado", fez com que alguns membros da comunidade judaica fossem capturados pelo canto da sereia do Bolsonarismo. O apoio a Israel, somado com a identificação da esquerda brasileira com a Palestina, foi suficiente para que se ignorasse todo o histórico de aproximações e declarações pró-nazismo e antissemitas.

Como visto ao longo do trabalho, a adesão de grupos minoritários a políticas e políticos que, em teoria, atentam contra os seus direitos, está longe de ser exclusividade de uma parcela da comunidade judaica brasileira. Na verdade, é um processo muito mais longo, complexo e amplo do que seria possível explorar e explicar nas curtas páginas de um artigo acadêmico. Ainda assim, espera-se que este trabalho tenha ajudado a lançar um pouco de luz sobre o fenômeno, ao menos sobre as particularidades da relação dos judeus brasileiros com o Bolsonarismo.

Referências

APÓS dizer que Hamas deveria explodir, Flávio Bolsonaro recua e apaga publicação. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 02 abr. 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/04/quero-que-voces-se-explodam-diz-flavio-bolsonaro-sobre-o-hamas.shtml. Acesso em: 02 abr. 2023.

BARRETTO JR., Walter. *Bolsonaro e seus seguidores*: 1560 frases. São Paulo: Geração Editorial, 2021.

DOUEK, Daniel. *Neste momento, está havendo uma manifestação de ativistas pró-palestinos em São Paulo*. Tweet, Twitter, 15 mai. 2021. Disponível em: https://twitter.com/ddouek/status/1393677733599842308. Acesso em: 11 jun. 2023.

FONSECA, Rubem. *Livro de ocorrências*. Rio de Janeiro: O Dia, 1998.

FONTETTE, François de. *História do anti-semitismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*: curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GHERMAN, Michel; GRIN, Monica. *Identidades ambivalentes*: desafios aos estudos judaicos no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

GHERMAN, Michel. *O não judeu judeu*: a tentativa de colonização do judaísmo pelo bolsonarismo. São Paulo: Fósforo, 2022.

GONÇALVES, Eduardo. A deus o que é de César. *Veja*, 03 mai. 2019. Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/a-deus-o-que-e-de-cesar. Acesso em: 25 out. 2023.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

IGEL, Regina. *Imigrantes judeus - escritores brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

LOPES, Débora. O perfil do neonazista brasileiro — uma entrevista com a pesquisadora Adriana Dias. *Vice*, 14 mai. 2013. Disponível em: https://www.vice.com/pt/article/4xg3dj/o-perfil-do-neonazista-brasileiro-uma-entrevista-com-a-pesquisadora-adriana-dias. Acesso em: 20 fev. 2024.

MANN, Michael. *Entrevista não publicada concedida o autor*. 2024.

MELO, Patrícia. *Inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MELO, Patrícia. *Valsa negra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

MEMMI, Albert. Negritude and judeity.*European Judaism: A Journal for the New Europe*, v. 03, n. 02. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/41442237. Acesso em: 11 jun. 2023.

MONTEIRO, Geraldo Tadeu; TEIXEIRA, Carlos Sávio (org.). *Bolsonarismo*: teoria e prática. Rio de Janeiro: Gramma Livraria e Editora, 2020.

NICOLAU, Jairo. *O Brasil dobrou à direita*: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PSZCZOL, Eliane; VAITSMAN, Heliete. *Antissemitismo, uma obsessão*: argumentos e narrativas. Rio de Janeiro: Numa Editora, 2020.

ROCHA, Camila. "Liberalismo hoje acaba sendo sinônimo de liberalismo econômico": uma entrevista com Camila Rocha, autora de *Menos Marx, mais Mises*. *Pracs – Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da Unifap*, v. 17, n. 1, 2024. Disponível em: https://periodicos.unifap.br/pracs/article/view/254. Acesso em: 22 dez. 2024.

ROSENFELD, Anatol. *Judaísmo, reflexões e vivências*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

SCLIAR, Moacyr. *Enigmas da culpa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2007.

SCHARGEL, Sergio; GUIMARÃES, Júlia. Between Antifascism and Antifa: A Conversation with Mark Bray, Author of *Antifa*. *Revista Brasileira de História*, v. 43, n. 92, p. 305–321, jan. 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbh/a/NTRQWC8CGHQZnmmnYJktSyJ/?lang=en#. Acesso em: 17 jan. 2024.

THE INSTITUTE OF JEWISH AFFAIRS. Antisemitism World Report 1995. Northamptonshire: 1995.
TONIOL, Rodrigo. O judeu imaginário do bolsonarismo. *Revista Serrote*, n. 39, nov. 2021, São Paulo, Instituto Moreira Salles.
TRAVERSO, Enzo. *As novas faces do fascismo*. Trad. Mônica Fernandes, Rafael Mello e Raphael Lana Seabra. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2021.
WEITHMAN, Paul. Comment: Reciprocity and the Rise of Populism. *Res Publica*, n. 26, 2020. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s11158-019-09443-2. Acesso em: 11 jun. 2023.
ZÚQUETE, José Pedro. Novos tempos, novos ventos? A extrema direita europeia e o Islão. *Análise social*, v. 46, n. 201. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/41494867. Acesso em 23 jun. 2021.

DOI 10.61470/o.v23i1.74906

“ANTES QUE O MAL CRESÇA, DIZ O VELHO ADÁGIO, CONVÈM SUPRIMI-LO”: ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES RURAIS E REPRESSÃO NO INTERIOR PAULISTA (1961-1964)

“BEFORE EVIL GROWS UP, SAYS THE OLD ADAGE, IT MUST BE SUPPRESSED”: RURAL WORKERS’ ORGANIZATIONS AND REPRESSION IN THE INTERIOR OF PAULISTA (1961-1964)

"ANTES DE QUE EL MAL CREZCA, DICE EL VIEJO ADAGIO, CONVIENE SUPRIMIRLO": ORGANIZACIONES DE LOS TRABAJADORES RURALES Y REPRESIÓN EN EL INTERIOR PAULISTA (1961-1964)

Juliana Carolina da Silva, Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM - campus Parintins)

Resumo: O presente texto tem como objetivo analisar a luta dos trabalhadores rurais por melhores condições de vida e trabalho, bem como as ações de repressão aos movimentos sociais no interior paulista no golpe de 1964. Investigamos o processo de construção de sindicatos em pequenas cidades, abordando as entendidas de Palmital/SP e a atuação de pessoas inseridas em uma rede sindical que interligava a região do Médio Paranapanema, na divisão entre os estados de São Paulo e Paraná. Por meio das atuações de sujeitos que atuaram no período, buscamos refletir sobre as resistências do movimento rural e as opressões e coerções promovidas por discursos, imaginários e ações, além de suas implicações na manutenção das desigualdades. A concepção de redes sociais será utilizada como metodologia inserida na micro-história, pois o mapeamento das relações pode revelar fios condutores para as ações dos trabalhadores rurais e dos agentes repressores, conectando aspectos biográficos às tessituras das sociabilidades. Por fim, parte do nosso percurso compreenderá o impacto do golpe e das perseguições na política que estava sendo construída e na perpetuação do corporativismo das elites locais. As fontes utilizadas incluem documentos do Banco de Dados Memórias Reveladas, do Projeto Brasil: Nunca Mais, do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina, do Arquivo Público do Estado de São Paulo e do Arquivo Público do Estado do Paraná.
Palavras-chave: Trajetórias políticas; Ditadura; Trabalhadores rurais; Sindicalização; Repressão política.

Abstract: This text aims to analyze the struggle of rural workers for better living and working conditions, as well as the actions to repress social movements in the interior of São Paulo during the 1964 coup. We investigated the process of building unions in small cities, addressing the understandings of Palmital/SP and the actions of people included in a union network that interconnected the Middle Paranapanema region, in the division between the states of São Paulo and Paraná. Through the actions of subjects who worked during the period, we seek to reflect on the resistance of the rural movement and the oppression and coercion promoted by speeches, imaginaries and actions, in addition to their implications for the maintenance of inequalities. The concept of social networks will be used as a methodology inserted in microhistory, as the mapping of relationships can reveal guiding threads for the actions of rural workers and

repressive agents, connecting biographical aspects to the fabrics of sociability. Finally, part of our trajectory will understand the impact of the coup and persecution on the policy that was being built and on the perpetuation of corporatism by local elites. The sources used include documents from the Revealed Memories Database, the Brazil: Never Again Project, the collection of the Center for Documentation and Historical Research at the State University of Londrina, the Public Archive of the State of São Paulo and the Public Archive of the State of Paraná.
Keywords: Political trajectories; Dictatorship; Rural workers; Unionization; Political repression.

Resumen: El presente texto tiene como objetivo analizar la lucha de los trabajadores rurales por mejores condiciones de vida y trabajo, así como las acciones de represión contra los movimientos sociales en el interior paulista durante el golpe de 1964. Investigamos el proceso de construcción de sindicatos en pequeñas ciudades, abordando las entidades en Palmital/SP y la actuación de personas insertas en una red sindical que interconectaba la región del Medio Paranapanema, en la división entre los estados de São Paulo y Paraná. A través de las actuaciones de sujetos que participaron en el período, buscamos reflexionar sobre las resistencias del movimiento rural y las opresiones y coerciones promovidas por discursos, imaginarios y acciones, además de sus implicaciones en el mantenimiento de las desigualdades. La concepción de redes sociales se utilizará como metodología dentro de la microhistoria, ya que el mapeo de las relaciones puede revelar hilos conductores para las acciones de los trabajadores rurales y de los agentes represores, conectando aspectos biográficos con las tramas de las sociabilidades. Por último, parte de nuestro recorrido comprenderá el impacto del golpe y las persecuciones en la política que se estaba construyendo y en la perpetuación del corporativismo de las élites locales. Las fuentes utilizadas incluyen documentos de la Base de Datos Memorias Reveladas, del Proyecto Brasil: Nunca Más, del acervo del Centro de Documentación e Investigación Histórica de la Universidad Estatal de Londrina, del Archivo Público del Estado de São Paulo y del Archivo Público del Estado de Paraná.
Palabras clave: Trayectorias políticas; Dictadura; Trabajadores rurales; Sindicalización; Represión política.

Introdução

Palmital é uma cidade do interior paulista, no sul do Estado, que possui uma grande extensão de zona rural. Embora houvesse sido habitada desde tempos imemoriais por povos indígenas, com a Lei de Terras de 1850, a região foi dada como devoluta e abriu um leque de possibilidades de fraudes e irregularidades. O artigo 5ºda Lei de Terras reconhecia o direito de quem já possuísse terras e que tivesse iniciado alguma cultura. Além das propriedades que detinham registros como sesmarias, concessões ou posses, havia mais duas maneiras de conseguir o título pela terra. Conforme a legislação, "2ª, ter sido estabelecida antes da medição da sesmaria ou concessão, e não perturbada por cinco annos; 3ª, ter sido estabelecida depois da dita medição, e não perturbada por 10 annos" (BRASIL, 1851). Esses prazos de não perturbação tornaram possíveis os registros de posses que resultavam de ocupação até aquele momento e passariam a proibir a aquisição de terras que não fossem adquiridas por meio da compra.

Para ser reconhecida a posse, os donos deveriam demarcar os limites, pagar as taxas e registrar as propriedades, tarefas que não eram fáceis aos homens e mulheres simples que ocupavam as terras e as comunidades tradicionais no interior do Estado, além de que havia comunidades e famílias no deslocamento constante. Conforme a pesquisadora Emília Viotti da Costa (1999), no livro *Da monarquia à república: momentos decisivos,* analisando a configuração da posse da terra em meados do século XIX, a criação de grandes latifúndios teria se agravado, uma vez que a demanda por produtos tropicais no mercado internacional favorecia a expansão das plantations. As pessoas migravam para as terras à fim de retirar os antigos ocupantes, estabelecer fazendas com extensa monocultura e geri-las. Segundo um relatório da polícia local, também existiam muitos sítios, além das grandes fazendas, que entre dois ou três proprietários, acumulavam a maior parte das terras da zona rural. Nos bairros rurais ficava uma capela e geralmente, ao lado, havia uma venda e um campo de futebol[1].

Daniel Ferraz da Cunha, era um morador da região. Filho de Benjamin Ferraz da Cunha e Maria Candida Ferraz, nasceu em Santa Cruz do Rio Pardo/SP. Era branco, olhos e cabelos castanhos e estava com a barba e bigode raspados no dia de sua prisão em 1964, segundo a ficha de identificação da Delegacia de Polícia do município em que ele morava. Naquele momento, estava com 57 anos de idade, era alfabetizado, não tinha filhos, era solteiro e residia no bairro Água Clara, em Palmital/SP. Daniel residia no sítio que havia herdado seu pai e trabalhava lá como lavrador, junto com sua família, em Palmital.

No início de 1960, havia um forte processo de sindicalização dos trabalhadores rurais, movidos pela luta por melhorias das condições de trabalho e de vida, formando um cenário de conquistas e de disputas. A criação dos muitos sindicatos e federação eram ações de um contexto em que os militantes com vínculo com o PCB disputavam espaço com a Igreja Católica. Conforme estudo realizado por Carla Simone Rodeghero, publicado no texto "Campo x Cidade: o discurso católico frente à modernização da agricultura no Rio Grande do Sul (1997)", a atuação da Igreja visava superar aspectos que entendia como problemas do campo naquele período, como o êxodo rural e as mudanças culturais, ideológicas e políticas. Além disso, buscou atuar na eliminação da propagação do comunismo, entendendo esta como formas de "defender o campo", garantindo a manutenção da lealdade religiosa e mantendo essa população da zona rural (RODEGHERO, 1997, p. 149). Nesse contexto, a Igreja Católica e o

1 Paisagens rurais. *Geornal*, [s/d]. Disponível em <http://geornal.com.br/category/galeria/rurais/>. Acesso em: 07 de ago. 2024.

Partido Comunista Brasileiro, concorriam para atuarem de maneira próxima ao camponês. A criação dos sindicatos era um espaço de disputa, pois era uma ferramenta importante de luta e congregação das pautas e demandas dessa classe.

Em novembro de 1961, os pecebistas realizariam o I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Belo Horizonte e nos preparativos para o evento, a Igreja se moveu rapidamente para estabelecer sua presença no interior de São Paulo. Essa ação buscava se antecipar ao fortalecimento da sindicalização que seria promovida pelos pecebistas para o evento e após o Congresso. Desde 1959, a Federação de Círculos Operários do Estado de São Paulo (FECOESP), ligada à Igreja, fundou associações de camponeses em sete cidades. Os sindicatos formaram-se em Presidente Prudente, Assis, Guariba, Juquiá, Lins, Matão, Porto Feliz, Marília, Piracicaba, São João da Boa Vista e Rio das Pedras. Estas eram cidades importantes para a militância da ULTAB. Os Círculos Operários atuavam na assistência, em ações educativas e culturais, concorrendo com os comunistas e buscavam ampliar suas atuações no interior do Estado. Em 1962, em apoio, o deputado Cunha Bueno proporia um projeto para "a concessão de um auxílio de três milhões de cruzeiros" ao Círculo Operário de Assis[2].

Nas declarações de Daniel, foi em "Belo Horizonte, Est. De Minas Gerais, nos anos de 60 ou 61 mais ou menos; que para participar de um dos congressos a esposa de Prestes Maia, ofereceu três ônibus, que os levaram até Belo Horizonte"[3]. Daniel esteve presente nos dois congressos realizados em Belo Horizonte, o 1º Congresso Nacional, sobre a reforma agrária, em setembro de 1961, e I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Belo Horizonte, em novembro do mesmo ano. Em ambos, junto com Joaquim Marana, Daniel representou Palmital. Joaquim era lavrador e exercia serviços volantes. Havia nascido em 1913, filho de Emiliano Marana e Joana Escalera Marana, natural de Barra Bonita/SP. Como muitos, migrou com sua esposa e filhos, tendo como destino Palmital/SP, a fim de procurar condições melhores de trabalho.

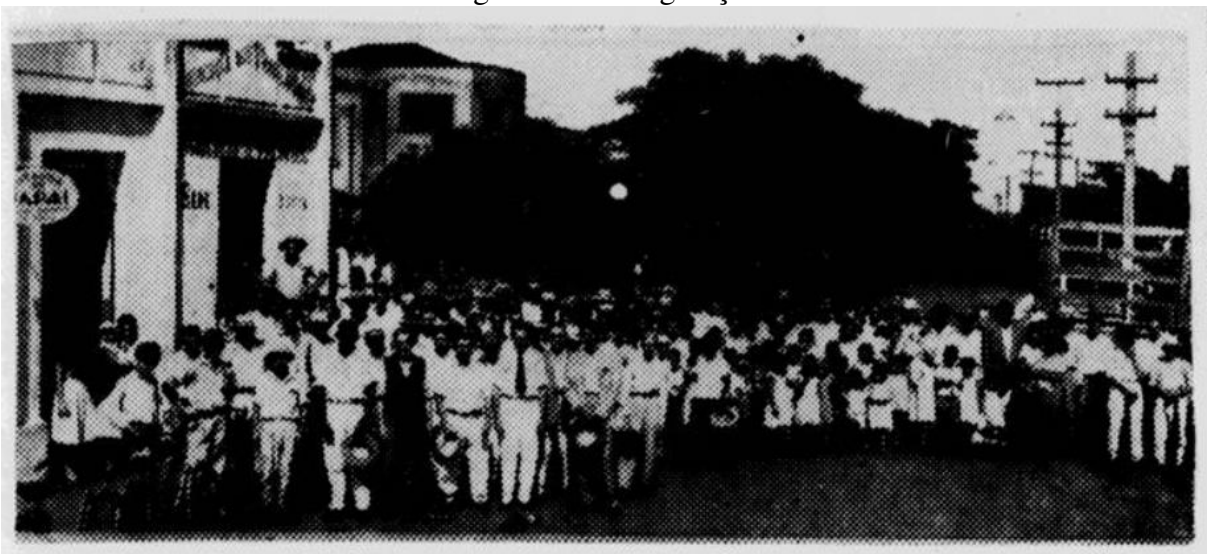
---

2 Conferir Projeto n. 3979, de 1962, de autoria de Cunha Bueno. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=7F4C8ADEDEDDAFCC3A8C05DD13878144.node2?codteor=1202771&filename=Avulso+-PL+3978/1962>. Acesso em: 21 de jul. 2024. A proposta foi noticiada na edição de 21 de março de 1962, do jornal *Diário do Paraná*, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/761672/per761672_1962_02081.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2022.

3 Refere-se a importante militante do PCB e atriz portuguesa Maria de Lourdes Costa Cabral Prestes Maia, esposa de Francisco Prestes Maia, prefeito de São Paulo entre os anos 1938e 1945 e 1961 a 1965. Da citação do depoimento de Daniel, esta foi retirada de: AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de Daniel Ferraz da Cunha, em 16 de abril de 1964. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 43.

No dia 17 de setembro de 1961, na sede do Operário Futebol Clube, na zona urbana de Palmital, ocorreu a fundação da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Palmital. Segundo o jornal *Terra Livre*, cerca de uma centena de camponeses se reuniram naquele dia e a fundação foi comemorada como uma vitória. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais passou a se chamar Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Palmital e a diretoria tomou posse em assembleia. Ainda, o jornal nos relata que naquele momento também esteve presente o líder camponês Nestor Vera, secretário da ULTAB, sendo este, "convidado especial". Sobre as demais autoridades, o periódico nos conta que, "A Câmara Municipal fêz representar pelo seu Vice-Presidente. Professores e dentistas da região estiveram presentes no local do encontro dando sua solidariedade ao movimento camponês do Município"[4]. A matéria acompanha a seguinte imagem:

Figura 01 – Inauguração



Fonte: TERRA LIVRE, São Paulo, janeiro de 1962, p. 07. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

Na fotografia acima, os trabalhadores aparecem diante da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Palmital (a esquerda), em ocasião da assembleia de fundação, em janeiro de 1962. Na imagem também vemos que essa instituição se localizava no espaço urbano da cidade, o que contribuía para o reconhecimento dela como um órgão importante, com relações com o espaço urbano e não apartado deste, além de ser próxima do fórum, da estação e de acesso a viajantes. Além disso, percebe-se o grande número de crianças na imagem, o que denota que as pessoas foram em famílias para a assembleia e, assim, a presença das mulheres naquele momento, mesmo que em primeiro plano estejam apenas os homens. Por possuírem

4TERRA LIVRE, São Paulo, janeiro de 1962, p. 06. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

muitos sítios na região, algumas famílias podem ter ido em carroças e se outrora eram utilizadas para levar os cultivos, agora voltariam para casa com sementes de ideias e esperanças.

Como no dia da foto, a mobilização das famílias se dava por conta de o trabalho rural envolver todo o núcleo familiar, com as crianças, jovens, adultos e os idosos. A luta por melhores condições de trabalho e ajustes salariais, dizia respeito a todos e trazia uma prospecção de futuro melhor. Manoel Pinheiro, no depoimento prestado em 20 de abril de 1964, registra que "de um ano pra cá passou a adotar idéias socialistas, sempre pensando numa melhoria das classes mais pobres, que nos dias de hoje não é possível viver com os salários que percebem, principalmente os trabalhadores do campo"[5]. O depoimento prestado no dia 22 de abril de 1964, por Milan Luigi, lavrador em serviços volantes, nos exemplifica essa perspectiva, quando comenta ter "ingressado no sindicato pensando em melhores dias para seus filhos"[6]. Naquele ano, Milan estava com 62 anos, já contava com cabelos grisalhos e, segundo o depoimento, "uma vêz que com a idade avançada que possui é difícil arranjar serviço", assim, "ultimamente para não perecer vem ajudando sua senhora a fabricar doces caseiros e vendendo-os". Mesmo em situação financeira difícil, Milan havia se sindicalizado em fevereiro de 1963, e inicialmente pagava Cr$ 30,00 e nos últimos tempos, em 1964, contribuía com Cr$ 50,00 por mês.

O primeiro presidente da Associação foi Daniel Ferraz da Cunha, que aparece ao centro, de paletó preto, na imagem abaixo:

Figura 02 – Diretoria do Sindicato

5 AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de Manoel Pinheiro, em 20 de abril de 1964. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 54.
6 AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de Milan Luigi, em 22 de abril de 1964. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 73.

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025



Fonte: TERRA LIVRE, São Paulo, janeiro de 1962, p. 06. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

O paletó de Daniel, o local da inauguração e a sede na zona urbana e as lideranças convidadas eram elementos que representavam a importância da Associação. Essa instituição era uma vitória para o movimento de luta camponesa na região, pois conseguiu mobilizar muitos trabalhadores a agir coletivamente. A fundação possibilitou que as leituras e formações que Daniel, Barreiros e outros empreenderam durante anos fossem instrumentalizadas como práticas coletivas organizadas sobre o âmbito do trabalho rural. Na escolha do local, do traje e dos convidados, havia a busca por comemorar e representar a importância interna do movimento, mas também, a intenção de que essa relevância fosse percebida e partilhada pelos demais moradores do município. Palmital era campo de greves e conflitos sobre as condições de trabalho no campo e a criação da associação representava uma vitória na construção das ações que os militantes estavam fazendo há algumas décadas naquela localidade. A partilha e a percepção da função social dessa instituição ajudariam na sindicalização de novos membros, que da mesma que Milan Luigi sindicalizou-se no mês seguinte, viriam outros a procurar pelas melhores possibilidades de futuro e reclamar dos conflitos passados em seus trabalhos.

O peso do papel

Com a fundação, a Associação passou a coletar causas trabalhistas e encaminhar os trabalhadores para o Fórum de Ourinhos. Em Ourinhos, eram orientados por advogados,

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

principalmente por João Bento Vieira Silva Neto, através da ligação de Joaquim Marana. Em julho de 1963, o jornal *Terra Livre* noticiou causas ganhas na Justiça do Trabalho, em favor dos trabalhadores rurais Ramão Lozano (mensalista) e José Pachola (meeiro). Em comemoração, o periódico informava que "o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmital, recentemente fundado, vem de conseguir mais uma importante vitória que é fruto de seu trabalho e dedicação no esclarecimento do homem do campo"[7]. Através de causa julgada na Justiça do Trabalho o fazendeiro Calil João teria sido obrigado a pagar as horas extras do trabalhador sindicalizado Ramão Lozano. Este "procurou o seu sindicato e com a união de todo, fêz valer seus direitos". Já o trabalhador José Pachola, meeiro de mandioca, havia sido despedido das terras dos Breve, segundo o jornal "por não poder manter-se o restante do ano como foi devido a exploração a que era submetido e o aumento cada vez maior das sementes, inseticidas e tudo o que precisava comprar para trabalhar na terra". Tentando ilustrar os benefícios da sindicalização, continua:

> Diante da violação de seus direitos pelo patrão, José foi até o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de PALMITAL, onde o pres. Daniel Ferraz da Cunha tomou as medidas necessárias e José Pachola teve seu direito reconhecido pelas autoridades recebendo a importância de 175 mil cruzeiros de indenização pelo que havia deixado na terra que cultivava (TERRA LIVRE, julho de 1963, p. 07).

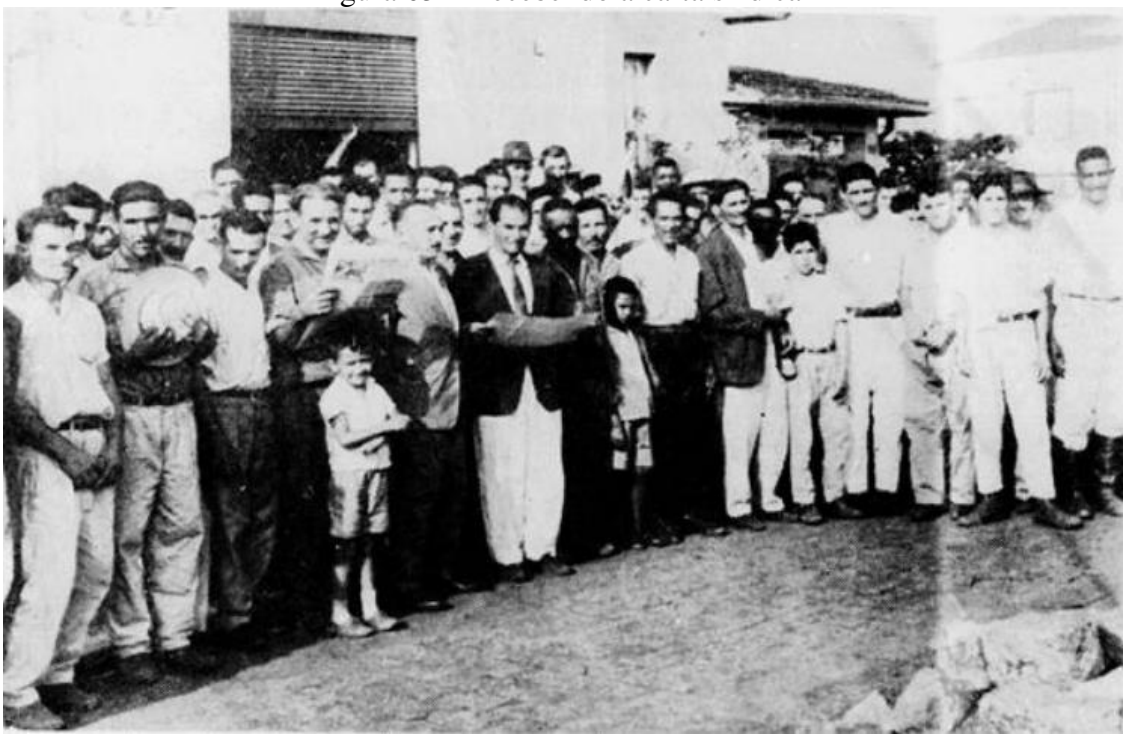
O periódico buscava informar, reconhecer a ação dos militantes e estimular a sindicalização. Na mesma edição, publicou a convocação para o II Conferência de Trabalhadores Rurais, realizada em São Paulo, em setembro de 1963. Ao fim da convocação, o texto citava diversos sindicatos e suas lideranças, contando com os nomes de Roque Pedroso da Silva, Presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais de Chavantes e de José Pedro Silva, Presidente da Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Salto Grande.

Naquele mesmo ano, a Associação seria notícia no *Terra Livre* num outro evento em Palmital, "No dia 20 de outubro último, os camponeses desta região [...] receberam das mãos do líder José Alves Portela, presidente da Federação das Associações dos Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo, a "Carta Sindical" do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmital". A realização de eventos conferia maior visibilidade e reconhecimento social à Associação, bem como, eram utilizados politicamente para articulação de lideranças locais e estaduais. Segundo o documento, "A leitura da "Carta Sindical" foi feita pelo jornalista

7 TERRA LIVRE, São Paulo, julho de 1963, p. 07. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

Sosthenes Jambo, que antes fêz uma rápida explicação sôbre como vêm se processando as lutas camponesas em todo o Brasil, tendo despertado enorme interêsse a sindicalização rural em Pernambuco e Ceará". Abaixo vemos uma fotografia desse dia, publicada em novembro no *Terra Livre*.

Figura 03 – Recebendo a carta sindical



Fonte: TERRA LIVRE, São Paulo, novembro de 1963, ano XIV, n. 124. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

Na imagem, registro oficial do evento, vemos muitos homens, jovens, adultos e idosos, estando todos de calçado com sapatos e botas e alguns de chapéu, mais uma vez, indicando que era um momento relevante. O local escolhido para a foto é a frente da Associação, que mesmo sem conseguirmos ler o nome na fachada do imóvel, notamos que está aberta e com familiaridade, um homem apoia o braço na porta. O jornal nos informa que "No centro da imagem está o presidente do sindicato, Daniel Ferraz da Cunha, o presidente da FATAESP José Alves Portela, o dirigente Joaquim Marana e outros"[8].

O movimento de greve e a vigilância policial

8 TERRA LIVRE, São Paulo, novembro de 1963, ano XIV, n. 124. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

Após a oficialização do sindicato junto ao Ministério do Trabalho, Daniel, Marana e os demais sindicalistas passaram a articular mais trabalhadores e a organização de greves para reivindicações, para buscar melhorias trabalhistas. A primeira contestação coletiva foi pela aplicação do salário-mínimo, instituído a todos os membros da família que trabalhassem, com o Estatuto do Trabalhador Rural, em março de 1963. Esta foi uma das pautas debatidas na II Conferência de Trabalhadores Rurais, bem como a luta pela previdência, a campanha pela sindicalização e o reforço da unidade entre trabalhadores da cidade e do campo, que havia se mostrado uma aliança profícua[9]. Os militantes da região acompanhavam e se inseriam nos debates nacionais e estadual, dialogando e apoiando os mesmos. Após ouvir o comício de 13 de março de 1964, utilizando o telégrafo da Estação Ferroviária, Manoel enviou para o Presidente da República João Goulart, uma mensagem entusiasmada: "Que decreto dia 13 sublime inalterado inesquecível data seja extensivo brevemente a terra invejável seja extinta dos maiores latifundiários que sonegam amável país sds Manoel Pinheiro ferroviário rua Padre Martins 328"[10]. Essa mensagem nos permite entrever a animação dos ferroviários e camponeses com a possibilidade da reforma agrária, que parecia próxima naquele momento. Além disso, uma vez que Manoel utilizou o sistema de telégrafos do seu trabalho, também nos mostra a confiança no próprio movimento de que fazia parte e na estabilidade da democracia no país.

Enleados por essas percepções, em 21 de março de 1964, apoiando os trabalhadores rurais, os militantes juntos deflagraram uma greve na Fazenda Boa Vista, "da Família Bittencourt", exigindo ajuste salarial[11]. A paralização nessa fazenda foi estratégica e, também demonstra uma certa altivez do movimento, pois enfrentava simbolicamente a presença de dois adversários: o Círculo Operário e o deputado Antônio Sílvio Cunha Bueno. Conforme observam Adriano Nervo Codato e Marcus Roberto de Oliveira no artigo "A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964", Cunha Bueno era "o braço político do complexo IPES/IBAD no Congresso Nacional, encarnava o perfil típico do político conservador contra as Reformas" (CODATO; OLIVEIRA, 2004, p. 292).

9 TERRA LIVRE, São Paulo, julho de 1963, p. 07. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

10 AESP. Telegrama de Manoel Pinheiro para João Goulart. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 27.

11 AESP. Relatório, assunto greve dos trabalhadores rurais da Fazenda Boa Vista – Prop. Da Família Bittencourt. Produzido pelo Delegado de Polícia Márcio Prudente Cruz, em 25 de março de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 21.

No texto, os autores discutem a atuação de grupos conservadores no Estado de São Paulo e no Paraná, que construíram discursos, símbolos e práticas de apoio ao golpe de 1964. Nesse sentido, através do projeto de Bueno Cunha de 1962, o auxílio com dinheiro público que haviam realizado ao Círculo Operário em Assis, inseria-se nas ações de fomento à conspiração contra as próprias lutas sociais. Isso se dava pois apesar dos Círculos levarem assistências médicas necessárias aos trabalhadores, esvaziavam suas exigências trabalhistas e pautas coletivas. O projeto havia sido proposto em 22 de março de 1962 e aprovado por unanimidade em 12 de junho de 1963. O deputado da Assembleia Legislativa de São Paulo, Antônio Sílvio Cunha Bueno, era filho do coronel Joaquim Cunha Bueno Júnior e se casou com Edi Bittencourt, que, por sua vez, era filha do coronel Joaquim José Bellarmino Bittencourt, falecido presidente da Assembleia Legislativa do Paraná. Então, realizar uma greve na fazenda da propriedade da família da esposa de Cunha Bueno, era um enfrentamento explícito ao conservadorismo e às oligarquias rurais[12].

Ademais, as fazendas dessa família na região eram alvos de queixas de abusos e violências no *Terra Livre* desde 1956. Em uma publicação, na primeira quinzena de agosto de 1956, o *Terra Livre* publicou que "Catorze famílias de colonos de café da Fazenda Mumbuca, em Ipauçu, São Paulo, fizeram greve, no fim de julho, contra as violências policiais e contra a latifundiária Sebastiana Cunha Bueno". As violências eram a prisões, invasões e perseguição, tendo o texto relatado que "tinha mandado prender colonos como ladrões, invadir suas casas de madrugada, deixando mulheres e crianças ao relento"[13]. As denúncias de atuações de autoridades policiais a favor dos interesses dos fazendeiros eram recorrentes nas páginas do jornal.

Retomando a greve de 21 de março de 1964, quando o responsável pela fazenda, Roberto Bittencourt, foi informado da greve, ainda no dia 21, mandou o administrador Luiz informar verbalmente que tomaria providências para pagar o novo salário mínimo e as diferenças salariais que faziam jus. No relatório enviado ao DEOPS, o Delegado de Polícia Marcio Prudente Cruz relata que "Com essa notícia uma boa parcela dos trabalhadores retornou

12 Sobre Cunha Bueno, conferir Verbete Antonio Silvio Cunha Bueno. *FGV CPDOC*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-silvio-cunha-bueno>. Acesso em 07 de ago. 2024. Sobre Edi Bittencourt, conferir Edy Bittencourt Cunha Bueno morre em SP aos 100 anos. *O Diário do Vale*, 2018. Disponível em: <https://odiariodovale.com/edy-bittencourt-cunha-bueno-morre-em-sp-aos-100-anos/>. Acesso em: 07 de ago. 2024. Sobre Joaquim José Bellarmino Bittencourt, consultar verbete da Assembleia Legislativa do Paraná. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/deputados/perfil/joaquim-jose-bellarmino-bittencourt>. Acesso em: 07 de ago. 2024.

13 TERRA LIVRE, 1ª Quinzena de Agosto de 1956, p. 03. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

ao serviço e os demais resolveram permanecer parados"[14]. A permanência em greve se dava pela falta de garantias por parte do empregador, de que de fato cumpriria sua fala de ir até a fazenda e regularizar os valores devidos.

Conforme relatório da Delegacia de Polícia de Palmital, no dia 22 (domingo), a fazenda esteve com um "ambiente calmo e pacífico", já no dia 23, o Delegado notou que "Com diretores de Sindicato e comunistas agitadores, chegam a esta cidade dois funcionários do Departamento de Trabalho, com séde em Ourinhos para entrevista com Doutor Promotor da Comarca". O delegado seguiu atento às movimentações e, no dia 24, "Mantivemos contato com a fazenda, através de elemento de ligação, estranho à Polícia, situação calma, parte dos trabalhadores em serviço e outra parte parados". Além disso, ficou registrado que "três são os trabalhadores que agitaram os demais, sendo certo, que até o momento não pudemos levantar suas identidades, para não provocar suspeitas". Sobre as movimentações no sindicato, o documento da polícia relatou que "elementos estranhos à cidade continuam indo e vindo a esta cidade". Uma dessas pessoas seria José Alves Portela. Já no dia 25, a greve estava sendo comentada pelos moradores da zona rural e urbana[15].

O documento registra a espionagem e o serviço de informações tecido pelo Delegado Marcio Prudente Cruz. Sobre suas motivações, explica: "Tais informações foram por mim colhidas pessoalmente e espontaneamente pois, até o presente momento o proprietário da fazenda (dr. Roberto Leão Bittencourt [...]) não veio à fazenda e nem solicitou qualquer providência desta Delegacia, permanecendo na cidade de São Paulo"[16]. Mesmo que não tivesse nenhuma solicitação de auxílio policial ou queixa de ilegalidade, por nenhuma das partes envolvidas na greve, o delegado teceu comunicação com o Promotor Público e com o Juiz de Direito da Comarca. Essa ação de controle reflete a perpetuação de estruturas autoritárias, com a agencia do Estado como extensão dos interesses das elites. Conforme Angelo Gomes, "o corporativismo manteve uma relação de assimetria entre elites e trabalhadores,

14 AESP. Relatório, assunto greve dos trabalhadores rurais da Fazenda Boa Vista – Prop. Da Família Bittencourt. Produzido pelo Delegado de Polícia Márcio Prudente Cruz, em 25 de março de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 21.

15 AESP. Relatório, assunto greve dos trabalhadores rurais da Fazenda Boa Vista – Prop. Da Família Bittencourt. Produzido pelo Delegado de Polícia Márcio Prudente Cruz, em 25 de março de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 21-23.

16 AESP. Relatório, assunto greve dos trabalhadores rurais da Fazenda Boa Vista – Prop. Da Família Bittencourt. Produzido pelo Delegado de Polícia Márcio Prudente Cruz, em 25 de março de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 22.

institucionalizando a desigualdade e o controle social" (GOMES, 2005, p. 118), de modo que a atuação do delegado de Palmital sinaliza como as elites ganharam o Estado para preservar seus privilégios e marginalizar movimentos de luta social naquele período.

Na ausência do fazendeiro, aos cuidados do delegado

Prestativo na defesa dos interesses dos fazendeiros, Prudente Cruz comunicou que, "segundo dizem, a reinvidicação é justa", entretanto, considerou que, "Antes que o mal cresça, diz o velho adágio, convèm suprimi-lo"[17]. Assim, mesmo diante da legalidade da ação, para o delegado, "o Sindicato dos Trabalhadores Rurais sob orientação comunista está aproveitando-se da situação arvoreando-se de protetores dos trabalhadores". Ainda, o oficial incluiu no documento uma sessão intitulada "Minha Opinião" e conjecturou buscando explicar: "O Sindicato dos Trabalhadores Rurais sob orientação comunista está aproveitando-se da situação [...], para isso tem contribuído desinteresse do proprietário Dr. Roberto Leão Bittencourt, que avisado no dia 21 do corrente, até a presente data não se dignou a vir". O documento também considerava, "julgo de bom alvitre que V.S. atravez do D.O.P.S. localizem o mesmo no telefone ... 51-44-71 em São Paulo e lhe peçam para ficar à testa da fazenda para solucionar o problema surgido", uma vez que, "pois, sendo o deputado federal Antonio Sylvio da Cunha Bueno um dos proprietários poderá ocorrer explorações políticas acerca dos fatos"[18]. Por fim, o documento deixa o aviso de que "a qualquer momento posso dispor dos recursos desta Delegacia para sufocar qualquer violência ao patrimônio da fazenda" e considera que também teria à disposição os dispositivos do DEOPS. Esses trechos retratam a consideração das autoridades locais pelos interesses e pela imagem de Cunha Bueno.

Abaixo vemos uma Carteira Funcional de Delegado de Polícia Classe Especial, assinada pelo Secretário de Segurança Pública Delegado de Polícia Francisco José da Nova, expedida em 1960.

Figura 04 – Carteira de Identidade Funcional

17 AESP. Relatório, assunto greve dos trabalhadores rurais da Fazenda Boa Vista – Prop. Da Família Bittencourt. Produzido pelo Delegado de Polícia Márcio Prudente Cruz, em 25 de março de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 22-23.

18 AESP. Relatório, assunto greve dos trabalhadores rurais da Fazenda Boa Vista – Prop. Da Família Bittencourt. Produzido pelo Delegado de Polícia Márcio Prudente Cruz, em 25 de março de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 21-22.



Fonte: Página do Facebook Memórias da Polícia Civil de São Paulo. Disponível em: <https://www.facebook.com/MemoriaDaPoliciaCivilDoEstadoDeSaoPaulo/photos/a.282966865159225/569775709811671/?_rdr>. Acesso em 07 de ago. 2024.

A carteira é do Delegado Márcio Prudente Cruz, que mostra a imagem deste ainda jovem, com 25 anos de idade. No início da carreira, cumprir o que concebia que fosse o seu dever e entrever as ordens e interesses dos superiores, possivelmente era a intenção de Prudente Cruz. A tese da pesquisadora Thaís Battibugli, "Democracia e segurança pública em São Paulo (1946-1964)" (2007), realiza um estudo de caso sobre a estrutura policial paulista, buscando observar a influência do sistema político democrático de 1946 na cultura da Polícia Civil, Força Pública e Guarda Civil. Nesse trabalho a autora aponta que por serem uma das principais autoridades nos municípios do interior e terem diversas atividades na segurança dessas localidades, os delegados eram instrumentos importantes da atuação dos políticos locais. Através dos delegados, os políticos poderiam privilegiar correligionários ou prejudicar adversários. Tratando da polícia como base eleitoral e de poder, a autora aponta que no fim dos anos de 1950 e início de 1960, as autoridades de segurança pública que se prestassem a essas funções, ligando-se à política, "teriam à sua disposição um poder legal quase incontestável" (2007, p. 82). Com essas considerações, podemos entender os trechos do relatório do Delegado Marcio Prudente Cruz, nos quais zelou pelos interesses políticos de Cunha Bueno. Também é interessante mencionarmos que em relatório de agosto de 1963, o Delegado de Polícia informava que existiam dois sindicatos sob sua vigilância, sendo um católico, mas, conforme suas palavras, "ambos limitam-se a orientar os trabalhadores rurais no que concerne a postulação de seus direitos perante o Juízo de Direito desta Comarca. Não movimentos

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

subversivos"[19]. De agosto de 1963 a março de 1964, essa perspectiva do delegado se alteraria drasticamente, como a polarização política que tomava o país. Como uma autoridade na posição de poder que ocupava, escolheu pela defesa da propriedade dos fazendeiros e isso lhe renderia muitos elogios, como na carta do Delegado Regional de Polícia de Assis, Antônio Collesi, em que menciona sobre o bom trabalho do "competente, dedicado e esforçado colega Márcio Prudente Cruz"[20].

Não conseguimos encontrar registros sobre o desfecho da greve, se está cessou no dia 26 de março, se durou até 01 de abril ou mesmo, se o fazendeiro Roberto Leão foi da capital para a fazenda. Mas a greve representava mais uma vitória para o movimento camponês na região, pois o êxito dos trabalhadores rurais naquela semana se dava pela mobilização e pelas articulações que as lideranças estavam conseguindo realizar. A exemplo, as ações de Barreiros em distribuir outras ideias, veiculando jornais, livros, revistas e discursos, de tornar-se "perigoso e altamente culto" ao sistema e sua resistência durante anos. Essa permanência contribuiu para a formação de novas gerações de militantes, como Altino Barreiros, para a luta por justiça social e pela melhoria das condições de trabalho na região.

No momento de escrita do relatório policial, no dia 25 de março de 1964, o Delegado Marcio Prudente Cruz solicitava que Roberto Leão Bittencourt fosse na fazenda para resolver a situação, pois em sua ótica, esse movimento dos trabalhadores poderia "provocar qualquer outro movimento grevista nas outras fazendas se eles (os trabalhadores) perceberem que tem força e os patrões o temem"[21]. A leitura feita pelo delegado considerava os movimentos grevistas crescentes na região, sob liderança da rede sindical que se articulava junto aos homens e mulheres do campo. Para a autoridade de segurança pública, os trabalhadores possuíam uma força de mobilização e exigência e tecia o seu relatório baseado na realidade que experienciava em Palmital, onde os trabalhadores vinham acumulando vitórias na Justiça do Trabalho e no campo simbólico. Possivelmente, essa leitura fosse fruto do reconhecimento conquistado pelo próprio movimento dos trabalhadores, que havia conseguido partilhar aos moradores da região

19 AESP. Relatório n.º 03. Produzido pelo Delegado de Polícia Márcio Prudente Cruz, em 06 de agosto de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 115.

20 AESP. Informe n. 349, de 25 de março de 1964, do Delegado Regional de Polícia de Assis, Antônio Collesi para Andreas Aranha Schimdt, Delegado Auxiliar da 5º Divisão Policial. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 20.

21 AESP. Relatório, assunto greve dos trabalhadores rurais da Fazenda Boa Vista – Prop. Da Família Bittencourt. Produzido pelo Delegado de Polícia Márcio Prudente Cruz, em 25 de março de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 23.

uma visão sobre a grandeza de suas lutas. O Delegado preocupava-se apenas olhando a região, mas sem conseguir articular a sua conjectura com os movimentos conservadores e suas conspirações.

Sobre a ausência de resposta dos Bittencout e dos Cunha Bueno à greve, convém mencionarmos que estavam em intensa movimentação para apoio e promoção do golpe, que ocorreria na madrugada do dia 31 de março para 01 de abril de 1964, dez dias após o início da greve na Fazenda Boa Vista, em Palmital. Em 19 de março de 1964, dia de São José, padroeiro da família, o Deputado Antônio Sílvio Cunha Bueno havia articulado uma manifestação na Praça da República, em São Paulo. O movimento foi apoiado pelo Governador Ademar Barros e saiu em passeata até a Praça da Sé, com discursos conservadores pró-família e anticomunismo. Nesse movimento organizado por Cunha Bueno começaram as Marchas da Família para com Deus e pela Liberdade, que se repetiriam por diversas cidades do país, entre 19 de março e 08 de junho de 1964. Esses eventos representaram um grande poder com convencimento e mobilização dos setores conservadores (VELEZ, 2015).

Após o golpe, o Deputado Cunha Bueno presidiria a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre agitação subversiva na zona rural, de sua autoria, criada em 08 de maio, pela Resolução n.º 51/1964 e em vigência desde essa data. Essa era a forma promovida por Cunha Bueno e outros conservadores para punir os antigos dirigentes da SUPRA, CONTAG, ULTAB, outros órgãos de proteção dos direitos dos trabalhadores rurais e lideranças sindicais. Consta que a aprovação dessa CPI ocorreu em 27 de outubro de 1965, no mesmo dia de promulgação do Ato Institucional n.º 2 (COUTINHO; LINS, 2006). Esse ato, determinava punições mais severas contra quem fosse acusado por crimes políticos, oficializava o sistema bipartidário, estabelecia possibilidade de cassação de mandato a parlamentares e dava competência à Justiça Militar sobre os crimes políticos cometidos por civis.

Com o golpe instaurado entre 31 de março e o dia 01 de abril de 1964, o Delegado Márcio Prudente Cruz não tardou a fazer um inquérito policial, apreensões e buscas, para uma operação limpeza no município. O inquérito do dia 06 de março de 1964, tinha como foco as atividades e ideias tidas como comunistas "desenvolvida pelos indiciados nas diversas classes neste município e na cidade de Palmital, além de relações que mantinham aqueles com comunistas de outras cidades e regiões"[22]. Então, o Delegado de Polícia de Palmital acusou

22 Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 29.

Mario Verza, Manoel Pinheiro, José Maria Peres, Joaquim Marana, Milan Luigi, João Maria Cascales, bem como, Daniel Ferraz da Cunha, João Barreiros e seu filho, Altino Barreiros.

O processo foi assinado dia 06 de abril e, nesse mesmo dia, começaram as apreensões nas casas, na Estação Ferroviária de Palmital, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a realizarem prisões. Ainda segundo algumas fichas de identificação, a vítima das ações teria sido o Estado e o motivo das prisões, por serem comunistas[23]. As autoridades mais uma vez dialogavam com os interesses dos fazendeiros e políticos conservadores ao taxarem os trabalhadores e sindicalistas de comunistas. Esse era o argumento sobre o qual legitimavam as ações de violência contra os posseiros, parceiros, meeiros e aos colonos, que resistiam as expropriações e aos abusos.

Os documentos da Delegacia de Polícia de Palmital sobre as prisões registram de práticas ilegais, como: a. A detenção arbitrária e sob condições desconhecidas; b. O sequestro de Mario Verza tendo em vista que não constam pedido e nem registro de prisão; c. Os interrogatórios preliminares, sem registros e realizados muitas vezes sob tortura; d. Investigação judicial imparcial; e. Busca por (re)incriminação, mesmo diante de absolvições anterior.

Considerações

Ao longo dos anos de 1940 a 1960, os militantes, sindicalistas e trabalhadores rurais conseguiram construir um movimento sindical forte, pautado na luta pelas reformas de base, que levariam condições melhores para as vidas de quem laborava no campo. Na justiça do trabalho conseguiram algumas vitórias importantes, que levaram à aplicação real da legislação trabalhista. O movimento que empreenderam era duradouro e engajado que, por algum tempo, as autoridades de segurança pública da região visualizaram a força que tinham e temeram pelos fazendeiros. Entretanto, através das conspirações dos setores conservadores, utilizando a violência no campo político, a partir do golpe de 1964, os camponeses, sindicalistas e militantes comunistas, que já eram duramente perseguidos, foram severamente reprimidos.

23 AESP. Ficha de identificação de Daniel Ferraz da Cunha, de 20 de abril de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 45. AESP. Ficha de identificação de Mario Verza, de 20 de abril de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 52. AESP. Ficha de identificação de Manoel Pinheiro, de 20 de abril de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 58.

Em Palmital, as pessoas envolvidas na greve da Fazenda Boa Vista, que foram encontrados durante as buscas do Delegado Márcio Prudente Cruz, estiveram detidas, presas por dias e interrogadas. Após, não temos registros se foram soltas ou encaminhadas ao DEOPS/SP. Alguns anos após, em 1970 seriam absolvidos das acusações de crimes políticos, por falta de provas. O movimento após esse período teve de manter-se na clandestinidade e sobre duras perdas, pois com o golpe, houve a intensificação das perseguições e prisões, e os desmontes dos órgãos públicos de auxílio aos camponeses. Nesse sentido, a continuidade dessa militância na região se tornou ainda mais perigosa. Segundo levantamento de Clifford Welch, "dentro de um ano, o governo fechou 2.381 sindicatos de produtores autônomos, pequenos proprietários, trabalhadores agrícolas e rurais pela mesma razão, deixando o país com apenas cerca de 490 sindicatos funcionando em agosto de 1965" (2010, p. 412). Nesse cenário, João Barreiros, Nestor Veras, José Alves Portelas e outros, entraram para a clandestinidade.

Entre o fim dos anos de 1960 e início de 1970, o delegado de Polícia Marcio Prudente Cruz seria recrutado para trabalhar na capital, tendo em vista seus serviços prestados em Palmital/SP. Primeiro, foi trabalhar na CIOP (Coordenadoria de Informações e Operações da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo), junto com David dos Santos Araújo:

Figura 05 – Agentes de repressão



Fonte: Acervo de Richard Smith. Disponível em: <https://www.memoriapoliciacivildesp.com/policiais-civis-de-destaque?pgid=jwf7080k-5a304b6a-9e40-4292-8637-ab7203b08220&fbclid=IwAR0aJXg-ZTDzrxn5GyvI35aQ7_vUIpVTSkM_0v5zuI9CoF9K1Hv123i5IAU>. Acesso em 07 de ago. 2024.

David dos Santos está à esquerda na imagem e a direita, Marcio Prudente Cruz. A fotografia foi retirada do site *Memória da Polícia Civil de São Paulo* e segundo este, ambos estariam em incursão em favela da Vila Prudente, em 1972, na capital paulista. Na imagem, os dois homens estão em pé sobre um muro de cimento, do qual atrás sobem capins, folhas e plantas. Prudente Cruz está de óculos escuros, jaqueta de couro e olha para o fotógrafo, com um binóculo pendurado a sua frente. David dos Santos, olha para a região em que estão, enquanto segura um objeto em sua mão direita. Santos é acusado de crimes contra a humanidade, como a tortura de Ivan Seixas e o assassinato de Joaquim Alencar de Seixas, em 1971[24]. Foi delegado do DOI-Codi, atuava sob o nome falso de Capitão Lisboa e era subordinado ao então major Carlos Alberto Brilhante Ustra. Como se no silenciamento e na violência fosse possível existir paz, em 1981, David dos Santos recebeu do Exército a Medalha do Pacificador.

No fim dos anos de 1960, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo sofreu uma reestruturação e foi criada a Divisão de Comunicações da Polícia Civil (DICOM), da qual Marcio Prudente Cruz ficou como responsável, junto com José de Almeida Penteado. Em 1980, Prudente Cruz se tornou Delegado do 4º Distrito, no bairro Consolação, na capital paulista. Já em fevereiro de 1987, estava com 52 anos e era Delegado-Chefe do Departamento de Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo (DEGRAN). Nesse cargo, instituiu uma ação que seria manchete em páginas de jornais da época e na história dos movimentos sociais sobre sexualidade no país: a Operação Tarântula. Conforme noticiou a *Folha de São Paulo,* em 19 de março de 1987, essa operação tinha como objetivo processar as travestis e homossexuais por ultraje ao pudor público e crime de contágio da AIDS, além de que previa a testagem compulsória. Conforme o texto *O desejo marginal*, de Antonio Sergio Spagnol (2001), "essa operação foi questionada pelos grupos que trabalham com problemas relacionados à comunidade gay em São Paulo e acabou sendo suspensa, não somente pela sua ilegalidade, como também pelo uso da violência para realizá-la".

Trouxemos esses dados sobre o Delegado Márcio Prudente Cruz pois sobre a violência que este empreendeu, podemos inferir que foi construída ainda desde sua atuação em Palmital, a partir de 1963, quando optou por ocupar um lado nos conflitos de terras no município. Na

24 Conferir Verbete David Araújo dos Santos. *Memória da ditadura*. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/david-dos-santos-araujo/>. Acesso em 07 de ago. 2024.

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

época, ficou ao lado da defesa da propriedade dos Bittencourt e de Cunha Bueno, suas ações renderam promoções e passou a residir em São Paulo com a sua família, num posto de delegado na capital paulista. O delegado Prudente Cruz priorizou os interesses dos fazendeiros em detrimento das pautas dos trabalhadores, reiterando o modelo de Estado centralizador nos moldes de um autoritarismo que buscava neutralizar o dissenso por meio de estruturas corporativas de alinhamentos aos interesses das elites, corroendo a democracia. O delegado possivelmente ressignificou a violência que perpetrou contra os homens e mulheres do campo e passou a entende-la como uma ação positiva, na busca de estabelecer uma ordem ilusória, que não seria nunca compatível com um cenário democrático. Foi aprendida num contexto de conspiração e como um trauma, reproduzida inúmeras outras vezes, na escolha arbitrária da defesa da violência, do poder e a serviço dos órgãos de repressão e vigilância da ditadura no Estado de São Paulo.

Referências

Acervo de Richard Smith. *Memória Polícia Civil de São Paulo.* Acesso em 07 de ago. 2024. Disponível em: <https://www.memoriapoliciacivildesp.com/policiais-civis-de-destaque?pgid=jwf7080k-5a304b6a-9e40-4292-8637-ab7203b08220&fbclid=IwAR0aJXg-ZTDzrxn5GyvI35aQ7_vUIpVTSkM_0v5zuI9CoF9K1Hv123i5IAU>.

AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de Daniel Ferraz da Cunha, em 16 de abril de 1964. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 43.

AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 54.

BATTIBUGLI, Thaís. *Democracia e Segurança Pública em São Paulo (1946-1964).* 2007. 307 p. Tese (doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BRASIL. *Lei de 25 de junho de 1850*. Código Commercial do Império do Brasil. In: COLLECÇÃO das Leis do Império do Brasil de 1850. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1851. Parte I, Tomo XI, p.96-99.

CODATO, Adriano Nervo. OLIVEIRA, Marcus Roberto. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História,* São Paulo, v. 24, n.º 47, p. 271-302, 2004.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COUTINHO, Maria Laura; LINS, Maria Inês de Bessa. *Comissões parlamentares de inquérito: 1946 a 2002*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006.

GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. *Revista USP*, São Paulo, n. 65, p. 105-119, 2005.

Paisagens rurais. *Georgnal,* [s/d]. Disponível em <http://georgnal.com.br/category/galeria/rurais/>. Acesso em: 07 de ago. 2024.

Memórias da Polícia Civil de São Paulo. *Facebook.* Disponível em: <https://www.facebook.com/MemoriaDaPoliciaCivilDoEstadoDeSaoPaulo/photos/a.282966865159225/569775709811671/?_rdr>. Acesso em 07 de ago. 2024.

RODEGHERO, Carla Simone. Campo X Cidade: o discurso católico frente a modernização da agricultura no Rio Grande do Sul. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, n. 7, p. 148-176, 1997.

SPAGNOL, Antonio Sergio. *O desejo marginal*. São Paulo: Arte Ciência/ Villipress, 2001.

TERRA LIVRE, 1ª Quinzena de Agosto de 1956. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

TERRA LIVRE, São Paulo, janeiro de 1962. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

TERRA LIVRE, São Paulo, julho de 1963. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

TERRA LIVRE, São Paulo, novembro de 1963, ano XIV, n. 124. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

VELEZ, Érica Diniz. *Sentinelas na vanguarda da defesa do futuro do Brasil. As mulheres da CAMDE entre os anos de 1964/69.* Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015.

WELCH, Clifford Andrew. Camponeses, a Verdade e a História da Ditadura em São Paulo. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 57–78, 2014.

DOI 10.61470/o.v23i1.74907

ESCOLAS CÍVICO-MILITARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO GOVERNO BOLSONARO: O CONTROLE E MONITORAMENTO DO TRABALHO DOS E DAS DOCENTES.

ESCUELAS CÍVICO-MILITARES DE EDUCACIÓN BÁSICA BAJO EL GOBIERNO DE BOLSONARO: CONTROL Y SEGUIMIENTO DEL TRABAJO DE LOS DOCENTES.

CIVIC-MILITARY SCHOOLS OF BASIC EDUCATION UNDER THE BOLSONARO GOVERNMENT: CONTROL AND MONITORING OF TEACHERS' WORK.

Guilherme de Souza Marques, Mestre e Docente da Prefeitura Municipal de Barra Mansa e da Prefeitura de Araruama
Marcelo Paula de Melo, Docente do Centro de Ciências da Saúde (UFRJ)

Resumo

O objetivo do estudo é problematizar as Diretrizes das Escolas Cívico-Militares e Decreto 10.004 de 5 de setembro de 2019, e sua influência na ação dos docentes. No presente texto realizamos uma revisão de literatura, bem como análise da documentação referida. Elaboramos as seguintes indagações para compreensão do fenômeno: como as Escolas Cívico-Militares vem tratando a ação laboral dos e das docentes? As Ecim dão conta das demandas concretas dos trabalhadores e trabalhadoras do magistério? Concluiu-se que Escolas Cívico-Militares têm dentre seus objetivos, a busca pelo controle do trabalho pedagógico dos professores, bem como intensifica a sua precarização, algo que advém de tempos atrás.

Palavras - chave: Escolas Cívico-Militares; Diretrizes; Extrema Direita; Prática Docente

Resumen

El objetivo del estudio es problematizar los Lineamientos para las Escuelas Cívico-Militares y el Decreto 10.004 del 5 de septiembre de 2019, y su influencia en el accionar de los docentes. En este texto realizamos una revisión bibliográfica, así como un análisis de la documentación citada. Creamos las siguientes preguntas para comprender el fenómeno: ¿cómo vienen tratando las Escuelas Cívico-Militares el trabajo de los docentes? ¿Ecim responde a las demandas concretas de los trabajadores docentes? Se concluyó que las Escuelas Cívico-Militares tienen entre sus objetivos la búsqueda del control sobre la labor pedagógica de los docentes, así como intensificar su precariedad, algo que viene desde hace algún tiempo.

Palabras clave: Escuelas Cívico-Militares; Pautas; Más a la derecha; Práctica docente

Summary

The objective of the study is to problematize the Guidelines for Civic-Military Schools and Decree 10,004 of September 5, 2019, and their influence on the actions of teachers. In this text we carry out a literature review, as well as an analysis of the aforementioned documentation. We created the following questions to understand the phenomenon: how have Civic-Military Schools been treating the work of teachers? Do Ecim meet the concrete demands of teaching workers? It was concluded that Civic-Military Schools have among their objectives the search for control over the pedagogical work of teachers, as well as intensifying its precariousness, something that comes from some time ago.

Keywords: Civic-Military Schools; Guidelines; Far Right; Teaching Practice

Introdução

O texto tem como o objetivo problematizar as Diretrizes das Escolas Cívico-Militares e analisar sua influência na ação dos docentes. A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica de textos acadêmicos, juntamente a análise das Diretrizes das Escolas Cívico-Militares.

Para constituir um caminho de indagação em relação a questão das Escolas Cívico-Militares elaboramos os problemas seguintes: como as Escolas Cívico-Militares (ECIMs) vem tratando a ação laboral dos professores? Os preceitos constitucionais de pluralismo pedagógico, liberdade de pensamento estão presentes nesses documentos? Igualmente, o texto se junta a um conjunto de pesquisas realizadas como de Veiga (2020) etc., na compreensão da militarização das escolas, outrossim justifica-se na busca de contraposição entre aparência e essência do fenômeno. Para entender a compreensão do referido projeto burguês, se faz necessário uma contextualização: povoa atualmente nos anos 2020 concepções de mundo conspiracionistas na cúpula de formação dos militares devido a sua herança histórica e sua relação com países que possuem pensamentos similares como, os Estados Unidos da América. Ademais, os próprios membros das instituições da caserna como Sérgio Augusto de Avellar Coutinho difundiram teorias conspiratórias que se fazem presentes em obras como "*Cadernos da Liberdade" e "A Revolução Gramscista no Ociente"*.

Somando-se a isso, tal visão foi disseminada por intelectuais como Olavo de Carvalho que apresenta esse pensamento em seus livros, especialmente: "*A nova era e a revolução cultural: de Frijof Capra e Antonio Gramsci" e "O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota"*. Entre suas reflexões Carvalho afirma (2013), que o suposto pensamento de "esquerda" criou

> verdadeiro abismo entre as gerações. As pessoas de quarenta anos para cima são simpáticas, prestativas, generosas e patriotas. Os jovens são ranhetas insuportáveis, tanto mais pretensiosos e arrogantes quanto mais dependentes, incapazes de cuidar de si próprios e defender-se nas situações difíceis. Falo, é claro, daqueles que foram educados nas escolas públicas. Os que não querem ficar como eles buscam refúgio nas escolas particulares conservadoras (que existem aos montões, mas são caras), nas igrejas, no *homeschooling* e nas Forças Armadas (CARVALHO, 2013, P, 356).

No excerto destaca-se que o referido autor traz a tona sua visão de educação "ideal" para fugir da suposta influência da esquerda, essa formação segundo Olavo destaca-se, colégios tradicionais privados, educação em casa (*homeschooling)*, escolas confessionais (Colégios

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

ligados a instituições religiosas) e institutos de ensino das "Forças Armadas" /forças de segurança. O que podemos verificar é que esse horizonte de projeto educacional vem sendo objeto de movimentação na busca pelo consenso, avançam de forma intensa. Contudo, daremos ênfase no presente estudo ao último itens que tem como referência o ensino militar. Sendo que, trabalharemos sobre a educação militarizada, pois conta com alguns elementos da caserna, mas hora não conta com outros, questões cuja explicaremos um pouco melhor afrente

Dito isso, resolvemos estruturar o texto com os seguintes itens: no primeiro, tratamos acerca da síntese do processo de militarização das escolas públicas brasileiras; no segundo, trazemos elementos da concepção de Educação do movimento Escola Sem Partido; terceiro, apresentamos os traços da militarização da educação brasileira; último, é realizada a análise das Diretrizes das Escolas Cívico-Militares e sua influência na ação docente.

A elementos da ótica do movimento Escola Sem Partido

Compreender o momento atual da educação pública brasileira requer apresentar algumas concepções de educação de direita e extrema direita que foram difundidas nos últimos anos pela burguesia, seus intelectuais e agentes. Essas perspectivas se articulam e entrelaçam em âmbito da disputa pela hegemonia avançando entre as frações de classes em busca de conquista de aliados.

Esse bloco burguês avança com seu programa nas relações sociais da educação brasileira, que estão atreladas a uma visão de ensino do movimento reacionário Escola Sem Partido[1], que visa implementar sua agenda na educação.

Eles valem-se de manobras retóricas propalando uma suposta doutrinação política que estaria atrelada a uma propensão da comunidade escolar estar propícia a práticas e ideias de "esquerda"[2]. Em outro polo, igualmente difundem que estaria também ocorrendo uma doutrinação de gênero que segundo os pensadores, levaria as crianças a ter um gênero neutro não se reconhecendo como homem e mulher acabando assim destruindo o pilar da família tradicional cristã (COLOMBO, 2018).

1 O trabalho não tem como objetivo apresentar uma historiografia do movimento pelos limites, entretanto salientamos que se trata de uma organização conservadora reacionária que quer implementar seus projetos na educação brasileira segundo sua visão de mundo.

2 Entende-se aqui em uma visão de mundo da extrema direita uma esquerda nebulosa que segundo as teorias da conspiração formuladas por esse grupo. Trata-se de frações de esquerda diferentes mais com o mesmo objetivo que seria uma suposta chegada ao socialismo. Entretanto, bem sabemos que nos campos das esquerdas o socialismo não é hegemônico como projeto da sociedade.

Nessa lógica operacional, a extrema direita adotou como método de atuação e discurso que mantém um liame próximo ao senso comum. Notabilizou-se propagando inúmeros projetos de Leis nas diversas esferas do Estado no âmbito federal, estadual e municipal com um grau intenso de similaridade. Esses projetos possuíam e possuem, como uma de suas características comuns, o ataque direto aos princípios da educação brasileira na constituição federal burguesa de 1988, reproduzidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). (PENNA, 2017). Logo cabe destacar que seria necessário para a extrema direita extrair o "pluralismo de ideias e concepções pedagógicas e, coexistência de instituições públicas e privadas de ensino" brasileiro (BRASIL, 1988, 1994). O que se vem observando que a ação citada está balizada na ideia de imposição de visão educacional com premissas assentadas em pressupostos autoritários, por isso não cabe ao docente operacionalizar os processos de ensino e aprendizagem na esfera atitudinal. O que é imposto ao professor segundo Penna (2017) é transferir os conteúdos tendo como mote concepções tradicionais de ensino e, em caso de objeção, o educador deve arcar com as consequências, recebendo até mesmo punição. Identifica-se que essa concepção de mundo do Escola Sem Partido, está atrelada a um projeto maior de classe burguesa, assim como outras medidas no âmbito da educação como o processo de militarização do ensino. Entretanto, Santos e Pereira afirmam (2018, p.269) que, "Tanto o movimento ESP como a militarização das escolas públicas são projetos de cunho conservador" [...]

Elementos do processo de militarização da Educação Brasileira

Logo, devido as observações citadas aqui vale mencionar algumas experiências de militarização de escolas públicas ocorridas no Brasil. As primeiras experiências de militarização de escolas públicas no ensino básico se deram nos governos do Partido Social da Democracia Brasileira no estado de Goiás em 2001.

Segundo Guimarães (2017), "a partir de 2013, o Estado de Goiás acelerou o processo de transferência das escolas públicas para a Polícia Militar" (p.10). Em meio a essas ações apresenta-se um discurso que, afirma que com a transposição da gestão das escolas das secretarias de educação para as instituições da Polícia Militar do Estado de Goiás, vêm indicando um suposto aumento dos índices das avaliações externas (GUIMARÃES; LAMOSA, 2019; VEIGA, 2020).

Além disso, esses colégios militarizados possuem Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) que, supostamente, teria dois fins: o aperfeiçoamento dos processos de

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

ensino e aprendizagem e aplicação financeira na infraestrutura das escolas para a melhoria contínua da instituição.

No geral, a estrutura organizativa das Escolas Militarizadas de Goiás é dividida de em linhas referentes à esfera administrativa e pedagógica[3]. A área da administração comporta subáreas como: Comandante e Subcomandante gestor, divisão disciplinar, divisão administrativa, secretaria geral e órgãos auxiliares. A área pedagógica possui os cargos de Diretor, Vice-Diretor, Divisão de Ensino, Coordenação pedagógica, Corpo docente e Corpo discente. Em diversos estados, essas funções se misturam, fazendo com que os agentes das forças de segurança avancem com suas práticas, comportamentos, ideias e normas sobre o corpo dos profissionais civis (VEIGA, 2020).

Martins (2019) e Santos (2020) avançam no sentido de problematizar os efeitos da referida lógica de educação da direita e extrema direita no que tange à "gestão democrática". Percebemos que não existe uma forma única de gestão nas instituições militarizadas brasileiras; no entanto, a gestão demonstra um grau de similitude entre os diversos estados brasileiros.

Todavia, temos a criação de uma espécie de simulacro da gestão democrática que teria como intuito dar uma roupagem legal na aparência com as parcerias constituídas com organizações militares (MARTINS, 2019). Essa administração militar é vendida como de excelência e tem, como pilares, os princípios de mérito, competitivos e gerenciais (SILVA etal, 2020).

Esse modelo de educação também é analisado por Martins (2019) e Silva et al. (2020), que identificam, na lógica de controle dos professores e gestores, das unidades escolares e da família por meio das metas dos índices educacionais que não se concretizam. Essas metas se conectam a concepção, que a "disciplina" é fundamental para sanar supostos desvios de conduta que podem trazer tribulações para o cotidiano.

Análises das Diretrizes das Escolas Cívico-Militares: as concepções de Educação burguesa e sua influência nas práticas docentes

Este subitem tem como objetivo deixar explícito que as ECIM estão ancoradas no projeto das classes e frações de classes dominantes de extrema direita e direita e sua influência no trabalho docente. As Diretrizes das ECIM estão divididas em diversos tópicos como

3 Salientamos, em nossa concepção de educação, que realizar esse tipo de divisão é impensável, pois estão imbricadas uma na outra.

apresentação, prefácio, programa, finalidade do documento, objetivo, constituição das diretrizes, norteadores das ações ECIM etc.

É perceptível a configuração das estruturas organizativas das Escolas Cívico-Militares das ECIM na seguinte composição: Gestão Administrativa; Gestão Didático-Pedagógica e Gestão Educacional. Destaca-se segundo Brasil (2021, p.8) que,

> O objetivo deste documento é viabilizar a gestão de excelência das Ecim nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa, contribuindo para a educação integral, a formação e o desenvolvimento humano global dos alunos e para a melhoria da educação básica do Brasil.

Sobre a estrutura, a dimensão administrativa é composta pelo Diretor Escolar; Vice-Diretor Escolar; Oficial de Gestão Escolar; Secretário Escolar e Assistente Administrativos. E, segundo Brasil (2021, p.12), "O Oficial de Gestão Escolar é o assessor do Diretor nos assuntos referentes às áreas Educacional, Didático-Pedagógica e Administrativa".

A Gestão Didático-Pedagógica tem, entre suas funções, apoio no processo de ensino e aprendizagem e compreende: Supervisão Escolar (Coordenação Pedagógica); Psicopedagogo e Corpo Docente. Quanto à Gestão Educacional, compreende: o Oficial de Gestão Educacional e os Monitores (BRASIL, 2021). As Escolas Cívico-Militares possuemo ensino fundamental e médio, em âmbito estadual, distrital e municipal, sendo ofertados nos períodos matutino e vespertino. O Decreto10.004 de 5 de setembro de 2019 normativo das Diretrizes Curriculares das ECIM, exibem uma particularidade referente aos seus princípios da educação retirando "o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas".

Essa alteração vai em direção ao que foi sempre uma estratégia de ação do movimento de extrema direita da educação Escola Sem Partido. Em lugar do referido trecho o Decreto, a ECIM apresenta no seu "III - o desenvolvimento de ambiente escolar adequado que promova a melhoria do processo ensino-aprendizagem". Apresentamos uma comparação no quadro abaixo entre a constituição de 1988, os princípios do Decreto PECIM e o Programa Escola Sem Partido.

Quadro 1 — Comparativo de princípios da Constituição, do Decreto PECIM e Escola Sem Partido

Princípios das Escolas Cívico Militares	Princípios da Educação na constituição 1988	Programa Escola sem Partido

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

Art. 3º São princípios do Pecim: I - a promoção de educação básica de qualidade aos alunos das escolas públicas regulares; estaduais, municipais e distritais; II - o atendimento preferencial às escolas públicas regulares em situação de vulnerabilidade social; III - **o desenvolvimento de ambiente escolar adequado que promova a melhoria do processo ensino-aprendizagem.**	Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; **III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas**, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.	Art. 2º. A educação nacional atenderá aos seguintes princípios: I - neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado; **II - pluralismo de ideias no ambiente acadêmico**; III - liberdade de aprender, como projeção específica, no campo da educação, da liberdade de consciência.

Fonte: Elaboração própria. (2021) * Optamos por não colocar todos os princípios da ECIM, pois o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas não consta no documento, e vimos não ser necessário.

Acreditamos que, em meio às discussões, os intelectuais à frente da referida política pública chegaram ao consenso e retiraram os elementos jurídicos-normativos responsáveis por criar condições do avanço do debate de múltiplas perspectivas de educação no interior das Escolas Cívico-Militares. A percepção entre Escola sem Partido e Escolas Militarizadas, sinalizam que ambas realizam, segundo Santos e Pereira (2018) e Silva et al (2020), um ataque com intuito de implementar um pensamento único de extrema direita nas relações sociais de ensino, mas, para isso, precisam avançar no controle do trabalho dos docentes.

Resgatando alguns traços que aparecem nos documentos, podemos mencionar mais uma vez o princípio constitucional do "pluralismo de ideias e concepções pedagógicas", não percebidas nos princípios do documento das Diretrizes das Escolas Cívico- Militares.Segundo Brasil (2021, p.11),

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

> Art. 6º As Ecim funcionam pautando-se nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; II–liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III–respeito às diferenças individuais; IV – valorização dos profissionais da escola; V–gestão democrática; VI–valorização da experiência extraescolar; VII–busca permanente pela melhoria da qualidade; VIII–educação integral; e IX–participação ativa da família na escola.

A presença do preceito constitucional aqui também não aparece nos seus elementos filosóficos de base; no entanto; a seção III, das Diretrizes das ECIM fazem um processo de resgate a esse tema. E diz Brasil (2021, p.43) "Liberdade e pluralidade tornam-se, portanto, exigências do projeto educacional". Essa frase pontua uma obrigação normativa, algo que em aparência está distante de ter sido um consenso entre os pensadores da política pública, apresentando-se mais como uma obrigação, sendo um dos motivos de não estar atrelada aos princípios das ECIM. Ainda, as Diretrizes lançam sobre o sistema de ensino a escolha de uma determinada corrente pedagógica para os professores.

> *Essas assertivas autorizam os sistemas de ensino à escolha e à prática de diferentes correntes pedagógicas*. Cumpre observar que tendo o sistema ou o estabelecimento de ensino realizado a escolha, os diversos componentes do processo educacional devem guardar coerência entre si, ou seja, o currículo, a didática e a avaliação – por exemplo – devem seguir a mesma orientação (BRASIL, 2021, p.44).

Percebe aqui, uma lógica de perda de autonomia dos professores de atuarem de acordo com suas correntes pedagógicas, pois elas seriam objeto de imposição do sistema educativo abstraído das relações sociais de produção. Torna-se complexo para o professor realizar suas atividades profissionais baseadas apenas em uma concepção, pois mesmo sendo filiado a uma ótica, lança mão de instrumentos de outras para realizar um bom trabalho.

Mais uma vez, verificamos indícios de que os intelectuais por trás da elaboração do material têm como um de seus objetivos o controle do trabalho pedagógico dos docentes. Esse movimento vem sendo operado nas últimas décadas devido à reestruturação do capital que, balizado em suas mudanças estruturais precisaria que os professores, no seu fazer profissional, alterassem sua forma de atuar, tornando-se um professor reconvertido (MARQUES, 2021).

Esse "novo" docente deve transferir sua ação de ensino e aprendizagem dos conteúdos para as esferas metodológicas, cabendo ao professor ensinar as competências gerais que seriam responsáveis pela criação de condições favoráveis a uma suposta aprendizagem para toda vida. Esse mecanismo se conecta à lógica de preparação dos filhos dos trabalhadores para relações sociais de produção de um capitalismo com vistas ao desenvolvimento de um profissional

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

flexível e polivalente em um contexto de altos índices de desemprego. Diante desse quadro, cabe ao trabalhador ser responsabilizado pela sua formação para a manutenção do seu trabalho, o que é conhecido como empregabilidade.

Muito dessa visão de mundo tem como ponto de encontro os fundamentos dos agentes da caserna e forças de segurança, porém esses se reúnem não exclusivamente, mas como forma de propaganda na Gestão Educacional.

A Gestão Educacional é a responsável por efetuar a difusão dos ditos valores humanos e cívicos para estimular atitudes e comportamentos. Para isso, é balizada no respeito às instituições, autoridades e normas vigentes da sociedade; igualmente busca no processo de disciplina uma das suas bases. (BRASIL,2021). Cabe a essa lógica normativa comportamental organizar uma hierarquia de elogios, segundo Brasil (p.89, 2021),

> É desejável determinar quem tem competência para a concessão de elogios, a fim de evitar a falta de justiça em sua distribuição. A seguir, segue uma sugestão para as Ecim: – Diretor Escolar; – Oficial de Gestão Escolar; – Oficial de Gestão Educacional; – Coordenadores Pedagógicos; e – Professores.

Como podemos bem perceber os professores são os últimos da fila a poder elogiar seus alunos, sinalizando que são cada vez mais enfraquecidos dentro nas Escolas Cívico-Militares segundo esferas superiores.

A imposição dos comportamentos, de acordo com o interesse dos agentes das instituições militares de repressão, funciona como bússola para esse modelo. É presente também, no dito Projeto Valores, que atravessa toda a política pública, a introjeção em toda comunidade escolar uma concepção de mundo de homens e mulheres da caserna. Conforme Brasil (2021, p.72), “Sua relevância e para que seus efeitos sejam maximizados, o Projeto Valores deverá contar com a participação e o engajamento de toda a ECIM, envolvendo as Gestões Didático-Pedagógica, Educacional e Administrativa”.

Cada unidade deve elaborar seu Projeto Valores em consonância com as Diretrizes e criar uma vinculação com o Projeto Político Pedagógico da Escola e com a área da Gestão Didático Pedagógica sobre a responsabilidade do supervisor pedagógico, [...] “com a participação do Corpo de Monitores, do Corpo Docente, dos agentes de ensino” (BRASIL, p.74, 2021).

Na citação, o texto apresenta uma falsa simetria entre monitores e docentes no Projeto Valores, mas ao analisarmos outras passagens do texto, vemos que tal equilíbrio sofre

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

distorções. Conforme Brasil (2021, p.84) "O Projeto Valores será elaborado pela Supervisão Escolar (Coordenação Pedagógica) com a colaboração do Corpo de Monitores e com consulta ao Corpo Docente e aos agentes de ensino". Podemos ponderar que não temos clareza sobre como será a colaboração e a consulta sobre a questão. Mas sabemos que a lógica militar será predominante, pois o indicativo é que os militares vão ajudar a criar o Projeto Valores, e depois de criado, os docentes vão ser consultados, reduzindo a capacidade dos professores de participação e influência nos projetos.

Ademais, as Diretrizes mencionam um acompanhamento que se inicia nas Secretarias de Educação, nos âmbitos municipal e estadual, por meio da aferição dos norteadores das Diretrizes das ECIM, segundo Brasil (2021, p.58),

> no âmbito da escola, o acompanhamento da atividade pedagógica é desempenhado pela Supervisão Escolar (Coordenação Pedagógica). O objetivo desse acompanhamento por parte da Coordenação Pedagógica é propiciar o aperfeiçoamento da atuação docente e a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com os pensadores da política pública, esses acompanhamentos teriam como supostas finalidades aperfeiçoar os professores e melhorar os procedimentos de ensino e aprendizagem. Tomemos nota o ar de desconfiança que os professores apresentam nas Diretrizes das ECIM, tendo que trabalhar sobre concepções pedagógicas determinadas e metodologias guiadas por instâncias superiores como bem afirmamos. E, mais, sinalizam para o acompanhamento contínuo tutelado, para que eles realizem seu trabalho de acordo com as normas das ECIM; contudo, essa "Supervisão Escolar" precisa deixar explícita quais sujeitos será ocupada.

> A Supervisão Escolar (Coordenação Pedagógica) deverá ser composta por profissionais habilitados para exercer essa função, sendo permitida, na falta desses, a participação de profissionais que possuam cursos de pós-graduação correlatos e/ou que agrupem qualidades para desempenhar a atividade pedagógica, conforme as normas das Secretarias de Educação partícipes do Programa (BRASIL, 2021, p.58).

Os escritos normativos acima salientam que o cargo de supervisão será composto por pessoa habilitada. No entanto, não menciona se tem que ser civil, militar ou ambos. Podemos afirmar que há uma brecha para que militares avancem em outros postos para os quais agentes

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

e intelectuais da política diziam que não iriam atuar[4]. Nesse sentido, trazemos mais algumas atribuições da supervisão escolar: [...] "supervisão Escolar (Coordenação Pedagógica) é responsável por planejamento; ações administrativas e de rotina escolar; formação continuada e atividade docente; e aprendizado e desempenho escolar" (BRASIL, 2021, p.58).

Esse caráter hierárquico, somado a ações de retirada de determinadas responsabilidades dos professores, possui características alinhadas a tendências burguesas, durante as últimas décadas, de enfraquecimento do professor[5]. Isso evidenciando que o projeto de educação da extrema direita que indica uma ampliação desse movimento; com o avanço do monitoramento dos docentes que caberia à Supervisão Escolar,

> O acompanhamento da atuação dos docentes deve levar em conta todos os aspectos relevantes para um bom desempenho como educador (correção de atitudes, relacionamento com os demais integrantes da comunidade escolar, pontualidade e assiduidade, dedicação, responsabilidade, elaboração de planos de aula, autoaperfeiçoamento, didática etc.), nas turmas em que leciona (BRASIL, 2021, p.59).

O referido acompanhamento se apresenta em meio a formas já existentes de escolas militarizadas, onde os docentes são responsáveis por reforçar o código de conduta, não permitindo que seus colegas e alunos se desviem das normas vigentes. Para dar conta de um controle mais rígido sobre os profissionais do magistério, os militares já apontam um avanço em relação à prática pedagógica. Mas, para realizar essa operação com eficiência, é preciso negar, nas Diretrizes, a fiscalização dos trabalhadores da educação com as palavras "sem caráter fiscalizador". Outro ponto de reflexão que podemos sinalizar para criação de uma amarra de lógica pedagógica segundo Brasil (2021, p.25) contaria com,

> [...]uma Associação de Responsáveis e Mestres, sem fins lucrativos, com o objetivo de apoiar a unidade escolar em suas gestões educacional, didático-pedagógica e administrativa. Art. 54. A Associação de Responsáveis e Mestres deve contribuir para a integração família-escola-comunidade, bem como para a melhoria e para o aperfeiçoamento constantes do trabalho educacional e pedagógico. Art. 55. A Associação de Responsáveis e Mestres poderá promover atividades voltadas para o aprimoramento das interações professor-aluno, para a elevação dos padrões do ensino e das aprendizagens e para realização de atividades sociais e culturais que promovam o bem-estar da comunidade escolar. Parágrafo único. A Associação de Responsáveis e Mestres será regulada, conforme as legislações das Secretarias de Educação às quais estão jurisdicionadas as Ecim.

4 Diziam que não iriam atuar na Dimensão didático-pedagógica.
5 Disponível em: https://revistas.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/3079. Acessado em: 03/11/2021

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

Pode ser verídico que, em algum ponto de reflexão, esses organismos de associação de responsáveis e mestres vinculados às Escolas Cívico-Militares podem contribuir para uma boa interação entre família-escola-comunidade. Entretanto, seguindo o funcionamento desses institutos, sua essência aponta para que os pais e responsáveis sejam igualmente orientados segundo os interesses, ideias e práticas burguesas que devem ser difundidos em toda a comunidade escolar, podem reafirmar o projeto de monitoria das práticas docentes.

Essas organizações também foram identificadas no trabalho de Guimarães (2019) como tendo duas funções: o aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem e a aplicação financeira na infraestrutura das escolas para a melhoria contínua da instituição.

Percebemos que as ECIM trazem evidência que Associação de Responsáveis e Mestres segundoBrasil (2021, p.25) podem agir na "[...] melhoria e para o aperfeiçoamento constantes do trabalho educacional e pedagógico"; já a questão referente à aplicação financeira nas estruturas das Escolas Cívico Militares não se faz presente no texto normativo das ECIM, dando evidência que, no âmbito financeiro, os pais e responsáveis não poderão opinar.

As semelhanças continuam entre os modelos de instituições militarizadas e a política pública do governo federal, que compartilham, segundo Guimarães (2019), de rondas para, em aparência, verificar se os alunos não estão nas aulas. Segundo Brasil (2021, p.20), "é recomendável a realização de rondas pelos monitores, com a finalidade de verificar se alunos estão faltando a alguma atividade sem autorização, orientando-os a comparecer à atividade o mais rápido possível".

Em essência, a ação de circular nas estruturas das escolas extrapola os interesses aparentes de monitoramento dos alunos; o que acontece é que essa atitude opera não apenas sobre os discentes, mas sobre toda comunidade escolar. Se o docente estiver utilizando uma metodologia de ensino que não esteja nos conformes determinados por essas instituições -tendo em vista que o próprio documento afirma que os sistemas de ensino e instituições escolhem determinada tendência e os elementos do fazer pedagógico -pode acabar sendo denunciado, bem como coagido pelos militares e, até mesmo, punido.

O referido projeto educativo das Escolas Cívico-Militares possui instância no âmbito do país e das regiões os quais se comunicam, ou seja, a Política das Escolas Cívico-Militares conta com um coordenador nacional e um regional, o primeiro possui as seguintes atribuições segundo Brasil (2021, p.22),

> O Coordenador Nacional junto ao Ministério da Defesa tem as seguintes atribuições:I – gerenciar, no Ministério da Defesa, um cadastro geral de voluntários para o Pecim em âmbito nacional, a fim de subsidiar o Ministério da Educação na implantação do programa; II – participar do processo de seleção, com apoio dos Coordenadores Regionais, dos militares voluntários, que preenchem os requisitos para contratação como prestador de tarefa por tempo certo, estabelecidos pelo Ministério da Defesa e pelas Forças Armadas, em atendimento à demanda apresentada pelo Ministério da Educação; III – participar da capacitação dos militares das Forças Armadas, conforme orientação do Ministério da Defesa e do Ministério da Educação;IV – realizar visitas de orientações técnicas às Ecim modelo pessoal; V – coordenar junto ao Ministério da Defesa e às Forças Armadas as ações relativas à divulgação do Pecim, à contratação como prestação de tarefa por tempo certo e à exoneração a pedido do Ministério da Educação e/ou Ministério da Defesa dos militares designados para o Pecim;VI – coordenar junto ao Ministério da Defesa o repasse do recurso orçamentário destinado ao custeio de pessoal contratado como prestador de tarefa por tempo certo para o Pecim às Forças Armadas;[...]

Destacamos queas diversas atividades atribuídas ao coordenador nacional criam uma estrutura de relação que se conectamà agência do Ministério da Defesa e seus intelectuais e aos diversos pontos de ramificação das Escolas Cívico-Militares, articulando-se com o MEC. Tomemos nota que esse agente será responsável por ações que vão do cadastro dos ditos "voluntários" à seleção de pessoal, treinamento e visitação técnica das ECIM. Muito mais do que dito na citação, entende-se, em aparência, de que se trata de um profissional que colabora com o Ministério da Defesa, mas que, em sua essência, é um intelectual a serviço deste, segundo sua agenda eseus interesses das relações sociais militares. Contudo, esse agente nacional possui comunicação aos agentes regionais, construindo uma arquitetura de influência nas unidades em relação a comunidade escolar, em especial ao corpo docente, como demonstra Brasil (2021, p.24),

> O Coordenador Regional tem as seguintes atribuições: I – atuar, sob orientação do Coordenador-Geral de Implementação do Modelo Cívico-Militar junto aos Oficiais de Gestão Escolar, dos Oficiais de Gestão Educacional e dos monitores a fim de colaborar com a implementação, monitoramento e desenvolvimento do modelo cívico-militar nas Ecim;II – disseminar e acompanhar a execução, junto às Ecim, das diretrizes emanadas pela DECIM; III – relatar ao Coordenador-Geral de Implementação do Modelo Cívico-Militar as questões que envolvem os militares que atuam nas Ecim, para conhecimento da DECIM e correspondente direcionamento ao Ministério da Defesa ou aos órgãos ligados aos entes federativos, conforme o caso; IV – fornecer informações consolidadas sobre as atividades desenvolvidas, pontos críticos e os óbices relacionados à implantação, ao monitoramento e ao desenvolvimento das Ecim ao Coordenador-Geral de Implementação do Modelo Cívico-Militar; V – informar ao Coordenador-

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

> Geral de Implementação do Modelo Cívico-Militar as necessidades de capacitação por Ecim; VI – participar da capacitação dos militares das Forças Armadas e dos integrantes das forças de Segurança Pública que atuarão nas Ecim, bem como de outras capacitações, conforme orientação da DECIM;VII – realizar visitas de orientação técnica às Ecim, conforme as diretrizes do Ministério da Educação;VIII – auxiliar o Coordenador Nacional junto ao Ministério da Defesa na designação dos militares voluntários, que preenchem os requisitos para contratação como prestador de tarefa por tempo certo, em atendimento à demanda apresentada pelo Ministério da Educação;IX – acompanhar, em coordenação com os Oficiais de Gestão Escolar, a elaboração e execução do Plano Estratégico, Projeto Político-Pedagógico, Projeto Valores e demais documentos previstos nas Diretrizes para as Ecim; X – acompanhar a avaliação e a certificação das Ecim sob orientação da DECIM;XI – supervisionar, orientar e acompanhar o trabalho das equipes de militares das Ecim; XII – participar de reuniões ou webconferências para acompanhamento do Programa; XIII – realizar as ligações necessárias com as unidades de ensino, sob orientação da DECIM; XIV – manter registros atualizados, no âmbito da sua região, da distribuição e da posse de material de uso dos militares das Ecim, adquiridos pelos Ministério da Defesa e pelo Ministério da Educação; XV – expedir documentação e relatórios, que se fizerem necessários para a gestão administrativa da Coordenação Regional; XVI – mapear e compartilhar, em coordenação com o Gestor Nacional de Boas Práticas, as ações desenvolvidas que sejam identificadas como oportunidades de melhorias na condução do Pecim; XVII – auxiliar o Coordenador Nacional junto ao Ministério da Defesa nas questões relacionadas aos militares contratados como prestadores de tarefa por tempo certo, em atendimento à demanda apresentada pelo Ministério da Defesa; e XVIII – apoiar as atividades de divulgação do Pecim, no âmbito da sua região.

Podemos perceber esse agente regional como mais um nó nessa teia de relações sociais, que tem como base o modo de vida dos agentes das Forças Armadas. O coordenador regional se articula ao coordenador nacional, ao Ministério da Defesa, e se atrela aos Oficiais de Gestão Escolar, aos Oficiais de Gestão Educacional e aos monitores, induzindo ao travamento de disputas pela hegemonia da política pública por setores dissonantes dos interesses dos militares. Assim como os profissionais nacionais, os regionais também participam da capacitação de agentes de segurança e de militares, dentre outras tarefas que estão em sua alçada. Uma atividade que nos chamou a atenção foi a de "acompanhar, em coordenação com os Oficiais de Gestão Escolar, a elaboração e execução do Plano Estratégico, Projeto Político-Pedagógico, Projeto Valores e demais documentos previstos nas Diretrizes para as ECIM" (BRASIL, 2021).

Podemos traduzir que, para além de somente estar acompanhando a produção de documentos, os coordenadores regionais estão no dia a dia das Escolas Cívico-Militares, presenciando as ações que devem ser implementadas segundo os textos normativos gerados. Logo, sua presença deve ser contínua para averiguar a aplicação das normas que são estabelecidas. Podemos ver que cabe a eles acompanhar toda a gama de documentos produzidos, sem exceção, além de todo o conjunto de práticas conduzidas no interior das

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

instituições, sinalizando para um ponto que induz à execução das relações e lógica que vão reger as ações dos professores e demais membros da comunidade escolar.

Conclusão

Assim como nas diversas dimensões da vida, o raio de atuação dessa burguesia reacionária se expande e atinge a educação, intensificando projetos que já vinham sendo tocados como as escolas militarizadas. Porém, nas Diretrizes das ECIM ocorre uma hipertrofia do controle e monitoramento do trabalho dos professores e toda a comunidade escolar. Tomamos nota que a documentação sinaliza que os professores serão norteados por perspectivas de educação impostas de cima para baixo, sua ação *a priori* pode ficar cada vez mais restrita devido os fortes traços de visão de mundo do Movimento Escola Sem Partido.

Esse movimento além de impedir o avanço de uma lógica de trabalho dos professores contrárias ao *status quo*, pode levar o trabalho dos profissionais do magistério a uma regressão em aspectos de práxis transformadora. Então, entende-se que os documentos das Ecim, tratam as relações sociais laborais dos profissionais do magistério com um ar de desconfiança que deva se manter sobre vigia.

Salientamos que, esse modelo de educação militarizada já vem sendo derrotado em alguns estados brasileiros através de mobilização e articulação da comunidade escolar. Por último, entendemos que a classe trabalhadora necessita de um projeto societário que a ponha como condutora do seu próprio destino, com fim de derrotar não só a referida agenda em aspectos educativos, mas outrossim nas diversas esferas da vida fundamentada na sociabilidade burguesa.

Referências

ALVES, Miriam Fábia; TOSCHI, Mirza Seabra. A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 633–647, set./dez. 2019.DOI:https://doi.org/10.21573/vol35n32019.96283. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/96283. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação.**Diretrizes das Escolas Cívico-Militares**. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acesso_informacacao/pdf/10DIRETRIZESPECIMVERSO_observaes_14072021convertido2.pdf. Acesso em 03 ago. 2021.

BRASIL.Ministério da Educação. Decreto n. 10.004, de 05 de setembro de 2019. **Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares**. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10004.htm. Acesso em 03 mai. 2021.

CARVALHO, O. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2013.

COLOMBO, L. R. **A frente liberal-ultraconservadora no Brasil** —reflexões sobre e para além do "movimento" Escola Sem Partido.2018. Dissertação (Mestrado em Educação) — Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2018. Disponível em: https://liepe.amandy.com.br/assets/data/files/A_frente_liberal_ultraconservadora_no_Brasil__Luiza_Colombo_2018.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

GUIMARÃES, Paula Cristina Pereira. **Os novos modelos de gestão militarizada das escolas públicas**: um estudo a partir da experiência na rede estadual de ensino de Goiás. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica,2019.

GUIMARÃES, Paula Cristina Pereira. Os novos modelos de gestão militarizadas das escolas estaduais de Goiás. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. CONTRA OS PRECONCEITOS: HISTÓRIA E DEMOCRACIA, 29., 2017, Brasília. **Anais** […]. Brasília: UnB, 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502846486_ARQUIVO_TRABALHO_COMPLETO_ANPUH_-Paula_2017(1).pdf. Acesso em: 12 nov. 2021.

GUIMARÃES, Paula Cristina Pereira; LAMOSA, Rodrigo Azevedo Cruz. Militarização das escolas da rede estadual de Goiás: a nova onda conservadora. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v.20, n. 43, p. 66–80, jan./abr. 2018.

MARQUES, Guilherme de Souza. **Entre déspotas, bufões e mitos existiam batalhões escolares**: analisando as concepções de educação das escolas cívico-militares. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2021.

MARTINS, André Antunes. Sobre os dias atuais: neoconservadorismo, escolas cívico-militares e o simulacro da gestão democrática. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 689–699, set./dez. 2019. DOI: https://doi.org/10.21573/vol35n32019.94577

MELO, Damian Bezerra. Bolsonaro, fascismo e neofascismo. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO. Marxismo sem tabus — enfrentando opressões, 1., 2019, Niterói. **Anais** […]. Niterói: UFF, 2019. Disponível em: https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2019/Trabalhos%20aprovados/MC19/MC191.pdf. Acesso em: 12 nov. 2021.

MELO, Damian Bezerra. O bolsonarismo como fascismo do século XXI. In: REBUÁ, E, et al. (org.). **(Neo)fascismos e Educação**: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

EVANGELISTA, Olinda; TRICHES, Jocemara. Reconversão, alargamento do trabalho docente e Curso de Pedagogia no Brasil. In: SEMINÁRIO REDESTRADO NUEVAS REGULACIONES EN AMÉRICA LATINA, 7., 2008. Anais... Buenos Aires: Agencia; UBA, 2008. (CD ROM)

EVANGELISTA, Olinda. Faces da tragédia docente no Brasil. In: MOTTA, Vânia C. da; PEREIRA, Larissa D. (Org.). Política educacional, docência e serviço social: para uma análise crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017

PENNA, Fernando de Araújo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, G. (org.). **Escola "sem" Partido:** esfinge que ameaça a educação e a sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017. PINTO, E.

SILVA, EdileuzaFernades; VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FERNANDES, Rosana Cesar de Arruda. Militarização e Escola sem Partido: repercussões no projeto político-pedagógico das escolas. **Revista Exitus**, v. 10, n. 1, 2020. DOI: https://doi.org/10.24065/2237-9460.2020v10n1ID1485.

VEIGA, Carlos Henrique Avelino. **Militarização de escolas públicas no contexto da reforma gerencial do Estado**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) — Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.